

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

**ENCAIXANDO AS PEÇAS: CAMINHOS PARA A GESTÃO INTEGRADA
DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MACIÇO GERICINÓ-
MENDANHA (RJ)**

ODILON CAVALCANTE DE BARROS JUNIOR

Abril de 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ENCAIXANDO AS PEÇAS: CAMINHOS PARA A GESTÃO INTEGRADA
DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MACIÇO GERICINÓ-
MENDANHA (RJ)**

ODILON CAVALCANTE DE BARROS JUNIOR

Sob a Orientação da Professora Dra.

Edileuza Dias de Queiroz

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração em Território, Ambiente e Ensino de Geografia.

Nova Iguaçu, RJ
Abril de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca
Central / Seção de Processamento Técnico
Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)

B277e Barros Junior, Odilon Cavalcante de , 1997-
Encaixando as peças: caminhos para a gestão
integrada das unidades de conservação no Maciço Gericinó
Mendanha (RJ) / Odilon Cavalcante de Barros Júnior.
Nova Iguaçu, 2024.
145 f.: il.

Orientadora: Edileuza Dias de Queiroz.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Ruraldo
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, 2024.

1. Mosaico de Unidade de Conservação. 2. Unidades
de Conservação. 3. Maciço Gericinó-Mendanha. I. Dias de
Queiroz, Edileuza , 1967-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em
Geografia III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 29/2024 - IGEO (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.021547/2024-57

Seropédica-RJ, 02 de maio de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ODILON CAVALCANTE DE BARROS JUNIOR

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/04/2024

Membros da Banca

Edileuza Dias de Queiroz (Doutora, UFRRJ)

Orientadora, Presidente da Banca

André Santos da Rocha (Doutor, UFRRJ)

(Membro da Banca)

Guilherme Preato Guimarães (Doutor, UERJ)

(Membro da Banca)

(Assinado digitalmente em 07/05/2024 11:26)

ANDRE SANTOS DA ROCHA
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO
PPGGEO (12.28.01.00.00.00.35)

Matrícula: ###326#9

(Assinado digitalmente em 02/05/2024 10:29)

EDILEUZA DIAS DE QUEIROZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PROEXT (12.28.01.16)

Matrícula: ###65#1

(Assinado digitalmente em 02/05/2024 14:51)

GUILHERME PREATO GUIMARÃES
ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.367-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 29, ano: 2024, tipo: HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, data de emissão: 02/05/2024 e o código de verificação: 260aa5f36b

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Edileuza Dias de Queiroz, que fez o possível e o impossível para este momento acontecer. Agradeço por todo apoio, confiança e carinho tanto por mim quanto por essa pesquisa, inspirada em seus vários trabalhos sobre Unidades de Conservação na Baixada Fluminense.

À minha psicóloga Emili Pontes, que me acompanha desde o ano passado e que sempre me orientou a terminar meus estudos. Também à minha antiga psicóloga Grazi, que me estimulou a começar esse ciclo.

Aos meus pais Selma Lilian Aguiar de Barros e Odilon Cavalcante de Barros, que sempre foram base, apoio sempre fazem o possível para os filhos alcançarem seus objetivos pessoais.

Às minhas irmãs Amanda Lilian Aguiar de Barros Mesquita e Juliana Aguiar de Barros, que sempre me estimularam a continuar estudando.

Aos meus cunhados Hugo de Amorim Mesquita e Rafael Ferreira Ribeiro, por serem sempre solícitos durante o processo.

Aos meus sobrinhos Lenine de Barros Mesquita e Lazuli de Barros Mesquita que me estimulam a pensar em um mundo melhor para eles.

À minha amiga Nathália de Meneses Rodrigues, geógrafa e companheira de residência durante todo o período da pós-graduação, me auxiliando em diversos momentos e conversando comigo ativamente sobre as questões do mestrado.

Aos meus professores da Pós-Graduação, que puderam desenvolver debates incríveis, além de nos orientarem, cada vez mais, a nossa busca pela ciência geográfica e suas relações com o ensino.

Aos entrevistados durante a pesquisa que se abriram e compartilharam seus conhecimentos em prol do conhecimento científico e da defesa ao meio ambiente.

Aos colegas de universidade e de grupos de pesquisa Lucas Torquato, Lucas Gabriel, Lucas Quintanilha e Yasmin, que sempre discutiram sobre a temática comigo durante nossa convivência acadêmica.

À minha amiga Julia Rodrigues Silva, que me deu todo o apoio que eu precisava durante o período de aulas que tivemos juntos no Colégio Pedro II.

Aos meus amigos Rodrigo Muller, Nanda Correa, Vicente, Wesley, Fernanda Malheiro, Caroline Nunes, Gabriel e tantos que sempre estiveram presentes durante o processo.

Aos meus colegas que convivem diretamente comigo no meu trabalho: Fernanda, Adriana, Cláudia, Felipe, Thaís, Mariana, Michelle, Rafaela, Murilo, Yolanda, Márcia, Sandra, Maira e Carlos Leonardo, que, de formas variadas, me proporcionaram experiências profissionais e acolhimento frente ao meu primeiro emprego de carteira assinada.

À minha amiga Catarine Villa Verde, bibliotecária, que cuidou com muito zelo para que o trabalho estivesse nas normas corretas.

Ao meu namorado Felipe Farias Viza, o qual foi fator fundamental para que eu terminasse essa etapa da minha vida para abrir portas à outras.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001" e "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

Previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, os Mosaicos de Unidades de Conservação podem ser feitos quando Unidades de Conservação (UC) próximas, sobrepostas ou justapostas realizam a gestão integrada e participativa entre si, o que auxilia na administração dos territórios e na proteção da fauna e da flora. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os problemas que impedem a gestão integrada entre Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha, o único dentre os maciços da Cidade do Rio de Janeiro que está presente em outras municipalidades da metrópole. Neste espaço existem, ao todo, oito UC em diferentes categorias, grupos e esferas de gestão, cada uma em um nível diferente de implementação. Foi realizado um panorama das potencialidades e desafios das referidas UC, bem como se possuem plano de manejo e gestão própria. O presente trabalho baseia-se na abordagem dialética e é pautado primordialmente nos conceitos de território, essencial para o estudo e delimitação das UC; uso público, que varia entre as diferentes categorias das UC; e gestão integrada, um dos principais pontos compreender a aplicabilidade dos Mosaicos. Dentre os caminhos metodológicos que seguimos, citamos os trabalhos de campo nas UC para a compreensão de suas particularidades e entrevistas com os gestores pautadas na Análise de Discurso Crítica, que enfatiza o discurso como prática social e como transformador da realidade. Diante das diversas perspectivas citadas, esperam-se calçar os caminhos para a implementação de um Mosaico de Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha de modo que a conservação dos territórios seja mantida e aprimorada, ajudando na recuperação ambiental tão devastado presente neste fragmento de mata atlântica.

Palavras-chave: Mosaico de Unidade de Conservação; Unidades de Conservação; Maciço Gericinó-Mendanha.

ABSTRACT

Provided by the National System of Conservation Units, Mosaics of Conservation Units can be created when nearby, overlapping or juxtaposed Conservation Units (CU) carry out integrated and participatory management among themselves, which assists in the administration of territories and the protection of fauna and flora. Thus, the general objective of this research is to analyze the problems that hinder integrated management between Conservation Units in the Gericinó-Mendanha Massif, the only one among the massifs in the City of Rio de Janeiro that is present in other municipalities of the metropolitan region. In this space there are, in total, eight UCs in different categories, groups and spheres of management, each at a different level of implementation. An overview of the potential and challenges of the aforementioned UCs was realized, as well as having its own management and management plan. This work is based on the dialectical approach and is primarily based on the concepts of territory, essential for the study and delimitation of UCs; public use, which varies between the different UC categories; and integrated management, one of the main points includes the applicability of Mosaics. Among the methodological paths we follow, we mention fieldwork at UC to understand its particularities and interviews with managers based on Critical Discourse Analysis, which emphasize discourse as a social practice and as a transformer of reality. Given the diverse perspectives mentioned, it is expected to follow paths for the implementation of a Mosaic of Conservation Units in the Gericinó-Mendanha Massif so that the conservation of the territories is maintained and improved, helping in the environmental recovery so devastated present in this fragment of atlantic forest.

Keywords: Conservation Unit Mosaic; Conservation Unit; Gericinó-Mendanha Massif.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos e Caminhos Metodológicos	04
Quadro 2 - Estrutura dos Capítulos	05
Quadro 3 - Diferentes tipos de Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha e entorno	11
Quadro 4 - Ano de Criação das Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha e Entorno	21
Quadro 5 - Efetividade de manejo das unidades de conservação analisadas	23
Quadro 6 - Dados das Unidades de Conservação no CNUC	42
Quadro 7 - Detalhes sobre a aplicação das entrevistas	46
Quadro 8 - Funções declaradas e tempo de serviço dos entrevistados	47
Quadro 9 - Experiência e formação dos entrevistados	49
Quadro 10 - Ranking e valores arrecadados referentes ao IrAP no ano de 2023	56
Quadro 11 - Ranking e valores arrecadados de ICMS-E referentes ao IrAPM no ano de 2023 ..	56
Quadro 12 - Ranking e valores arrecadados de ICMS-E referentes ao IFCA no ano de 2023	57
Quadro 13 - Interesse em participar de um Mosaico de Unidades de Conservação no Maciço e seus desafios	60
Quadro 14 - Casos positivos de Mosaicos de Unidades de Conservação	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Complexo Alcalino do Mendanha, com a localização das principais toponímias referentes à elevação montanhosa.	15
Figura 2 - Limites do Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha	22
Figura 3 - Feira dos Agricultores do Mendanha.....	24
Figura 4 - Limites do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	26
Figura 5 - Limites da Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha.....	28
Figura 6 - Limites da Área de Proteção Ambiental Mesquita	30
Figura 7 - Obras na Área de Proteção Ambiental de Mesquita.....	31
Figura 8 - Limite do Parque Natural Municipal do Gericinó Prefeito Farid Abrão.....	32
Figura 9 - Entre o Militar e o Civil no Parque Natural Municipal do Gericinó.....	33
Figura 10 - Limites da Reserva Particular do Patrimônio Natural Bicho Preguiça.....	35
Figura 11 - Representação dos Limites da Reserva Particular do Patrimônio Natural Bicho Preguiça no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)	36
Figura 12 - Limites do Parque Natural Municipal de Mesquita.....	38
Figura 13 - Placas Informativas Sobre a Área da APA Mesquita	39
Figura 14 - Limites do Parque Estadual do Mendanha	40
Figura 15 - Mapa das Unidades de Conservação do Maciço do Gericinó-Mendanha	43
Figura 16 - Apresentação dos percentuais que cabem a cada critério do ICMS Ecológico.....	55
Figura 17 - Mapa Simplificado do Mosaico Carioca	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	03
1 CAPÍTULO I - DEFININDO NOSSOS RUMOS CONCEITUAIS	07
1.1 – Território e Unidades de Conservação	07
1.1.1 – Território.....	08
1.2 – Uso Público	09
1.2.1 – As diferentes categorias das unidades e esferas no maciço Gericinó-Mendanha.....	10
1.3 – Gestão Integrada	12
2 CAPÍTULO II - O PANO DE FUNDO E AS PEÇAS: AS ESPECIFICIDADES DO MACIÇO E DE CADA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	14
2.1 – O Maciço Gericinó-Mendanha	14
2.1.1 – Formas de ocupação, exploração e proteção do território	17
2.2 – As UC nas Cercanias do Maciço	20
2.2.1 - Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha	21
2.2.2 – Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	25
2.2.3 – Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha	27
2.2.4 – Área de Proteção Ambiental de Mesquita	29
2.2.5 – Parque Natural Municipal do Gericinó.....	31
2.2.6 - Reserva Privada do Patrimônio Natural Bicho Preguiça	34
2.2.7 - Parque Natural Municipal de Mesquita.....	37
2.2.8 – Parque Estadual do Mendanha	39
2.3 Da Criação à Implementação	41
3 CAPÍTULO III - PROPONDO NOSSA IMAGEM: INTERPRETAÇÕES E DESAFIOS DOS GESTORES SOBRE A CRIAÇÃO DE UM MOSAICO DE UC NO MACIÇO GERI- CINÓ-MENDANHA	45
3.1 - Considerações Acerca das Entrevistas e do Entrevistar	45
3.2 - Nome dos entrevistados e local de trabalho	46
3.3 - Funções e tempo de serviço	47
3.4 - Experiência e formação	48
3.5 - A criação dos limites e os conflitos das Unidades de Conservação	50
3.6 - O diálogo com a vizinhança	52
3.7 - A influência, a importância e o retorno do ICMS ecológico	54

3.7.1 - Considerações acerca do ICMS ecológico	54
3.7.2 - Considerações dos entrevistados acerca do ICMS ecológico	57
3.8 - O interesse em estar em um Mosaico de Unidades de Conservação e seus desafios	59
3.9 - Casos conhecidos de Mosaicos	62
3.9.1 - Considerações Acerca do Mosaico Carioca	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	70
Apêndice A – Relatos de Campo: Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha	75
Apêndice B – Relatos de Campo: Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	81
Apêndice C – Relatos de Campo: Parque Natural Municipal do Gericinó Prefeito Farid Abrão	97
Apêndice D – Relatos de Campo: Parque Natural Municipal de Mesquita e Área de Proteção Ambiental de Mesquita.....	106
Apêndice E – Perguntas da Entrevista para gestores, ex-gestores e secretários de meio ambiente	114
Apêndice F - Entrevista com o Gestor do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.....	115
Apêndice G - Entrevista com o Antigo Gestor do Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha	123
Apêndice H - Entrevista com a Gestora do Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha.....	130
Apêndice I - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis	133
Apêndice J - Entrevista com a representação gestora do Parque Estadual do Mendanha e do Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha.....	138
Apêndice K - Entrevista com o Responsável pela Área Proteção Ambiental de Mesquita e pelo Parque Natural Municipal de Mesquita.	141

INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação são entendidas como espaço territorial, seus recursos naturais, entre outras características, sendo instituídas e delimitadas pelo Poder Público a fins de conservação de determinada área (BRASIL, 2000). Esta legislação define várias categorias para Unidades de Conservação que sendo justapostas ou sobrepostas, devem se organizar para realizarem a gestão integrada desses territórios.

No contexto do estado do Rio de Janeiro, insere-se o Maciço Gericinó-Mendanha que, diferente dos outros maciços que compõem a paisagem carioca, também compartilha seu espaço com os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita. No maciço existem cinco Unidades de Conservação públicas, a saber: Parque Estadual do Mendanha, Parque Natural Municipal Serra do Mendanha, Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, Parque Natural Municipal de Mesquita e APA Gericinó-Mendanha. Além delas, existe uma UC privada, a RPPN Bicho Preguiça, e mais duas UC, o Parque Natural Municipal do Gericinó e a APA Mesquita que mesmo não estando no maciço se localizam em zonas de amortecimento das as outras UC.

Mesmo com tantas UC, o maciço Gericinó-Mendanha não possui uma gestão integrada que englobe todas as unidades em sua delimitação, por isso, este trabalho busca desenvolver um caminho para esta forma de gestão entre todas as UC citadas, de forma a melhorar a conservação da fauna e da flora do local entre outros benefícios para a população do entorno. Nele, além de levantamento bibliográfico e documental, também realizaremos trabalhos de campo nas UC e entrevistas com os responsáveis pela gestão dos territórios, a fim de destacarmos pontos importantes de cada Unidade e o interesse deles na criação do Mosaico.

Através do exposto, surge o questionamento: diante da existência de diversas Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha e da importância dos Mosaicos de Unidades de Conservação para a sua gestão integrada, quais são os desafios para a criação de um Mosaico envolvendo as diversas UC do maciço Gericinó-Mendanha?

A pesquisa se justifica, especialmente, pela necessidade de conservação de espécies de fauna e flora no maciço, que se encontra isolado de outras áreas verdes pela pressão urbana em seu entorno. Conti, Irving e Antunes (2015) citam a importância das Unidades de Conservação na Mata Atlântica enquanto *hotspots*, áreas de grande interesse de proteção de biodiversidade ao mesmo tempo que são fortemente ameaçadas.

Além disso, segundo o Artigo 26º do SNUC:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um Mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa (BRASIL, 2000).

Somando-se às questões citadas, é de importante destaque o fato de que algumas questões de interesse coletivo dizem respeito às várias UC, havendo problemas e conflitos que ultrapassam limites territoriais definidos.

O maciço Gericinó-Mendanha sempre foi um elemento importante na paisagem de Nova Iguaçu e, principalmente, de quem estudou ou estuda na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Nova Iguaçu. Sendo a paisagem um dos conceitos da ciência Geográfica, destacamos, para as motivações, as abordagens que surgiram a partir de 1960, em que ela ganha um aspecto simbólico (RIBEIRO, 2007). Segundo Scalercio (2016, p.16) “Costumamos reconhecer o espaço urbano e suas singularidades a partir de sua paisagem, marcada por formas materiais próprias que evidenciam o processo de urbanização e as relações econômicas, sociais e políticas existentes” e que, ainda para o autor, devemos entender a paisagem urbana como uma forma de entender a própria sociedade, e não apenas como uma aleatoriedade de ações do tempo.

Com isso, ressaltamos a importância do estudo do maciço não só pelo cunho acadêmico como também pelas motivações e percepções pessoais, pois além de um elemento da paisagem de muitos graduandos, servidores e pessoas que vivem na metrópole, diversos trabalhos de campo foram feitos em disciplinas variadas com o objetivo de percebê-lo de forma mais próxima. Assim, o que era algo que se percebia no horizonte distante tornou-se palpável.

Por fim, cabe ressaltar que mesmo a paisagem sendo uma de nossas motivações para estudar o maciço, optamos por enfatizar o território para a sua manutenção, pois a demarcação das UC faz com que a paisagem sofra menos ações que possam prejudicar seus potenciais. Destacamos a “constelação de conceitos” de Haesbaert (2014), pois mesmo aprofundando um conceito frente a outro, ambos fazem parte da categoria que é o espaço geográfico.

Diante deste contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os problemas que impedem a gestão integrada entre Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha.

Objetivos Específicos:

- Verificar os diferentes tipos de uso público das UC do maciço.
- Compreender o entendimento dos gestores acerca da criação de um Mosaico de UC no Maciço Gericinó-Mendanha.

- Defrontar a criação de um novo Mosaico de Unidades de Conservação com o Mosaico Carioca.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa segue diferentes caminhos, de acordo com a sua etapa de desenvolvimento, fundamentando-se em pesquisas bibliográficas, trabalhos de campo, produção e realização de entrevistas com os gestores responsáveis, bem como a criação de um mapa com as unidades envolvidas.

Cabe ressaltar que para alcançarmos os objetivos propostos, temos como alicerce a metodologia aplicada em Queiroz (2018) por meio de algumas ferramentas metodológicas e triangulação de dados fornecidos. A autora utiliza a técnica de triangulação na coleta de dados que tem como objetivo principal abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo (TRIVIÑOZ, 1987), baseando-se na triangulação enquanto multiplicidade de recursos que o pesquisador pode utilizar. Dessa forma, a pesquisa se caracteriza por seu caráter “multimetodológico” (ALVES-MAZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2002), pois utiliza diversos procedimentos e instrumentos para capturar as informações que lhe conferem alto grau de confiabilidade, uma vez que se baseia em diferentes olhares sobre o mesmo objeto.

As ferramentas utilizadas para coleta de dados são:

- (1) Levantamento bibliográfico;
- (2) Pesquisa documental (Legislação ambiental e de criação e implementação das UC);
- (3) Trabalhos de campo (APÊNDICES A, B, C e D);
- (4) Entrevista com os 6 gestores das Unidades de Conservação aplicadas entre abril e julho de 2023 (APÊNDICES E, F, G, H, I, J e K);
- (5) Análise de dados coletados;

A forma como cada objetivo se utilizará das ferramentas para ser fundamentado encontra-se no Quadro 1:

Quadro 1 - Objetivos e Caminhos Metodológicos

Objetivo Geral: analisar os problemas que impedem a gestão integrada entre Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha	
Objetivos Específicos	Caminhos Metodológicos
Verificar os diferentes tipos de uso público das UC do maciço; e	Levantamento bibliográfico, Pesquisa documental (Legislação ambiental e de criação e implementação das UC), Trabalhos de Campo e Entrevistas; e
Compreender o entendimento dos gestores acerca da criação de um Mosaico de UC no Maciço Gericinó-Mendanha.	Entrevista com os gestores das Unidades de Conservação
Defrontar a criação de um novo Mosaico de Unidades de Conservação com o Mosaico Carioca	Legislação de criação de Mosaicos, Leitura do SNUC e dos Planos de Manejo específicos e de Artigos Científicos e notícias sobre os mosaicos, e leitura e análise de estudos realizados;

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

A discussão entre autores seguiu a abordagem dialética, em que a interação entre sujeito e objeto é vista como construída historicamente, sem estar dissociada das relações de poder (SEVERINO, 2013), o que nos é muito rico, tendo em vista que as UC existem em um contexto histórico e são territórios demarcados pela federação (BRASIL, 2000).

No que tange os trabalhos de campo, Queiroz e Guimarães (2017) evidenciam a importância de se estar *in loco*, uma vez que esta vivência deve ser mais valorizada por seu potencial crítico a partir da observação e da experiência pelos sentidos. Cada trabalho de campo teve como produto um relato (APÊNDICES A, B, C e D) que registram as experiências empíricas e o seu possível diálogo com a pesquisa documental.

As entrevistas (APÊNDICES E, F, G, H, I, J e K) são direcionadas aos gestores das UC trabalhadas e tem como principal objetivo expor as questões principais das UC estudadas, a formação e experiência dos gestores bem como a opinião deles para temas importantes, como o ICMS¹ ecológico e a própria criação de um novo Mosaico de UC. A compreensão dos dados coletados foi feita à luz da Análise de Discurso Crítica e dos referenciais teóricos, que defendem a ideia do discurso como modo de ação historicamente situado (RESENDE E RAMALHO, 2006).

¹O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é uma das principais formas de arrecadação dos municípios, sendo uma parcela dele acrescida por medidas comprovadas de proteção ambiental pela gestão municipal (CONTI, IRVING e ANTUNES, 2015)

Quadro 2 - Estrutura dos Capítulos

Quadro documental/bibliográfico		
Metodologia: perspectiva dialética (SEVERINO, 2008)		
1º Capítulo	2º Capítulo	3º Capítulo
Território: Costa (2005), Souza (1995), Santos (2017). Uso Público: Queiroz (2018), Vallejo (2002;2013) e Pimentel (2008). Gestão Integrada: Melo e Irving (2014), Tambellini (2007) e Castro (2013).	Ocupação e exploração do território: Dean (2000) Planos de Manejo: Leuzynger, Klaym (2020) Trabalhos de Campo: Queiroz, Guimarães (2017)	Entrevistas: Análise das Entrevistas: Resende e Ramalho (2006) Complementação dos assuntos citados de acordo com a temática das perguntas de acordo com bibliografias específicas e como os Trabalhos de Campo

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

O primeiro capítulo, de caráter conceitual, recorre à concepção de território de Haesbaert (2014) que, para além de poder, também dá ênfase à questão da identidade territorial. Posteriormente, nos aprofundamos nas contribuições de Souza (1995) e Santos (2017) na relação do território com as UC. Para uso público temos como autores Queiroz (2018) que trabalha com a questão no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, uma de nossas áreas de estudo, Vallejo (2002; 2013) com uma discussão mais aberta sobre as Unidades de Conservação e Pimentel (2008) que traz contribuições sobre o conceito de Unidades de Papel. Para a Gestão Integrada, Castro (2013), que também será usada no capítulo 3, estuda a gestão integrada e participativa no Mosaico Central Fluminense, e que nos traz contribuições importantes nesta perspectiva.

O segundo capítulo destaca o maciço e as UC que nele estão inseridas. Para isso, recorreremos a Dean (2000) e aos processos de devastação da Mata Atlântica, como o fogo proposital para o plantio de monoculturas que aconteceram amplamente no território. Leuzynger e Klaym (2013) detalham diversos parques em todas as regiões do país e podem servir como modelo para como descreveremos nossas UC pretendidas. Além disso, os trabalhos de campo têm papel de destaque na pesquisa. Queiroz e Guimarães (2017) vislumbram o trabalho de campo em ambientes com forte presença da natureza, sendo também de suma importância consultar a legislação ambiental e os próprios planos de manejo das UC.

O último capítulo é alimentado pelas entrevistas feitas no decorrer da pesquisa. Além disso, os textos serão analisados através da Análise de Discurso Crítica (ADC). De acordo com Resende e Ramalho (2006), a ADC foca o discurso como prática social, podendo haver uma desconstrução ideológica de textos a fim de desvendar dominações. As autoras, que seguem a linha da Análise do Discurso de Norman Fairclough, apresentam outros conceitos-chaves da ADC, como a concepção do discurso como modo de ação historicamente situado que, além de ser constituído socialmente, é agente constitutivo de relações, identidades e sistemas de conhecimento e crenças. Dessa forma, analisar as entrevistas pelo prisma da ACD nos encaminha para uma análise que converge com o método dialético, ao mesmo tempo que, na própria linguagem, podemos identificar as construções sociais acerca das UC que estão historicamente situadas.

1 CAPÍTULO I - DEFININDO NOSSOS RUMOS CONCEITUAIS

O presente capítulo se desenvolverá a partir dos conceitos considerados indispensáveis nesta pesquisa para o estudo das UC pelo prisma dos Mosaicos: território, uso público e gestão integrada. Com isso, colocaremos as bases conceituais que darão prosseguimento à nossa pesquisa de acordo com o nosso objetivo geral.

1.1 – Território e Unidades de Conservação

O espaço geográfico é compreendido como o conjunto indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2017). O autor enfatiza que além dos objetos móveis, que possuem interesse para a Geografia, os imóveis, como nossa área de estudo, também possuem destaque. Mais do que isso, também escreve que cada vez mais as “coisas”, que fazem parte da natureza, se tornariam “objetos” conforme fossem utilizadas pelo homem e por suas interações sociais, ou seja, a natureza em si se tornou um sistema de objetos, pensamento pertinente para a nossa pesquisa. Dessa forma, a delimitação e criação de áreas verdes no âmbito territorial podem ser consideradas como um dos exemplos de “coisificação” da natureza, uma vez que são formas de dar outro sentido àquela natureza ao mesmo tempo que a categoriza como uma área diferente de outras.

O sistema de ações, também apresentado pelo autor (SANTOS, 2017), esclarece que ações vão resultar em funções, que se desdobrarão em objetos. As ações são geradas por necessidades, que vão levar o homem a agir, conduzindo à criação e ao uso de objetos. Assim, entendemos a criação de uma Unidade de Conservação, especificamente no maciço, tanto como objetificação da natureza quanto como ação frente às necessidades relacionadas à manutenção daquele espaço. Para exemplificar, podemos pensar em Dean (2000) que nos mostra que os incêndios florestais acontecem no Rio de Janeiro desde o século XIX com a finalidade de limpar terrenos para a plantação de monocultura, fenômeno que, no século atual, é percebido de outra forma, que mudou de acordo com a época e a cultura (VEYRET e RICHEMOND, 2019), sendo as Unidades de Conservação uma forma de conservar estas áreas.

De acordo com Moraes (2005) a ótica positivista influenciou por muito tempo as concepções do território, não havendo diferenciações entre os estudos de análise e da formação territorial. O autor defende que “é somente com as críticas ao positivismo, completada nas últimas décadas do século XX, que as teorias acordam para romper com essa visão coisificada

do seu objeto e passam a buscar abordagens processuais” (MORAES, 2005, p. 52). Nesse contexto, Moraes (2005, p. 52) destaca a aproximação das ideias de Milton Santos com a História, no que este autor denomina como “relações espaço-temporais”. Segundo Fuini (2015), o território na visão de Milton Santos possui diversas abordagens nas diferentes décadas em que o autor produz conhecimentos, passando por uma visão mais do poder do Estado em 1970, até ser revisitado na década de 1990. Segundo este autor, a primeira visão de território para Milton relaciona os territórios às formações socioeconômicas relacionadas à bases jurídico-normativas. Tal entendimento sobre o território se aproxima de nossa pesquisa, pois as Unidades de Conservação são territórios criados pelo poder estatal por via de decretos. Além dessa concepção, é importante retornarmos à Costa (2005) e ressaltarmos que, para além das questões tradicionais relacionadas ao território, ele também pode adquirir sentido simbólico.

Somando-se, há uma diferenciação que deve ser trabalhada entre a “criação” de Unidades e a sua devida implementação, pois foram identificadas diferenças entre as duas concepções, sendo ambas registradas por via de lei. Como escreve o autor, “a organização das coisas passa a ser um dado fundamental. Daí a necessidade de participar dessa ordem e, de outro, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação instrumental” (SANTOS, 2017, p. 228). A normalização de como será regida a Unidade de Conservação, bem como a sua categoria e o seu tipo de uso são definidos na legislação (BRASIL, 2000), evidenciando os possíveis usos desses territórios, além dos não usos, uma vez que algumas categorias de Unidades de Conservação, como as Reservas, são mais restritivas do que outras, como as Áreas de Proteção Ambiental (APA).

1.1.1 – Território

O território pode ser considerado enquanto “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78). Autores como Moraes (2005, p. 53) destacam o caráter político deste conceito, indicando que “falar dos territórios contemporâneos é falar dos espaços de exercício do poder estatal principalmente. Para esta pesquisa, muito enriquece o enfoque do poder estatal do conceito do território, porém nos cabe retornar a Souza (1995) pois para ele esse conceito pode ser relacionado ao Estado Nacional, ainda que não precisa e nem deve ser reduzido a ele, existindo entre diversas escalas espaciais e temporais. No caso estudado, o território das UC pode ser demarcado temporalmente a partir movimentos sociais e da participação da sociedade civil, como prevê o SNUC, ou como imposição de leis de criação e implementação que não conversam com o entorno da unidade recém criada, o que

pode gerar conflitos, aflorando conflitos entre os poderes institucionais e os poderes capitalizados na sociedade. Assim, nos cabe retornar a Raffestin (1993, p. 16): “ou o Estado detém o poder e é o único a detê-lo, ou é o poder superior e é preciso construir a hipótese de poderes inferiores que podem agir com ele”. De uma forma ou de outra, as relações de poder afloram tanto por parte do poder público quanto por parte dos agentes sociais que podem ser conflitantes ou não. Segundo Vallejo (2002), a criação de algumas UC também provocou a desterritorialização de agrupamentos humanos, demonstrando que “há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas” (RAFFESTIN, 1993, p. 154).

Somando-se à discussão, Costa (2005) trará diversas acepções do conceito que, para ele, é polissêmico. O autor discorre sobre como em muitos trabalhos há a distinção das formas de território que os autores trabalham, citando, como exemplo, territórios políticos e simbólicos. Para este trabalho, nos aproximamos da conceituação do território segundo o binômio espaço-tempo (COSTA, 2005, p. 41) que em seus dois sentidos possuem:

“i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como "coisa" ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, trata-se de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s).”

Com isso, aprofundaremos as discussões relativas às Unidades de Conservação relacionadas ao conceito de território.

1.2 – Uso Público

Desde os tempos antigos, os seres humanos visitavam áreas naturais para recreação, sendo as primeiras áreas protegidas com finalidade de uso público surgindo a partir da revolução industrial e do crescimento das cidades (VALLEJO, 2002; VALLEJO, 2013). Para Vallejo (2013), o uso público de UC no Brasil também está relacionado à visitação de áreas protegidas que “pode ser entendida como as atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que propiciam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005, p. 3).

Somando-se, Queiroz (2018) afirma que o plano de manejo da UC deve ser cumprido para que o uso público dela seja eficiente. Por isso, é importante analisar cada plano de manejo se há planos de manejo em todas as UC do maciço Gericinó-Mendanha para que se faça a gestão de forma eficiente, e não em forma de Parques (ou UC) de Papel que surgem de maneira política e oportunista (PIMENTEL, 2008).

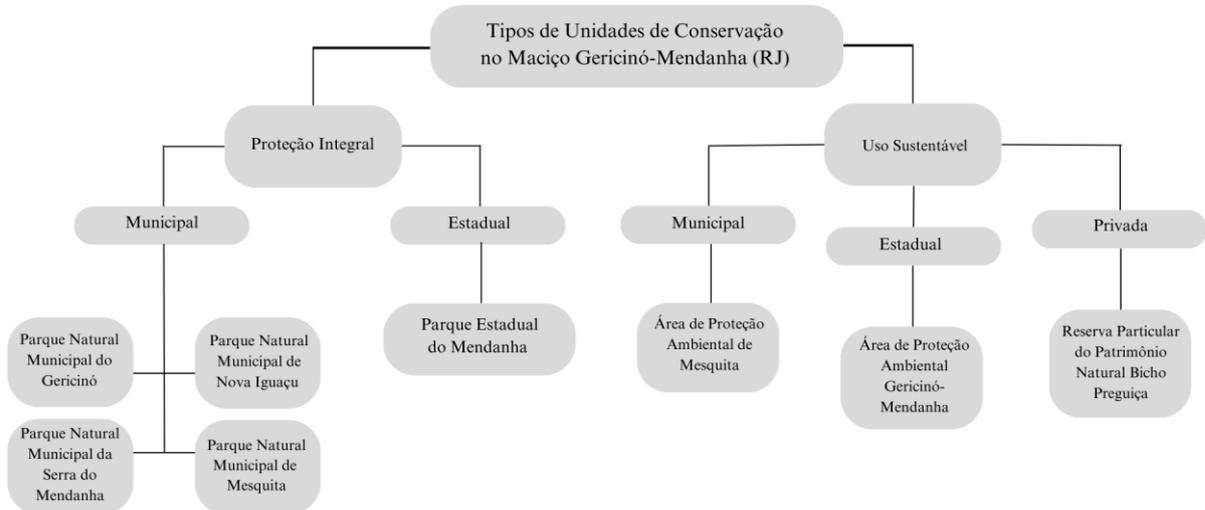
Vallejo (2013) também nos traz duas vertentes que podem ser conflituosas e colocadas em debate: a questão da manutenção das áreas protegidas e a outra é a exploração econômica, seja pela gestão pública ou privada. Como fazer com que as UC cumpram seu papel demarcado por lei, ao mesmo tempo que consigam os recursos para continuar funcionando? Complementamos que, para Queiroz (2018) um dos caminhos é a Educação Ambiental pelo seu caráter de luta socioambiental, ao mesmo tempo que se deve seguir para a consolidação das Unidades.

Dessa forma, ressaltamos a importância de analisarmos os planos de manejo das diversas Unidades de Conservação no Maciço, e se eles existem e estão em consonância com a realidade. Somando-se, Queiroz (2018) nos elucida alguns desafios do uso público principalmente pela categoria Parque, pois é a mais conhecida e a com maiores níveis de visitação, além de destacar a importância da aproximação com a educação socioambiental para a consolidação relacional com o entorno, que possui diversos contrastes físicos e sociais, evidenciando a importância dessas UC para os grupos populacionais próximos a elas.

1.2.1 – As diferentes categorias das unidades e esferas no maciço Gericinó-Mendanha

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), dentre suas diversas atribuições, distingue as UC em dois grupos distintos, Áreas de Proteção Integral, admitindo-se o uso indireto da natureza, salvo em casos permitidos por lei, e Uso Sustentável, em que uma parcela dos recursos naturais pode ser utilizada (BRASIL, 2000). Inseridos nesses dois grupos há diversas categorias, cada um com uma especificidade e em diferentes esferas públicas e privada. Vejamos os grupos e categorias presentes no Maciço Gericinó-Mendanha no Quadro 3:

Quadro 3 - Diferentes tipos de Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha e entorno



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

As categorias presentes no Maciço são predominantemente Parques Naturais, sendo a maioria deles administrados pela esfera municipal. Além deles, vemos um Parque Natural Estadual, que é o maior dentre os cinco e que possui sua área sobreposta à alguns deles. Segundo Vallejo (2013, p.16) “De todas as UCs do sistema nacional, os parques públicos são os mais populares e sobre eles recaem as maiores atenções em relação ao uso recreativo e turístico”. Somados aos parques, também há a existência de duas Áreas de Proteção Ambiental e uma Reserva Particular do Patrimônio Natural. Dentre as esferas de administração pública, duas são estaduais, duas são de responsabilidade do Município de Mesquita, uma pelo Município de Nilópolis, uma pelo Município de Nova Iguaçu e uma pelo Município do Rio de Janeiro.

Sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural, o SNUC a define como “ (...) uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica” (BRASIL, 2000). Com isso, as RPPN se diferenciam pela sua administração e posse privada, enquadrada como de uso sustentável, sendo permitida a visitação e as pesquisas, assim como nos Parques.

Segundo o SNUC, o Parque:

Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2000)

Diferentemente das UC de uso sustentável, os Parques são voltados para pesquisas científicas e para atividades de recreação e atividade ambiental, ou seja, o uso indireto da

natureza. Por ser uma categoria inserida na proteção integral, é de muito apreço a verificação dos planos de manejo para a averiguação se a UC corresponde ao que é esperado para ela, tendo em vista que as Unidades podem estar em categorias não adequadas ao seu uso (VALLEJO, 2002).

Sobre a Área de Proteção Ambiental:

é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000)

Podemos perceber, em um primeiro momento, que as APA são mais flexíveis que os Parques. Indo além, por sua definição, se as APA têm a função de disciplinar a ocupação das áreas, o que muitas vezes pode gerar conflitos pela fiscalização ou ser um problema pela falta de pessoal para a falta dela. A gestão integrada com os Parques, principalmente em suas zonas de amortecimento, se faz essencial para o funcionamento de ambas as Unidades, pois mesmo sendo de grupos distintos podem se complementar, ressaltando a importância de um Mosaico de Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha.

1.3 – Gestão Integrada

De acordo com o SNUC (2000), o Mosaico de UC deverá existir quando houver UC próximas, justapostas ou sobrepostas de diferentes categorias, sendo públicas ou privadas, de forma que ocorra a gestão participativa e integrada, o que é muito importante pela relação de interdependência entre as unidades, indo além de seus próprios territórios demarcados (MELO e IRVING, 2014).

Castro (2013) nos mostra alguns desafios da gestão participativa, como a locomoção de pessoas para as UC e conflitos ideológicos, o que pode dificultar a integração do Mosaico, ou seja, os dois conceitos precisam estar em consonância para um Mosaico funcionar de forma correta.

A gestão integrada se faz necessária para auxiliar na conservação ambiental do maciço, principalmente por conta das UC próximas, sobrepostas e justapostas. De acordo com Pimentel (2008, p. 16) a gestão dos Parques “depende de escalas administrativas mais amplas do que o foco específico do manejo”. Ressaltamos, assim, a importância dos Mosaicos de Unidades de

Conservação não só para os Parques, que são maioria entre as UC do Maciço, como também para as outras definições, como as APA e a RPPN.

Somando-se, Tambellini (2007, p. 46) nos traz uma contribuição que muito enriquece nosso debate:

O significado da palavra Mosaico, adotado pelo SNUC, vai além da forma física da paisagem que é composta por fragmentos naturais ou não, de diferentes formas, conteúdos e funções. Este conjunto de unidades de conservação e áreas protegidas é considerado um Mosaico, quando sua gestão é feita de maneira integrada, pois assim como os ecossistemas, ali presentes, são interdependentes, suas administrações também.

A criação de Mosaicos de Unidades de Conservação é regulamentada em legislação própria (BRASIL, 2002). No documento, consta que um representante das UC deve ser o chefe do conselho do Mosaico através de votação simples, devendo propor as diretrizes e ações que compatibilizem, integrem e otimizem as unidades, relacionando-se com o meio ambiente, a pesquisa científica, a alocação de recursos, bem como no uso, fiscalização e acesso das UC integradas.

Considerando o Mosaico uma forma de gestão interdependente entre os territórios próximos, discorreremos, no próximo capítulo, acerca dos planos de manejo de cada UC presente no maciço do Gericinó-Mendanha, bem como o próprio contexto em que o maciço está inserido, para entender alguns dos pontos de aproximação e afastamento das unidades.

2 CAPÍTULO II - O PANO DE FUNDO E AS PEÇAS: AS ESPECIFICIDADES DO MACIÇO E DE CADA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:

Neste capítulo, detalharemos as especificidades do maciço Gericinó-Mendanha bem como da criação das Unidades de Conservação presentes nele, a fim de pontuarmos as potencialidades diversas que possam existir em cada uma delas a partir do uso público e do que está previsto nos respectivos planos de manejo.

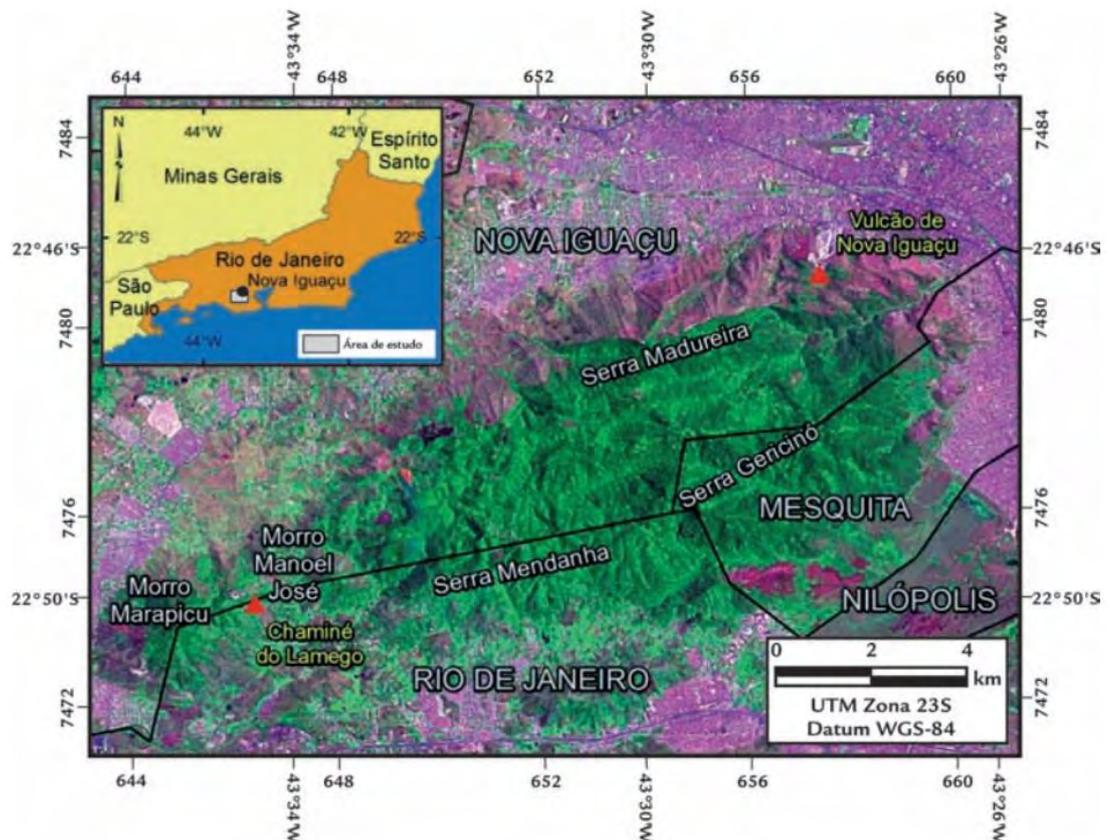
Ao final, diferenciaremos a criação da implementação das unidades, pois algumas, mesmo possuindo decreto de criação, permanecem no papel.

2.1 O Maciço Gericinó-Mendanha

Abrangido pelas serras de Madureira, Mendanha, Gericinó e Marapicu (COUTO, 2015), o Maciço do Gericinó-Mendanha, como é popularmente conhecido, já foi denominado enquanto “um dos limites extremos da terra carioca” (CORRÊA, 1936, p.232), pois faz parte do único dos grandes maciços da Cidade do Rio de Janeiro que não está inserido na capital fluminense em sua totalidade, fazendo parte de Nova Iguaçu e Mesquita, como pode ser visto na Figura 1.

Consta-se no Anuário Estatístico do Distrito Federal (1946) que o Maciço Gericinó-Marapicu, como está definido, correspondia a um dos Grandes Maciços Rurais do Rio de Janeiro. De acordo com Gama (2003, p. 60) “A paisagem de baixadas é cortada pelo maciço, na divisa dos municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Nilópolis e Mesquita, na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, situando-se também entre dois eixos viários (Avenida Brasil e a Rodovia Presidente Dutra).

Figura 1 - Localização do Complexo Alcalino do Mendanha, com a localização das principais toponímias referentes à elevação montanhosa.²



Fonte: Mota et al. (2012)

No que tange o seu patrimônio geológico, Couto (2015) remete a origem das rochas do maciço aos granitos e gnaisses com mais de 600 milhões de anos que surgiram antes da separação do Gondwana. De acordo com o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Mesquita “O Maciço de Gericinó-Mendanha foi formado por um fenômeno geológico de ruptura das rochas, ocorrido entre 72 a 42 milhões de anos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA, 2019, p. 42). Já Couto (2015, p. 90) destaca que:

Há cerca de 80 milhões de anos, o conjunto da Serra do Mendanha, Madureira, Gericinó e Marapicu foi um dos poucos focos de fenômenos de vulcanismo no Estado, resultando em uma formação geológica ímpar, com a presença de raras rochas alcalinas, também chamadas de rochas atlânticas.

² Em seu artigo original, o título continua: “Também estão representadas as localizações dos ditos “Vulcão de Nova Iguaçu” e “Chaminé do Lamego”. Ao fundo, imagem de satélite LANDSAT 7 (ETM+), composição de bandas 742 (USGS, 2011).”

Nesse contexto, o autor também destaca uma das particularidades existentes na litologia do estado do Rio de Janeiro, o mendanhito (2015), um mineral de foiaíto que o nome faz alusão direta ao maciço (PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA, 2019). Este mineral foi citado pela primeira vez na “*Carta Geológica do Distrito Federal*” (BACKHEUSER, 1925), mas Lamego (1964, p. 50) desconsiderou a possibilidade do batismo de um novo mineral, pois “os nossos estudos de campo nos levaram a considerá-la como insignificantes diferenciações locais do próprio fonolito”. Ainda assim, sua existência no maciço esteve documentada tanto em artigos como Gama (2003), quanto como nos Planos de Manejo do PNMNI (HABTEC, 2000) e do PNMM (PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA, 2019), ressaltando-se a definição do mendanhito como uma forma de demonstrar alguma especificidade mineral regional.

Sobre a vegetação nativa, “a floresta que recobre o Maciço é um importante fragmento da Mata Tropical Atlântica” (GAMA, 2003, p. 61) e que, segundo a autora, contribui para a proteção de nascentes que fazem parte das bacias hidrográficas da Guanabara e de Sepetiba. De acordo com Couto (2015, p. 91) “lá se encontra a nascente do Rio Guandu do Sena, Guandu do Sapê e da Prata do Mendanha, contribuintes da Bacia da Baía de Sepetiba e do Rio Mesquita³, contribuintes da Bacia da Baía de Guanabara”. É importante destacar que o maciço do Gericinó-Mendanha, junto com o maciço da Pedra Branca, foram geradores de mudas para o reflorestamento da Floresta da Tijuca (GAMA, 2003; COUTO, 2015) demonstrando a importância dessa área para a conservação do ambiente carioca.

Também nos cabe destacar alguns pontos. O primeiro diz respeito ao fato de que “O Maciço de Gericinó-Mendanha é considerado um dos últimos grandes remanescentes de Mata Atlântica da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro” (FUNBIO, 2011, p.8), e de acordo com a Constituição Federal, a Mata Atlântica é considerada como Patrimônio Nacional, sendo seu uso submetido às leis em situações que assegurem a sua integridade (BRASIL, 1988). Somando-se, o mesmo bioma é considerado um *hotspot* e uma Reserva da Biodiversidade pela UNESCO desde 1991, por ser uma área rica em biodiversidade e ameaçada⁴. Com isso, iremos nos debruçar sobre quais foram os principais processos que aconteceram nesse maciço e em seu entorno, de forma a entender tanto a devastação ambiental, quanto as posteriores formas de proteção.

³ Ressaltamos que o denominado Rio Mesquita, seja na verdade o Rio Dona Eugênia, importante afluente do Rio Sarapuí que corta o município de Mesquita, bem como delimita esta cidade com Nova Iguaçu em partes de seu curso.

⁴ <https://en.unesco.org/biosphere/lac/mata-atlantica>

2.1.1 Formas de ocupação, exploração e proteção do território

Para compreender o maciço em sua totalidade, Gama (2003, p.60) não só escolhe a UC Gericinó-Mendanha⁵ enquanto área de estudo como também declara que este é “um dos maciços costeiros que testemunharam a evolução urbana do município do Rio de Janeiro e principalmente da Zona Oeste, imprimindo na paisagem os processos de transformação e as modificações de uso dos últimos séculos.

Gama (2003) também nos mostra que o processo de desbravamento dessas terras surgiu com os Jesuítas e os senhores de engenho que se dedicavam às atividades agrícolas. Já no Plano de Manejo do PNMSM, consta que as florestas começaram a sofrer com as pressões antrópicas desde o século XVII (FUNBIO, 2011). Além disso, “As primeiras ocupações, através de sesmarias concedidas em 1603 a Manoel Gomes e Diogo Montaróis para implantação de canaviais e engenhos de açúcar, deram início à exploração dos recursos naturais das suas encostas” (FUNBIO, 2011, p. 8).

De acordo com o Plano de Manejo do PNMNI (HABTEC, 2000), o predomínio da cana-de-açúcar se deu por conta da ocupação de áreas menos inundáveis e mais altas, onde se estabeleceram alguns engenhos. De forma complementar, “praticamente na mesma época, começaram a surgir as primeiras trilhas e caminhos que atravessam, até hoje, a serra “Jericinó” que, segundo o pesquisador Agenor Lopes de Oliveira, quer dizer “morro liso e fechado em cima, no alto” (HABTEC, 2000, p. 92).

Em outra de suas toponímias, também é possível relacionar a exploração do Maciço às atividades que aconteciam em suas terras. Couto (2015, p. 76) nos diz que, “a origem do nome Mendanha está ligada ao primeiro fazendeiro local, o sargento-mor Luiz Vieira Mendanha, produtor de açúcar, café e aguardente e dono de grande número de escravos”. Sobre esta última informação, é importante ressaltar que há registros históricos de antigos quilombos na no maciço, como na área da Pedra da Contenda, que possuía uma localização estratégica para visualizar as movimentações de capitães-do-mato na área central de Nova Iguaçu (HABTEC, 2000).

Já Queiroz (2018, p. 48) destaca as atividades que aconteceram em parte do maciço de forma mais contundente, expondo que “ocorreram, então, três ciclos principais de exploração

⁵ Na época de seu estudo, a APA Gericinó-Mendanha ainda não era oficializada, porém, a autora cita a área como UC Gericinó-Mendanha.

das encostas da Serra de Madureira: o café, a laranja e, posteriormente, a mineração”. Destas atividades, o café resultou em intensa destruição da vegetação nativa da referida serra, pois seu plantio aconteceu depois de cortes seletivos de madeira de lei e do desmatamento de algumas áreas florestadas (HABTEC, 2000). Declara-se também que “há uma forte evidência de que as matas do maciço, cujo dossel se apresenta aberto na atualidade, seja decorrente, em parte, de antigas ações antrópicas iniciadas no final do século passado” (HABTEC, 2000, p. 59), referindo-se ao final do século XIX.

De acordo com o Plano de Manejo do PNMSM, os cafezais foram introduzidos no século XIX e existiram até a virada do século XX, quando houve um processo acelerado de urbanização naquela região, em que os maiores marcos foram “a implantação do Ramal Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1890, e da fábrica da Companhia Progresso Industrial do Brasil, em 1893” (FUNBIO, 2011). Do outro lado, na Baixada Fluminense, “na virada para o século XX a produção e exportação de café trouxe consigo a Estrada de Ferro D. Pedro II, desviando os eixos de ocupação fluvial e terrestre para o eixo da linha ferroviária.” (HABTEC, 2000, p. 113). Somando-se, o Plano de Manejo do PNMNI expõe que “com a implantação da rede ferroviária, intensificou-se a exploração vegetal para a utilização como dormentes e alimentação das máquinas a vapor (HABTEC, 2000, p. 90).

Posteriormente ao café, houve a diversificação das produções com a citricultura e outras formas de produção (GAMA, 2003). O cultivo da laranja, mais relacionado ao município de Nova Iguaçu, também afetou a cobertura vegetal de parte do maciço (HABTEC, 2000). De acordo com Queiroz (2018, p. 52):

O principal mercado consumidor da laranja iguaçuana era a Europa e, devido a problemas decorrentes do conflito da Segunda Guerra Mundial, a região parou de exportar o produto. Com isso, observa-se uma mudança nas formas-funções espaciais, porque foram realizados loteamentos para outras finalidades, principalmente a construção civil.

O último ciclo diz respeito às atividades mineradoras. A existência de pedreiras e a respectiva exploração realizada com dinamite afugenta a fauna do local e prejudica a flora com a poeira depositada nas folhas (HABTEC, 2000). Para Gama (2003, p. 61):

Em várias áreas do Maciço ocorre a lavra de materiais rochosos que são utilizados na construção civil, principalmente no Morro do Marapicu e na Estrada do Pedregoso.

Ocorre a destruição de florestas e do solo, com poluição e desestabilização de taludes naturais, com o conseqüente surgimento de movimentos de massa.

Para além dos locais citados pela autora, outras áreas do maciço também passam por essa atividade. Queiroz (2018) cita a existência de duas pedreiras próximas às áreas do atual PNMNI, a pedreira Santo Antônio, que atua por cerca de 70 anos no território, e a pedreira Vigné, que foi criada em 1949, desativada em 2014, e com uma área hoje ocupada por um Shopping Center. Apesar de Gama (2003) declarar que as atividades mineradoras, além de poderem causar efeitos como a erosão e o assoreamento dos rios, há registros mais recentes de estudos de áreas do maciço para a extração mineral.

De acordo com o Plano de Manejo do PNMNI, em buscas com o Departamento Nacional de Produção Mineral, atual Agência Nacional de Mineração (ANM):

“Foram identificados diversos pedidos de pesquisa de recursos minerais em regiões próximas ou mesmo no interior da área do Parque, feitos por diferentes empresas de mineração. Estes pedidos foram efetuados entre os anos de 1991 e 1998. Entretanto, apenas três registros de concessão de lavra foram identificados, sendo dois referentes a áreas próximas do Parque (76806846 e 94890110) e um tangente ao limite norte do Parque, próximo à Pedra da Contenda (75805094) (HUBTEC, 2000, p. 29).

Além de todos os aspectos citados no até então, também destacamos a existência do Campo do Gericinó, administrado pelo exército, o Complexo Penitenciário de Bangu, e a presença no passado do Lixão de Bangu (GAMA, 2003). A autora também cita a pressão urbana, as queimadas, as invasões em áreas íngremes, a péssima qualidade da infraestrutura sanitária e o surgimento de loteamentos e conjuntos habitacionais, enquanto Couto (2015) nos atenta para a caça.

Diante de tantos processos que aconteceram no maciço e em seu entorno, nos cabe agora ressaltar as tentativas de proteção de sua área. De acordo com Corrêa (1936) as florestas correspondentes aos maciços do Gericinó e do Mendanha eram protegidas pela União por conta do abastecimento de água do Rio de Janeiro, sendo vigiadas constantemente, proibindo-se o desmatamento, a caça e a pesca. Já Couto (2015) cita o Decreto-Lei Federal nº 3.889, de 5 de dezembro de 1941, que transformava a área em Floresta Protetora da União de forma a proteger os mananciais existentes. É importante ressaltar que tal decreto não especifica claramente sobre a área do Maciço Gericinó-Mendanha. Já em 1965, o Código Florestal

Brasileiro define suas florestas como áreas de preservação permanente (APP) (FUNBIO, 2011).

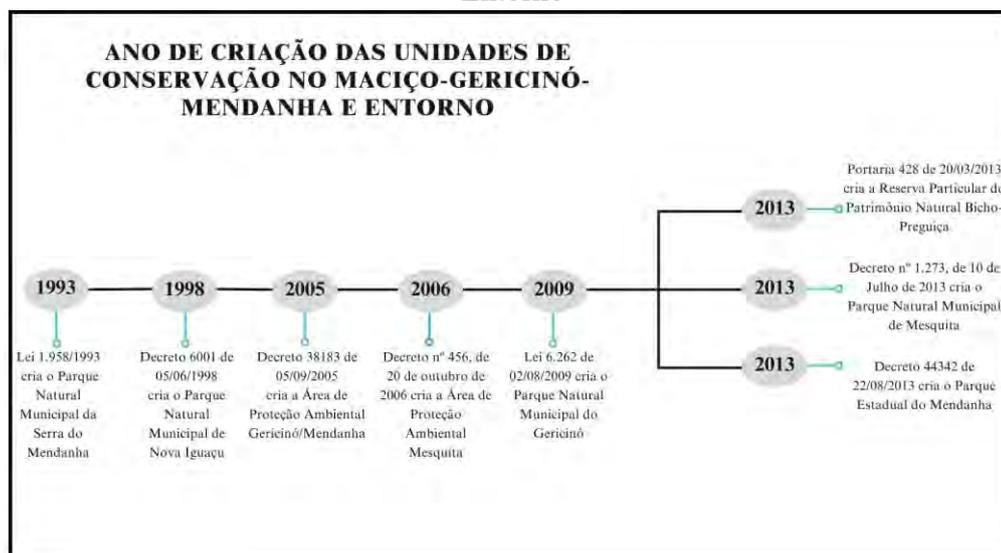
Por sua extensão territorial corresponder à diversas municipalidades do Rio de Janeiro, cada vertente do maciço teve especificidades na forma de ocupação, exploração e proteção dependendo do momento histórico, sendo uma parte relacionada às dinâmicas de ocupação da Baixada Fluminense, enquanto a outra está intrinsecamente ligada às dinâmicas da Cidade do Rio de Janeiro. Com isso, discorreremos acerca das Unidades de Conservação que surgiram no Maciço do Gericinó-Mendanha em suas diversas escalas de influência.

Dessa forma, podemos concluir que o Maciço do Gericinó-Mendanha passou por séculos de exploração vinculados ao desmatamento, às diversas atividades econômicas que aconteceram nele e em seu entorno, bem como é constantemente afetado pelos efeitos da urbanização da metrópole fluminense. Mesmo existindo leis ambientais que tinham o objetivo de proteger a área, discussões mais específicas e contundentes só foram acontecer após a promulgação da Constituição de 1988 e, em sua maioria, executadas após a promulgação da Lei 9.985/2000, como veremos a seguir.

2.2 As UC nas Cercanias do Maciço

A partir da legislação atual, o Maciço do Gericinó-Mendanha possui oito UC em diversas escalas e categorias. Assim, optamos por introduzir cada unidade em ordem cronológica a partir de seu decreto de criação, de forma a montar o quebra-cabeça que envolve as suas respectivas formações e possíveis interações, sobreposições e justaposições. O ano de criação das UC trabalhadas, bem como seus decretos de criação podem ser observadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Ano de Criação das Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha e Entorno



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

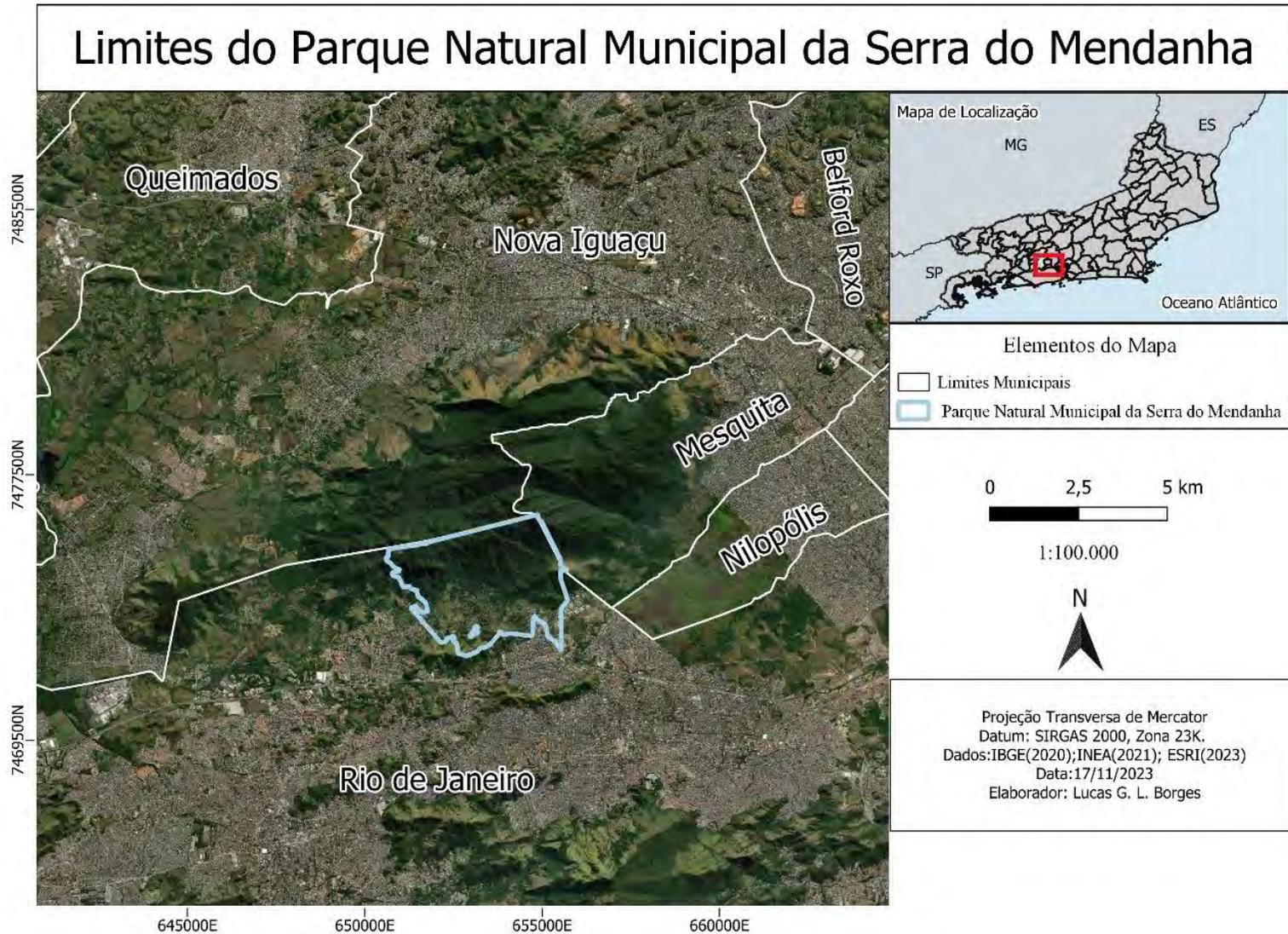
A partir do quadro acima, podemos perceber alguns fatos. O primeiro é que apenas duas UC das oito foram criadas antes da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, sendo seis criadas após a legislação atual. Destas, vale destacar que três foram criadas no ano de 2013, em esferas diversas, públicas e privadas, municipais e estaduais

Assim, aprofundaremos os detalhes de cada UC estudada de acordo com sua legislação de criação, documentos averiguados e relatos de campo para entendermos um pouco mais sobre esses territórios.

2.2.1 Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha

O Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha, antes chamado de Parque Ecológico do Mendanha, foi criado pela lei ordinária nº 1958 de 05/04/1993. Antes do SNUC, o PNMSM era administrado pela Fundação Parques e Jardins, e a mudança de nome ocorreu através do Decreto nº 20.227 de 16/06/2001, sendo definitivamente implantado em março de 2002 (APÊNDICE A). Esta UC possui atualmente 1.524,76 hectares, tendo suas dimensões ampliadas pela última vez no ano de 2008. Antes de se tornar uma UC, parte do seu terreno pertencia à Fábrica de Tecidos Bangu (FUNBIO, 2011). É possível constatar que toda a sua extensão está dentro dos limites da cidade do Rio de Janeiro, possuindo limites com os municípios de Mesquita e Nova Iguaçu (Figura 2). Além disso, sua sede é próxima ao Complexo Penitenciário de Bangu.

Figura 2 - Limites do Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha



Diversas pesquisas já foram feitas nesta UC em diferentes graus acadêmicos e com temáticas distintas. Rinaldi (2005) apresenta um diagnóstico sobre o plano de manejo de seis parques da Cidade do Rio de Janeiro e, ao incluir o Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha, nos expõe problemas como a abertura de trilhas para a caça e o extrativismo ilegal, queimadas e desmatamento. Naquele ano, PNMSM poderia ser considerado uma unidade de papel, pois não obteve classificação satisfatória em nenhum dos parâmetros analisados no Quadro 5. Somando-se, seu plano de manejo só iria surgir no ano de 2011, vinte e oito anos depois de seus primeiros decretos de criação, ausência que Rinaldi (2005) já havia apontado em sua pesquisa.

Quadro 5- Efetividade de manejo das unidades de conservação analisadas.

Unidade de Conservação	Média dos parâmetros (%)	Classificação
PN da Tijuca	76,65	Satisfatória
PNM Chico Mendes	70,37	Média
PNM da Prainha	57,26	Pouco satisfatória
PE da Pedra Branca	56,09	Pouco satisfatória
PNM de Marapendi	53,08	Pouco satisfatória
PNM da Serra do Mendanha	26,97	Insatisfatória

Fonte: (RINALDI, 2005)

Para chegar nesse resultado, a autora analisou dezoito parâmetros. São eles:

Objetivos de criação; situação fundiária; demarcação física; planejamento; processo de tomada de decisão; recursos humanos; recursos financeiros e materiais; fiscalização e monitoramento; pesquisa científica; educação e interpretação ambiental, relações públicas e divulgação; uso público; proteção contra incêndios florestais; infra-estrutura; equipamentos; relação com o entorno; parcerias institucionais; conhecimento; qualidade e importância dos recursos protegidos. (RIBALDI, 2005, p. 67)

Em Nascimento Júnior e Nascimento (2015), podemos destacar a importância do potencial turístico para a preservação e conservação da natureza do parque, uma vez que, para os autores, apenas a criação da Unidade não garantiu a preservação de sua zona de amortecimento, que possui sítios de cunho religioso e plantações de espécies consideradas invasoras, como também exposto em Gomes (2007). É importante destacar que este parque não é importante apenas por conta de suas características ambientais, mas também por conta de

sua relação histórica com a Fábrica de Tecidos Bangu, parte integrante da história do bairro (APÊNDICE A).

Para os autores, “a valorização do espaço do parque como espaço de conservação e preservação da natureza e da história local, poderá ser o fator que modificará a relação das populações do entorno com a área preservada pela UC” (NASCIMENTO JÚNIOR E NASCIMENTO, 2015, p. 41), o que corrobora a fala dos gestores entrevistados ao declararam que o principal problema da unidade está relacionado ao seu público e ao não cumprimento das regras. Ainda assim, vale destacar a Figura 3, que mostra que a relação com o público do entorno pode e deve ser benéfica:

Figura 3 - Feira dos Agricultores do Mendanha



Fonte: Tirada pelo próprio autor (31/03/2022)

Ainda, vale citar que apesar de alguns problemas relacionados a investimentos e manutenção, a estrutura do parque se desenvolveu frente aos dados expostos em 2005. A UC possui uma sede, trilhas, plano de manejo, ainda que desatualizado, conselho consultivo e integração com grupos sociais do entorno através das ONG's, universidades, entre outros. Diante de tanta integração, ressalta-se a importância das conversas com os gestores entre as UC do maciço.

2.2.2 Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

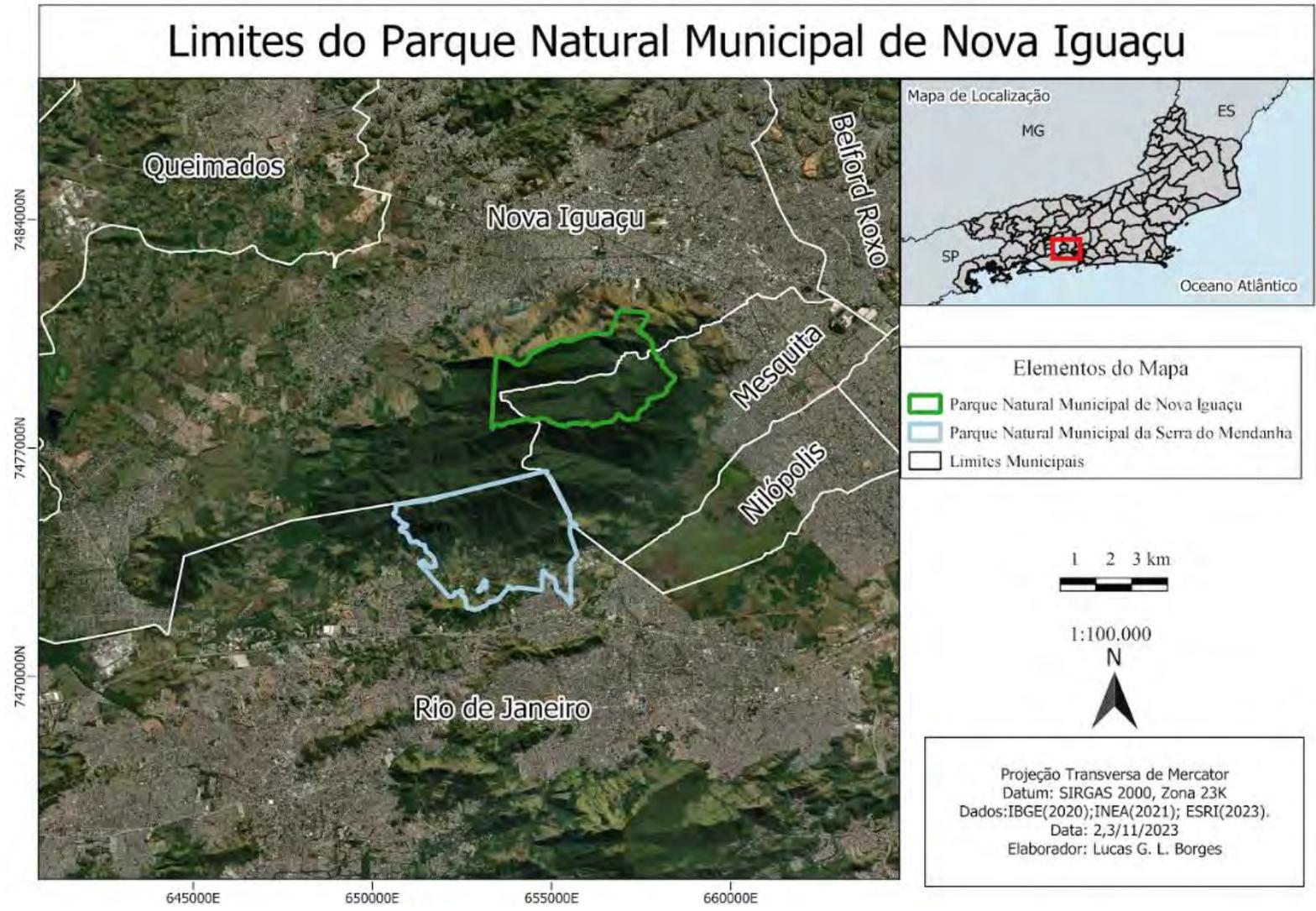
O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu foi criado a partir do decreto municipal nº 6.001 de 05 de junho de 1998, em com uma área de 1.100 hectares. Diferentemente do PNMSM, o PNMNI teve seu plano de manejo divulgado dois anos após a sua criação, ficando, assim, dentro de parâmetros legais.

De acordo com seu plano de manejo, “A implantação do Parque representa um relevante investimento social e ecológico para a Baixada Fluminense e atende a antigas reivindicações de entidades ambientalistas que atuam na região” (HABTEC, 2000, p. 10), sendo importante para a proteção ambiental e como opção de lazer para a população local.

É importante ressaltar que, quando criado, o PNMNI, Figura 4, estava completamente inserido no município de Nova Iguaçu, uma vez que o Município de Mesquita só se emancipou no ano de 1999. Ainda assim, também podemos perceber na imagem que tanto os limites do PNMNI quanto os do PNMSM não se alcançam.

Atualmente, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu é um dos melhores exemplos de Unidade de Conservação consolidada no maciço. Esta UC possui sede, gestão, plano de manejo, além de receber semanalmente visitantes de diversas partes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 4 - Limites do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

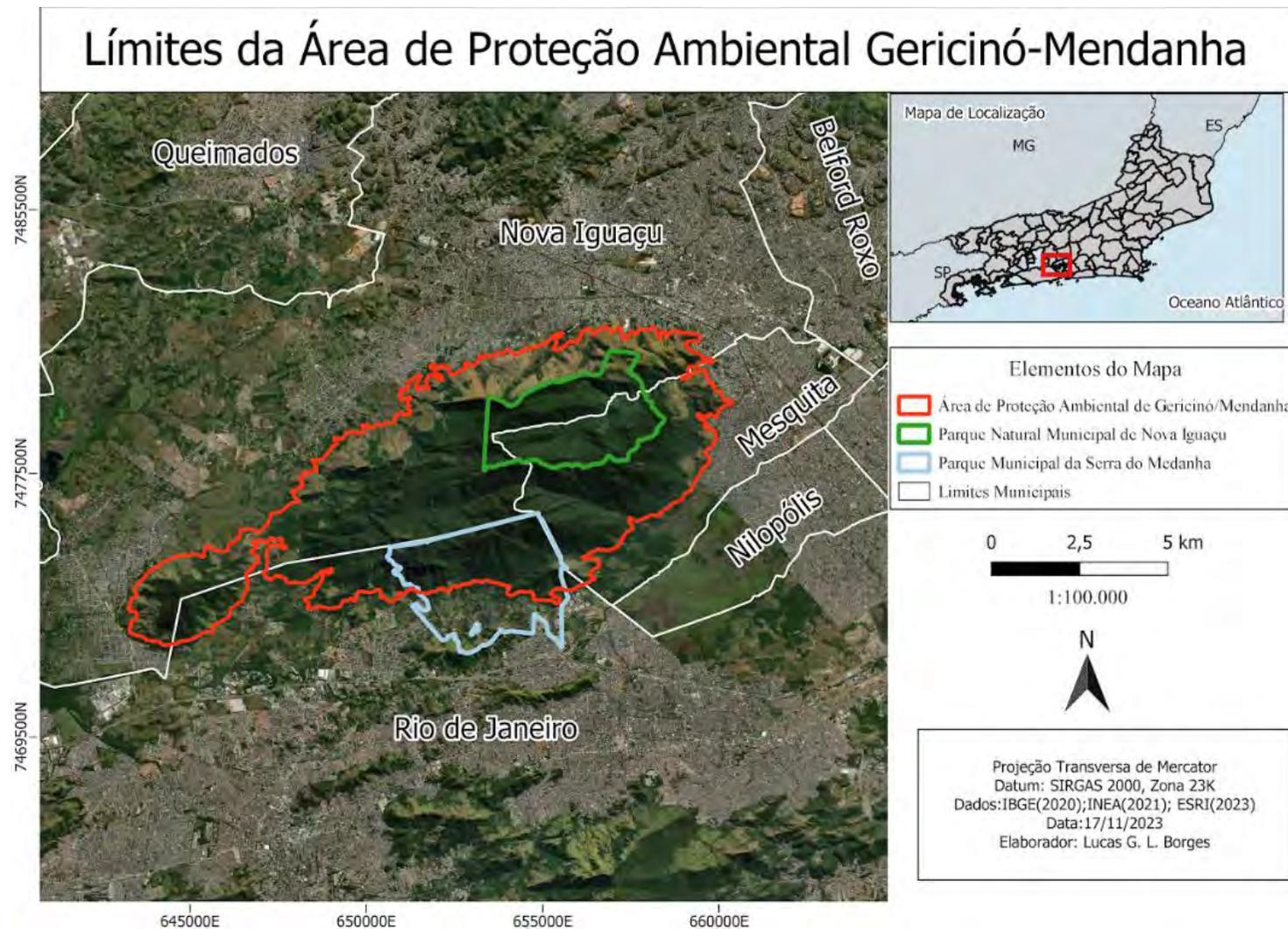


De todas as áreas estudadas, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu é a UC com mais trabalhos desenvolvidos em diversos graus acadêmicos. Dentre eles, destacamos Queiroz (2018), que propôs várias atividades que integram a UC à população local, sendo uma delas o desenvolvimento do programa de voluntariado do parque.

2.2.3 Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha

A criação da APA Gericinó Mendanha foi autorizada pelo Governo do Estado através da Lei ordinária nº 1.331, de 12 de julho de 1988, correspondendo aos então municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Nilópolis. Apesar da Lei ordinária, a APA só foi efetivamente implantada com o Decreto nº 38.183, de 05 de setembro de 2005, dezessete anos depois, fazendo as partes maciço com a altimetria acima dos 100 metros de altura se tornassem áreas protegidas, integralizando-se em uma área de 8.000 hectares.

Figura 5 - Limites da Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha



Como podemos observar na imagem (Figura 5), a APA foi a primeira Unidade de Conservação a recobrir a maior parte do Maciço do Gericinó-Mendanha. Ainda assim, vale destacar que ela faz parte de uma categoria mais flexível, o uso sustentável, do que as outras unidades criadas até então. De acordo com Couto (2015, p. 91), “a cobertura vegetal da APA é formada por cerca de 60% de Floresta Tropical Atlântica em ótimo estado de conservação. Na área restante predomina mata secundária com diferentes graus de regeneração.”

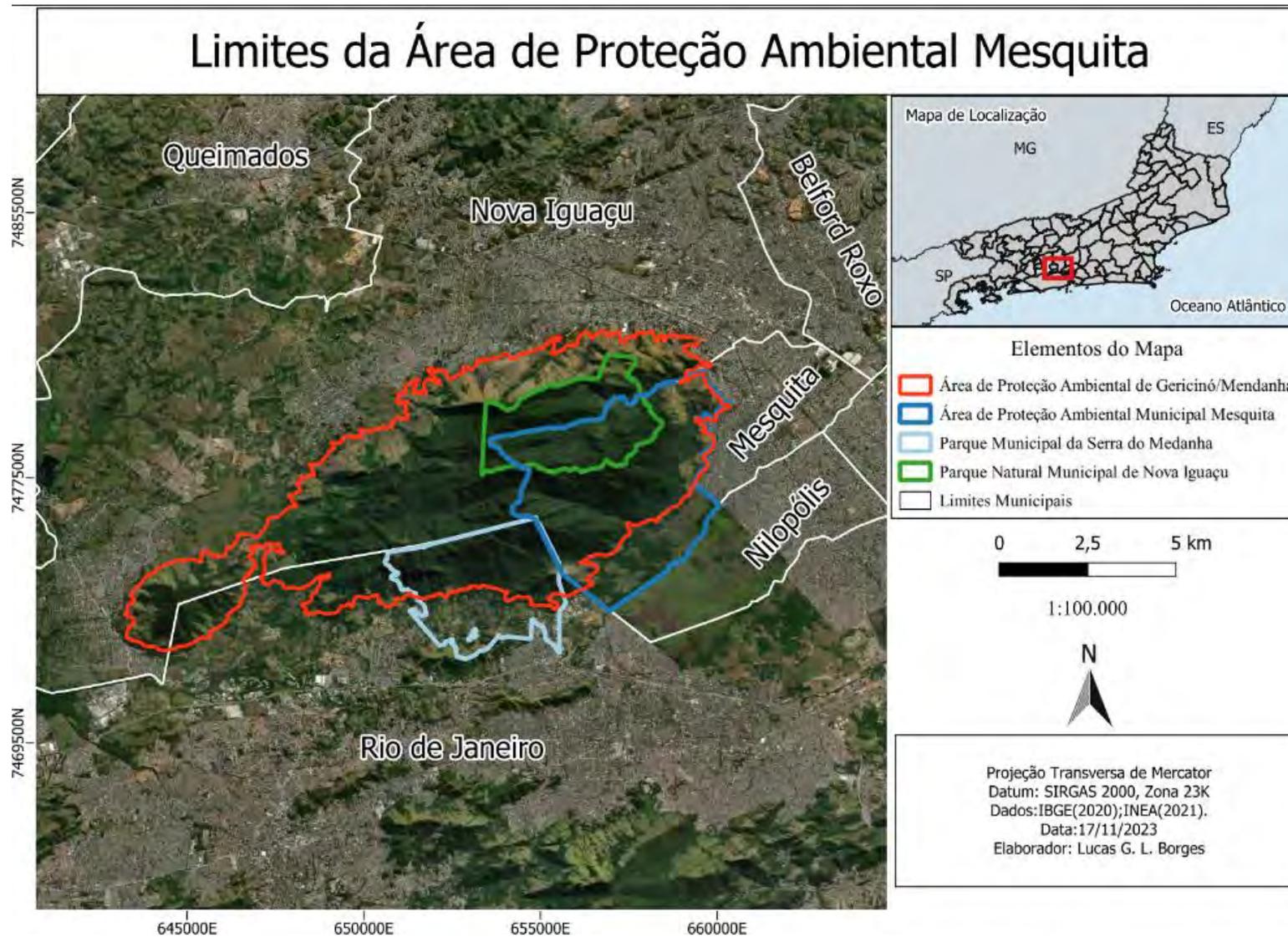
Outro fator importante a ser destacado diz respeito à gestão, que é feita de forma integrada entre a APA e o Parque Estadual do Mendanha (PEM), ambas UC da esfera estadual (APÊNDICE J). De forma aparente, o fato de já existir um modelo de gestão entre as duas unidades pode nos auxiliar na proposição de um Mosaico de Unidades de Conservação, ainda que a ideia não seja de centralizar as decisões em um único representante.

2.2.4 Área de Proteção Ambiental de Mesquita

A Área de Proteção Ambiental de Mesquita foi criada a partir do decreto municipal nº. 456, de 20 de outubro de 2002 e possui aproximadamente 1.900 hectares. Apesar de ser mais antiga do que o PNMM, não foram identificados trabalhos acadêmicos sobre esta UC, nem um plano de manejo específico para esta unidade.

Uma de suas áreas de grande interesse, que também está inserido no parque, é o Monte Guararapes, conhecido como “Monte Horebe”, local que possui grande fluxo de entidades religiosas protestantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA, 2019). Podemos perceber através da Figura 6 que parte da APA de Mesquita é sobreposta pelo PNMNI.

Figura 6 - Limites da Área de Proteção Ambiental Mesquita



Constatamos em nossos trabalhos de campo (APÊNDICE D) e na entrevista realizada com o gestor da unidade (APÊNDICE K) que houve um movimento recente da Prefeitura de Mesquita para sinalizar com placas áreas da APA, bem como melhorar o acesso ao Monte Guararapes, também conhecido como Monte Horebe (Figura 7).

Figura 7 - Obras na Área de Proteção Ambiental de Mesquita

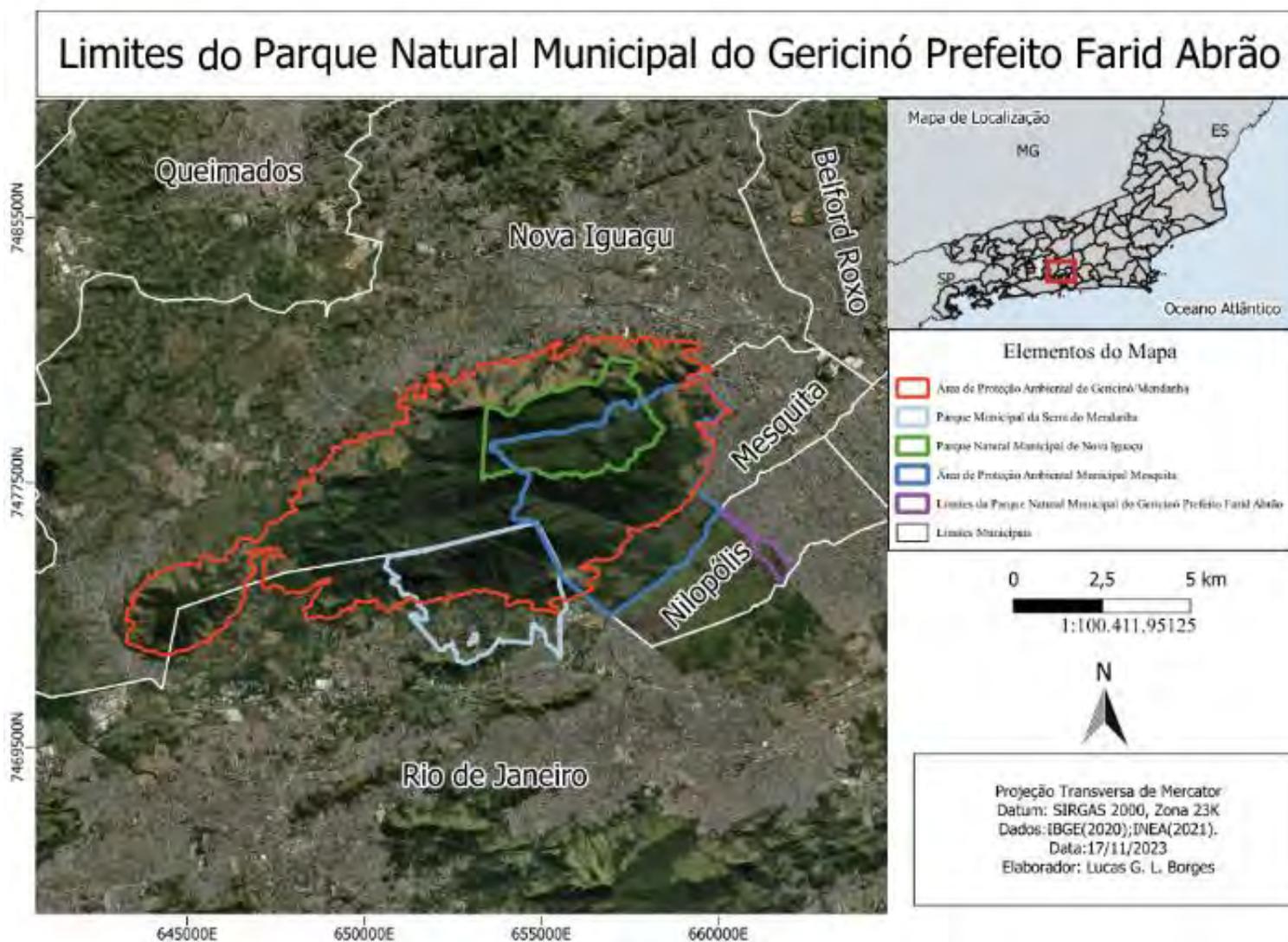


Fonte: Tirada pelo próprio autor (09/10/2023)

2.2.5 Parque Natural Municipal do Gericinó

O Parque Natural Municipal do Gericinó (PNMG) fica localizado no Município de Nilópolis e foi criado pela lei ordinária nº 6.262 de 20 de agosto de 2009, possuindo uma área de 633.598,13m² (63,35 hectares). De todos os Parques Naturais Municipais estudados, o PNMG possui as características mais singulares. Primeiramente, podemos observar o movimento constante de frequentadores, visto seu fácil acesso e aderência pela população. Também podemos citar a mudança do nome da Unidade para “Parque Natural Municipal do Gericinó Prefeito Farid Abrão” (Figura 8), remetendo a uma personalidade política local.

Figura 8 - Limite do Parque Natural Municipal do Gericinó Prefeito Farid Abrão



Destacamos que parte da área da Unidade de Conservação, segundo o seu decreto de criação (PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS, 2009), pertence à União e é administrada pelo Exército Brasileiro, como o Campo de Instrução do Gericinó (CIG). Foi possível destacar durante o trabalho de campo a presença das Forças Armadas não só por meio de placas de delimitação de área, como também pela presença de militares do exército nos arredores da unidade (Figura 9).

Figura 9 - Entre o Militar e o Civil no Parque Natural Municipal do Gericinó



Fonte: Tirada pelo próprio autor (29/09/2022)

Podemos perceber que no momento de sua criação, a UC apenas se limitava à Área de Proteção Ambiental de Mesquita, criando-se uma área contínua mais distante do que as outras unidades que efetivamente fazem parte do Maciço Gericinó-Mendanha, destacando-se que este Parque está na zona de amortecimento de algumas unidades como a APA Gericinó e do PNMNI.

Entre os trabalhos produzidos sobre a UC, destacamos Louzada *et al.* (2002) por catalogarem a fauna presente na unidade de forma didática, destacando a importância da APA Gericinó-Mendanha e do Refúgio de Vida Selvagem Floresta do Camboatá por estarem próximas ao PNMG.

2.2.6 Reserva Privada do Patrimônio Natural Bicho Preguiça

A Reserva Privada do Patrimônio Natural Bicho Preguiça foi criada pela portaria 428 de 20/03/2013 e teve seu ato legal de reconhecimento pela Portaria 532 de 21/05/2014. Apesar de constar no relatório do Cadastro Nacional das Unidades de Conservação que a UC está apenas na cidade do Rio de Janeiro, é possível observar em mapa no mesmo documento que a maior parte de sua área se encontra no município de Nova Iguaçu. Porém, em dados obtidos na base de dados do INEA, podemos aferir que toda a unidade está dentro do município de Nova Iguaçu (Figura 10). No documento, consta como órgão gestor o Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (INEA).

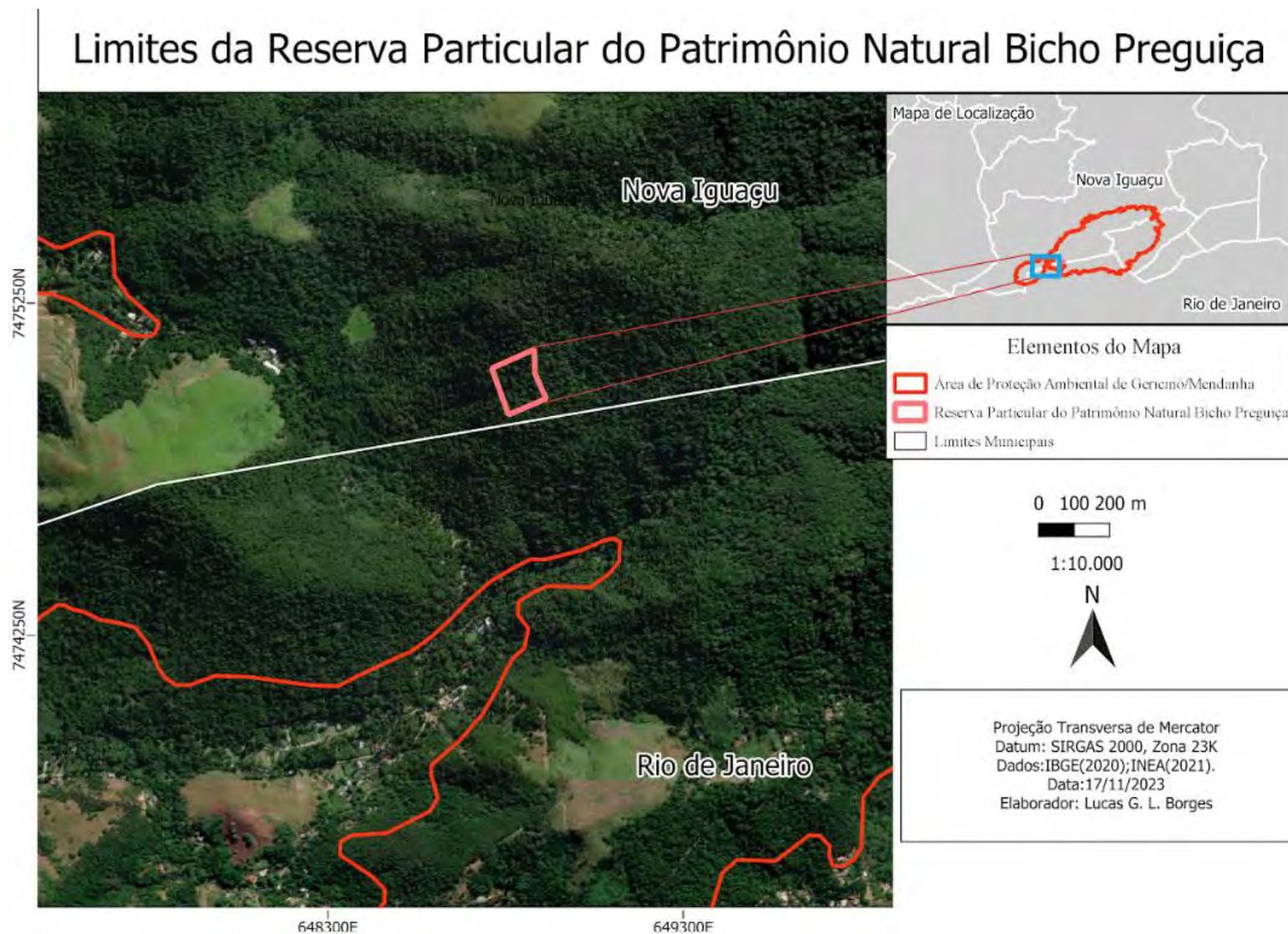
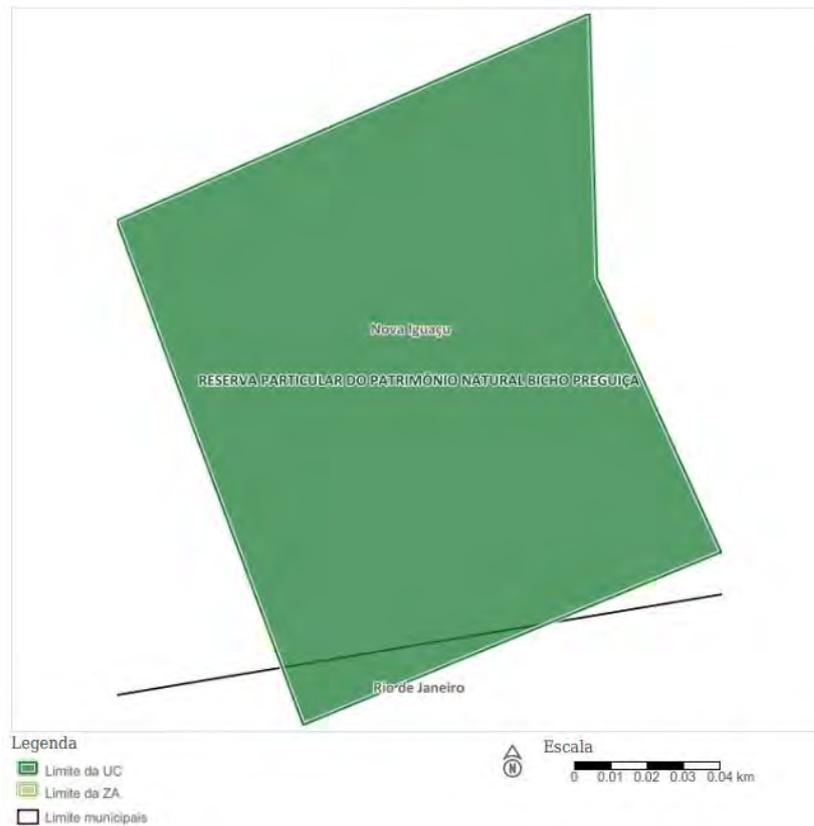
Figura 10 - Limites da Reserva Particular do Patrimônio Natural Bicho Preguiça

Figura 11 - Representação dos Limites da Reserva Particular do Patrimônio Natural Bicho Preguiça no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)



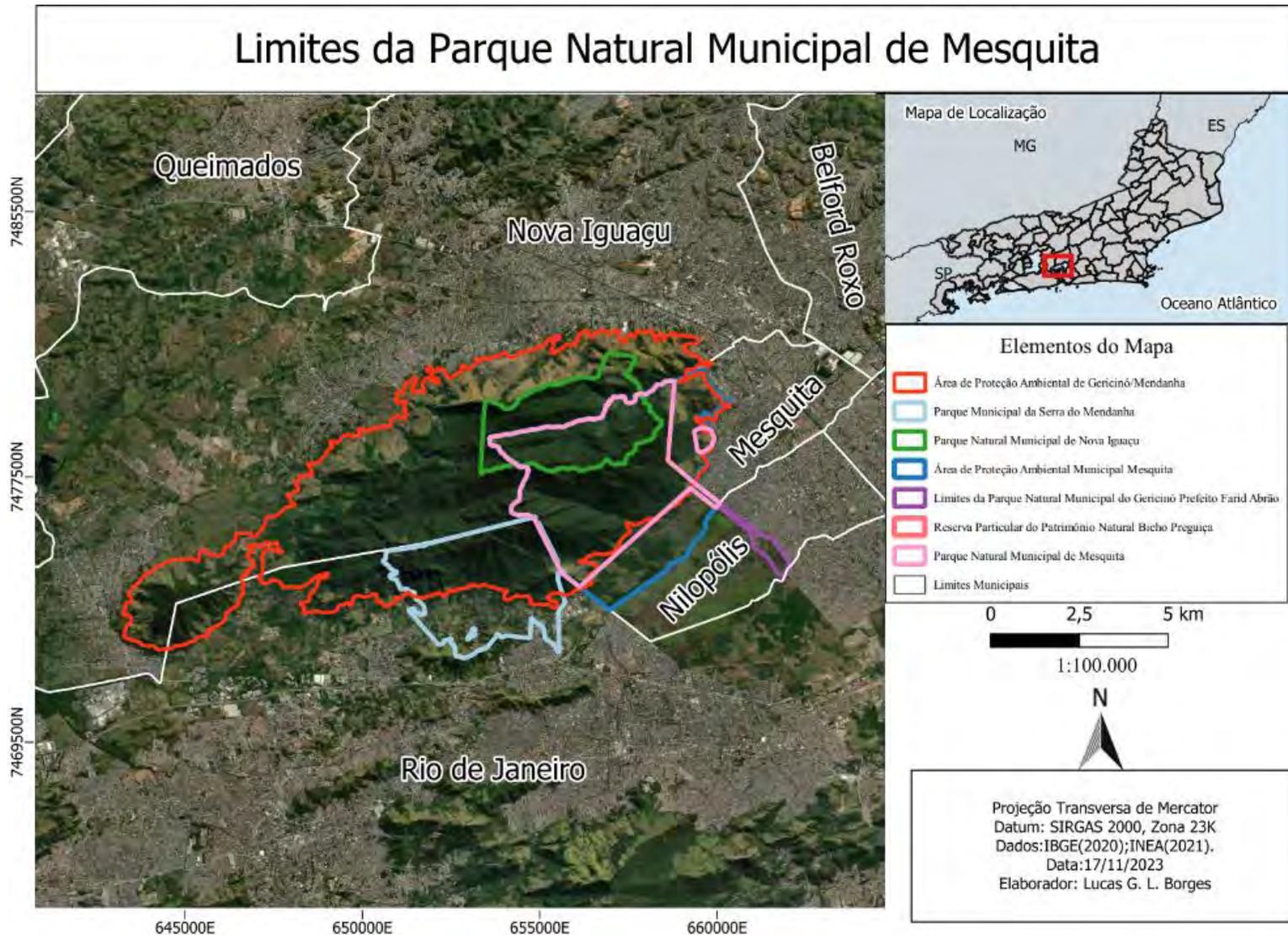
Fonte: <https://cnuc.mma.gov.br/>

Apesar de não conseguirmos contato com o responsável da RPPN, seu gestor afirmou que “Depois de criada nossa RPPN, resolvemos desenvolver a pesquisa científica, a educação ambiental e o ecoturismo na região, mesmo sem incentivos ou apoio para tais atividades” (MARTINS, 2018). Dentre as pesquisas realizadas e inseridas nesta UC, podemos destacar Martins e Pontes (2020), em que os autores relatam encontrar por meio de armadilhas fotográficas e busca ativa a presença do *Pecari Tajuru* que, apesar de relatos populares, era considerado extinto em solos fluminense por mais de um século. Ainda assim, é importante ressaltar que não foram identificadas pesquisas em nível de dissertação de mestrado ou tese de doutorado direcionadas ao estudo desta unidade.

2.2.7 Parque Natural Municipal de Mesquita

O Parque Natural Municipal de Mesquita foi criado através do decreto municipal nº 1.273 de 10 de julho de 2013, e diferentemente de outras UC do maciço esta não possui nenhuma lei de implementação. A unidade possui 1.265 hectares e, além do documento anteriormente citado, temos como base o Plano de Manejo da UC (PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA, 2019), pois não foi identificado nenhum trabalho acadêmico sobre o Parque e nem um cadastro no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Figura 12 - Limites do Parque Natural Municipal de Mesquita



Cabe ressaltar que esta unidade também se sobrepõe ao PNMNI (FIGURA 12), registrando-se em seu plano de manejo que “até a edição deste Plano de Manejo, o Parque de Mesquita tem sido administrado de forma compartilhada ao Parque Municipal de Nova Iguaçu - já implantado e em funcionamento - sendo aquela uma das vias de acesso a esse” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA, 2019, p. 11).

Assim como na APA Mesquita, foram instaladas placas de identificação de seus limites em áreas limítrofes com o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, de forma a identificar que a UC fica do outro lado do Rio Dona Eugênia, que também é um marco de divisas entre os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita.

Figura 13: Placas Informativas Sobre a Área da APA Mesquita

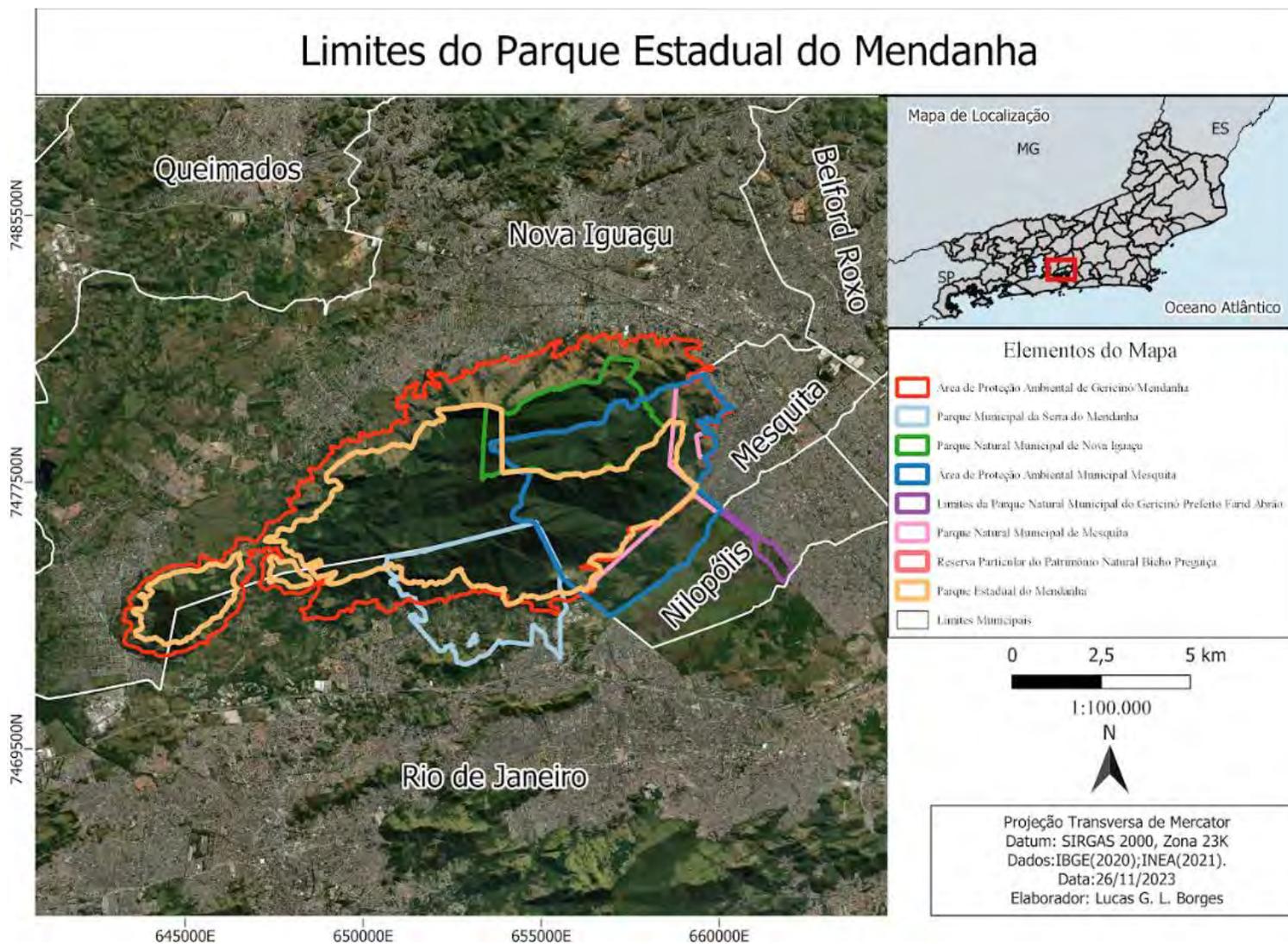


Fonte: Tirada pelo próprio autor (04/06/2023)

2.2.8 Parque Estadual do Mendanha

O Parque Estadual do Mendanha (PEM) foi a última Unidade de Conservação a ser criada no Maciço do Gericinó-Mendanha. De acordo com Couto (2019, p. 70), “sua criação propiciou que o terceiro maciço rochoso da região metropolitana ficasse sob regime de proteção integral tal qual o Parque Estadual da Pedra Branca e o Parque Nacional da Tijuca”. Sua criação foi feita a partir do Decreto nº 44.342 de 22/08/2013, com aproximadamente 4.398,10 hectares.

Figura 14 - Limites do Parque Estadual do Mendanha



Inserindo-se nos municípios do Rio de Janeiro, Mesquita e majoritariamente no município de Nova Iguaçu, podemos perceber (Figura 14) que o PEM se sobrepôs a grande parte da APA Gericinó-Mendanha, que pode ser entendida atualmente como sua zona de amortecimento. Além disso, o PEM se sobrepõe a uma parte do PNMNI, do PNMSM, da APA Mesquita, e do PNMM, também estando justaposto à RPPN Bicho-Preguiça.

Ressaltamos, neste momento, a fala do gestor do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (APÊNDICE F) sobre os limites do PNMNI com o Parque Estadual do Mendanha:

PNMNI: “E aí você imagina entregar isso para uma única unidade fazer gestão é muito complicado, tanto é que se você olhar o mapa, o PEM não sobrepõe o Parque Natural de Nova Iguaçu, e isso foi uma exigência que eu fiz para aceitar dar o meu positivo na audiência pública, que não fosse sobreposto por que? Porque a gente ia ter conflitos, entendeu?”

Ainda assim, com as delimitações feitas a partir das fontes supracitadas nas figuras, o Parque Estadual do Mendanha aparenta sobrepor o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

2.3 Da Criação à Implementação

É muito importante destacar que a criação de uma UC não reflete diretamente em sua implementação. Tomemos como exemplo o Parque Natural Municipal de Mesquita:

Observa-se que, desde a sua criação, em 2013, o PNMM permaneceu apenas legalmente constituído, não sendo implantado com estrutura mínima. Com a edição deste material, seguem-se os movimentos de efetiva implantação para cumprimento dos objetivos básicos da UC, especialmente no que tange às atividades de turismo ecológico, educação e preservação ambiental. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA, 2019, p. 11)

Ainda, podemos aferir no Quadro 6 a quantidade de UC no maciço que não possuem dados cadastrados na plataforma do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação:

Quadro 6 - Dados das Unidades de Conservação no CNUC

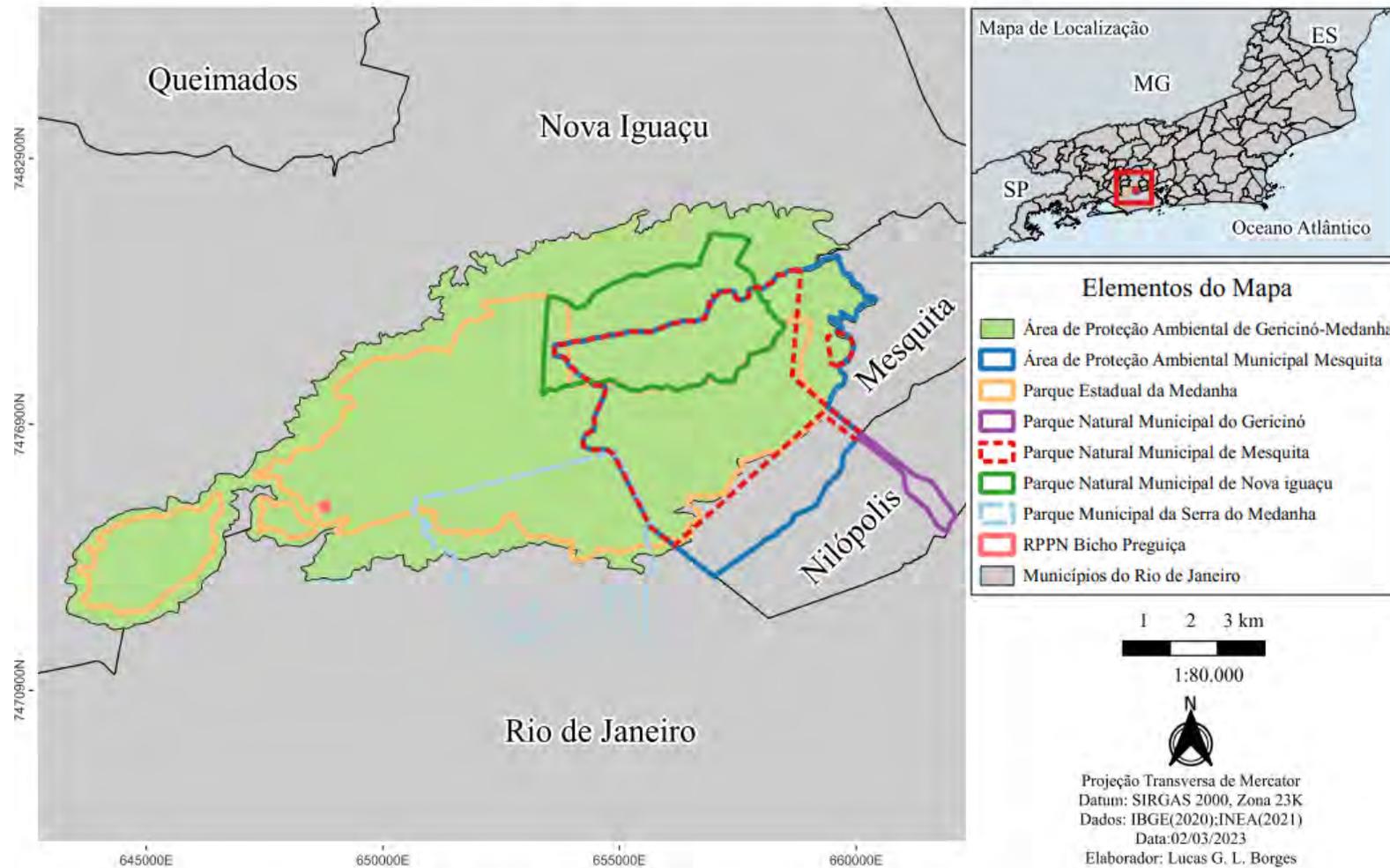
Unidade de Conservação (UC)	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)
Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	Sim
Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha	Sim
Parque Natural Municipal de Mesquita	Não
Parque Natural Municipal do Gericinó	Não
Parque Estadual do Mendanha	Sim
Área de Proteção Ambiental do Gericinó	Sim
Área de Proteção Ambiental de Mesquita	Não
Reserva Privada do Patrimônio Natural Bicho Preguiça	Sim

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Além disso, vale destacar a pesquisa de Barros Junior e Queiroz (2023). Os autores analisaram as características dos Parques Naturais do maciço a fim de identificar problemas de infraestrutura e possíveis conflitos que influenciariam na gestão integrada. Percebeu-se que algumas UC, apesar de possuir algum tipo de infraestrutura, como guaritas ou placas indicativas, não possuíam uma gestão formal, nem conselho consultivo e nem plano de manejo. Na figura 15 estão apresentadas todas as Unidades de Conservação mapeadas no maciço do Gericinó-Mendanha.

Figura 15 - Mapa das Unidades de Conservação do Maciço do Gericinó-Mendanha

Unidades de Conservação do maciço do Gericinó-Mendanha



Ressaltamos que em alguns casos, apenas a lei de criação não é suficiente para tirar uma Unidade de Conservação do papel, muitas vezes tendo que se criar uma lei de implementação. Por mais que pareça redundante, a promulgação de uma única lei deveria ser o suficiente para criar e implementar estes territórios, pois o funcionamento precário de uma UC pode influenciar o trabalho do entorno, levando-se em consideração a proposta de gestão integrada e participativa.

3 CAPÍTULO III - PROPONDO NOSSA IMAGEM: INTERPRETAÇÕES E DESAFIOS DOS GESTORES SOBRE A CRIAÇÃO DE UM MOSAICO DE UC NO MACIÇO GERICINÓ-MENDANHA

Neste momento, com base na Análise de Discurso Crítica (ADC), analisaremos as entrevistas realizadas com os gestores das Unidades de Conservação, de forma a desenvolver a nossa proposta de mosaico a partir da visão de quem administra as Unidades, bem como compreender algumas questões relacionadas à legislação, formação dos responsáveis pelas unidades e aos desafios de gestão das unidades.

Segundo Resende e Ramalho (2006) a Análise Discurso Crítica possui uma abordagem transdisciplinar, tendo como sua marca o equilíbrio entre forma e função. Ainda, as autoras ressaltam que a ADC tem como um de seus objetivos contribuir para a superação das relações de dominação, estando relacionada com a relação dialética entre discurso e sociedade, visto que alguns discursos podem ser entendidos como ideológicos (RESENDE e RAMALHO, 2006).

Nosso objetivo com a análise das entrevistas está além do viés multimetodológico, visto que elas são uma das matrizes da pesquisa em conjunto com os trabalhos de campo e a pesquisa bibliográfica. Buscaremos compreender os discursos presentes na fala dos gestores e os confrontarmos com a realidade, levando-se em consideração em como algumas identidades afetam as relações sociais, bem como a representação dos atores na transformação da realidade. Somando-se, a ADC busca superar as relações de dominação por meio da dialética entre discurso e sociedade (RESENDE e RAMALHO, 2006).

3.1 Considerações Acerca das Entrevistas e do *Entrevistar*

As entrevistas com os gestores, ex-gestores e secretários de meio ambiente aconteceram entre os meses de abril de 2023 e julho de 2023. Nelas, foi possível elucidar diversas informações sobre as Unidades de Conservação do Maciço Gericinó-Mendanha e a opinião dos gestores acerca da proposição de um Mosaico de Unidades de Conservação, visto que sem a aprovação e interesse dos gestores, tal proposta se faria esvaziada. As perguntas podem ser consultadas no Apêndice E, bem como as entrevistas (APÊNDICES F, G, H, I, J e K). Outros detalhes podem ser observados no Quadro 7, como as datas de realização, o tempo de entrevista e o local em que ocorreu. Além disso, todos os entrevistados que assinaram o Termo de Consentimento tiveram seus nomes mantidos.

Quadro 7- Detalhes sobre a aplicação das entrevistas

Data de Realização	Unidade de Conservação (UC)	Cargo do(a) entrevistado(a)	Tempo de entrevista	Local	
10/04/2023	Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	Gestor*	23min 39s	Sede do Parque	
12/04/2023	Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha	Antigo Gestor	23min 34s	Área do Parque	
12/04/2023	Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha	Gestora	7 min	Sede do Parque	
19/06/2023	Parque Natural Municipal do Gericinó	Secretário de Meio Ambiente	10min 28s	Sede da Secretaria de Meio Ambiente	
20/06/2023	Área de Proteção Ambiental do Gericinó	Parque Estadual do Mendanha	Gestão	6min 11s	Online
10/07/2023	Parque Natural Municipal de Mesquita	Área de Proteção Ambiental de Mesquita	Gestor**	13min 43s	Corredor da Prefeitura
-----	Reserva Privada do Patrimônio Natural Bicho Preguiça	-----	-----	-----	
<p>*Atualmente, o antigo Gestor do PNMNI é Secretário de Meio Ambiente do Município de Nova Iguaçu</p> <p>** Como declarado em entrevista, cumpre o cargo em caráter “extraoficial” (APÊNDICE E)</p>					

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Ao se tratarem de pessoas diferentes em momentos distintos, podemos perceber que, para além das respostas, cada entrevista teve sua especificidade espaço-temporal. Enquanto em algumas, para as mesmas perguntas, os entrevistados ultrapassaram os 20 minutos de duração, outros responderam em um tempo três vezes menor. Somando-se, registramos que os locais também foram diversos dependendo da disponibilidade, ou interesse, dos entrevistados.

A maioria dos gestores, ex-gestores e secretários realizou esta etapa da pesquisa nas sedes e áreas dos parques, enquanto em outro caso ela foi feita online. A partir destas minúcias, partiremos para a análise do que foi registrado, repartindo as perguntas em grandes blocos de forma a filtrar as respostas diversas para a mesma pergunta, correlacionando-as com a ADC. Assim, pretendemos tratar de forma coesa os temas trabalhados nas entrevistas, de forma a correlacionarmos estes com os Relatos de Campo.

3.2 Nome dos entrevistados e local de trabalho

As duas primeiras perguntas, de cunho mais informativo, referem-se ao nome dos entrevistados e onde trabalham. Dos seis entrevistados, cinco assinaram o Termo de Consentimento sobre suas falas durante a gravação. Desta forma, optamos por manter as falas do entrevistado que não assinou o termo, mas ocultando seu nome. De acordo com Resende e Ramalho (2006, p. 72)

As maneiras como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades. Determinados atores, por exemplo, podem ter sua agência ofuscada ou enfatizada em

representações, podem ser representados por suas atividades ou enunciados ou, ainda, podem ser referidos de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou o que fazem.

Neste caso específico, em que o entrevistado optou por realizar a entrevista mas a não ser identificado, podemos destacar o que as autoras colocam como personagem sem nome (RESENDE e RAMALHO, 2006), de forma que seu papel seria passageiro e funcional, em contrapartida aos nomeados, que valoriza o entrevistado no discurso.

3.3 Funções e tempo de serviço

As próximas perguntas que foram feitas se relacionam às as atribuições dos entrevistados nas UC, tivemos respostas que divergem, mesmo pessoas que estão aparentemente na mesma função:

Quadro 8 - Funções declaradas e tempo de serviço dos entrevistados

Unidade de Conservação (UC)	Função Declarada	Tempo de Serviço na UC
Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	Gestor	13 Anos
Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha (Antigo Gestor)	Antigo Gestor	8 meses como gestor 4 meses como auxiliar da gestão atual
Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha (Gestora Atual)	Gestora	1 Ano
Parque Natural Municipal do Gericinó	Secretário de Meio Ambiente	2 Anos e 6 Meses
Área de Proteção Ambiental do Gericinó Parque Estadual do Mendanha	Função de Gestão	3 Anos e 6 Meses
Parque Natural Municipal de Mesquita Área de Proteção Ambiental de Mesquita	Supervisor das UC durante o período em que a Prefeitura não nomeou alguém oficialmente	4 Anos

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

De acordo com Resende e Ramalho (2006) a ADC, a linguagem é o discurso em uso, não devendo-se desconsiderar, de forma equilibrada, a forma e a função dos discursos. Podemos perceber, assim, algumas diferenças em se referir ao cargo ocupado pelo verbo empregado por alguns entrevistados:

PNMNI: “*estou como gestor do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu desde o dia 27 de abril de 2010*” (APÊNDICE F).

PNMSM (Antigo Gestor): “*fui convidado para trabalhar como gestor (...) eu estou aqui auxiliando a gestão*” (APÊNDICE G).

PNMSM (Gestora Atual): “*Sou gestora aqui do parque*” (APÊNDICE H).

PNG: “*Hoje eu trabalho na Secretaria de Meio Ambiente de Nilópolis e no nosso parque*” (APÊNDICE I).

APA Mesquita e PNMM: “*eu tive um cargo específico para gerir essas unidades de conservação*” (APÊNDICE K).

Podemos notar o uso do verbo “trabalhar” algumas vezes, que dá ideia de um ofício sendo realizado. No PNMNI, o gestor usa o verbo “estar”, que implica temporariedade, apesar de estar 13 anos no cargo, enquanto a gestora do PNMSN utiliza o verbo “ser”, que apesar de implicar permanência, também pode ser usado para profissões.

Além disso, devemos ressaltar a fala do responsável pelas UC de Mesquita, uma vez que ele diz que teve um cargo específico para gerir as unidades, porém, na ausência de uma convocação legal de um gestor por parte da Prefeitura de Mesquita, ele assumiu o caráter a administração de forma “extraoficial” (APÊNDICE K).

3.4 Experiência e formação

As perguntas seguintes se relacionam às experiências e formações dos entrevistados, que se resumem no Quadro 9:

Quadro 9 - Experiência e formação dos entrevistados

Unidade de Conservação (UC)	Experiência na Área	Formação
Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	Começou com Estagiário na Secretaria de Meio Ambiente	Gestor Ambiental, Biólogo, Pós Graduado em Gestão Pública
Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha (Antigo Gestor)	Trabalha desde 1998 na Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro	Ensino Médio Completo, Agente de Administração
Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha (Gestora Atual)	Experiência na gestão de pessoas	Curso Superior Tecnólogo em Segurança Pública. Cursos de Capacitação em Meio Ambiente
Parque Natural Municipal do Gericinó	22 anos a frente da gestão pública.	Não Constam Informações na entrevista
Área de Proteção Ambiental do Gericinó	Parque Estadual do Mendanha	Participou de processos de gestão há pelo menos 18 anos
Parque Natural Municipal de Mesquita	Área de Proteção Ambiental de Mesquita	Engenheiraria Florestal e formou-se em Direito, possui pós-graduação, mestrado, etc.
		Engenheiro Agrônomo

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Alguns gestores, como os do PNMNI e do PNG possuem experiências bem consolidadas, atuando em órgãos públicos há décadas. O antigo gestor do PNMSM também possui décadas em funções variadas na Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, tendo auxiliado na criação de alguns planos de manejo de UC na capital fluminense (APÊNDICE G). A atual gestora do PNMSM, apesar de não declarar experiência na gestão de UC, declarou que tem experiência na gestão de pessoas. O responsável pelas APA Mesquita e PNMM possui sua experiência voltada para a agroindústria, o que condiz com sua formação, enquanto a gestão das UC estaduais declarou que tem experiência na área ambiental, mas também não entrou em detalhes:

Gestão APA Gericinó e PEM: *“a gente já participou de processos de gestão, tanto aqui no Rio, São Paulo, Minas Gerais, há 18 anos”* (APÊNDICE J).

Acerca das formações, a gestão do PNMNI, e de Mesquita possuem cursos de ensino superior correlatos à área ambiental. Além deles, a gestão das UC estaduais também possui, apesar de não entrar em detalhes sobre as especificidades das pós-graduações. A gestora do PNMSM possui formação em Segurança Pública, se capacitando nas áreas ambientais através de cursos. O antigo gestor do PNMSM estudou até o Ensino Médio e é agente de administração,

valendo ressaltar que mesmo com este grau de escolaridade possui muito conhecimento por conta de seus mais de vinte anos de experiência na área. Não constam informações na entrevista sobre o gestor do PNG.

3.5 A criação dos limites e os conflitos das Unidades de Conservação

O próximo bloco se relaciona aos motivos da criação de seus limites e aos conflitos existentes nas UC. Dentre as informações de conflitos. Para o gestor do PNMNI, a maior dificuldade está relacionada aos recursos humanos e financeiros. Ainda assim, o gestor destaca que mesmo se houvesse tais recursos, a gestão poderia continuar apresentando problemas caso o trabalho não fosse feito para além dos limites da UC, destacando a importância da gestão integrada:

PNMNI: *“Então, eu posso botar uma fiscalização excelente que se o meu vizinho não fizer, aí, por exemplo, eu consigo controlar o que entra de errado pra não entrar e aí o vizinho que não controla, eu tenho uma área imensa de fronteira com dificuldade, Então às vezes essa falta de pessoal aumenta muito essa fragilidade. Mas se quem faz limite com a gente aqui não tiver nessa mesma linha, acho que a gente também ia ter muita dificuldade nas fronteiras”* (APÊNDICE F).

No trecho acima, o entrevistado se refere ao alcance das unidades de duas formas distintas. Na primeira, é utilizada a forma convencional, referindo à sua área de atuação sendo delimitada por “limites”. Já na segunda, a escolha foi pela palavra “fronteira”, que além de conferir uma ideia de territorialidade para a área delimitada, também deixa subentendida que há outro território demarcado.

Nota-se uma preocupação pela eficiência dos trabalhos realizados para além de seus limites territoriais, de forma que problemas externos não interfiram de forma negativa em sua gestão. Tal preocupação se encaixa com a proposta de gestão integrada em mosaico, ressaltando-se que as problemáticas de fragilidade poderiam ser trabalhadas de forma conjunta.

Sobre a criação dos limites do parque, o gestor declara que o ele foi criado pela articulação de ambientalistas locais que queriam impedir que aquela parte do maciço fosse integrada no projeto governamental “Cada Família um Lote” por volta de 1985.

O antigo gestor do PNMSM informou que não sabe quais são os motivos que levaram a criação dos limites do parque, porém cita que um dos maiores conflitos, mesmo após a

delimitação, foram as construções irregulares dentro do parque e o não respeito às regras de uso:

PNMSM (antigo gestor): *“Bom, eu já estive também auxiliando o antigo gestor aqui do parque. Uma das maiores dificuldades era a construção irregular dentro dos limites que eu via. Eu não trabalhava com isso porque eu não era o gestor. Na época que eu estive como gestor eu também tive a questão de construções irregulares, um problema aqui mesmo na entrada. Algumas ocupações irregulares. Outra coisa foi a frequência de pessoas que muitas das vezes não respeitavam as regras (APÊNDICE G).”*

A gestora da mesma unidade cita que os limites levam em consideração as outras UC do entorno. Além disso, ela declara que um dos maiores problemas no parque é a forma com que eles podem atender o público atualmente, além do desinteresse das pessoas:

PNMSM (atual gestora): *“É o emparelhamento com o município de Nova Iguaçu e o emparelhamento com a área estadual que aí vem O Parque Estadual do Mendanha (...) O maior problema que nós encontramos na unidade hoje é a forma de atender ao público da localidade. A gente busca atividades, parcerias com agricultores, professores e pessoas que trabalham dentro do ambiente da educação ambiental. Mas o desinteresse dessas pessoas acaba trazendo essa maior dificuldade para a gente hoje, na realidade.
” (APÊNDICE G).*

O gestor do PNG informou que a criação do parque se relaciona com uma necessidade do município de ter áreas de lazer para a população. Ainda, disse que a UC surgiu de uma área cedida pelo exército do Campo de Instrução do Gericinó:

PNG: *“Primeiro, os limites do Gericinó foram criados em virtude de uma real necessidade que é que havia no momento para que ocorresse uma área de entretenimento natural para que as pessoas caminhassem e etc. Em 2008, o Exército cedeu, autorizou, porque o Gericinó aqui é comandado pelo Exército, pelo CIG (Campo de Instrução de Gericinó), e vai até a Avenida Brasil. Boa parte dessa área de preservação era uma área de treinamento do Exército” (APÊNDICE I).*

A gestão estadual declarou, de forma sucinta, que os maiores conflitos são as ações antrópicas⁶. Além disso, apesar de não saber o motivo da criação dos limites sugeriu algumas informações que reafirmam a importância para as UC existirem naquela localidade:

Gestão estadual: *“Eu não participei desse processo de pontuação da questão do polígono e por aí vai. Mas com certeza eu posso dizer que um dos motivos que deve ter tido para a criação disso é porque a região é um contribuinte significativo para o clima e água em toda a região. Ou seja, se você tem clima e água, você tem todos os demais desdobramentos. Além de que é representativo da vegetação da Mata Atlântica e especificamente aquela conhecida floresta ombrófila densa submontana”* (APÊNDICE J).

O responsável pelas UC de Mesquita não soube responder os motivos pela delimitação das unidades. Além disso, declarou que os maiores problemas são relacionados às infrações que acontecem no território:

APA Mesquita e PNMM: *“Porque os problemas que nós temos com as infrações ambientais que acontecem nessas unidades, e a gente não ter ainda nem um plano de ação, que funcione tanto na teoria como na prática, isso atrapalha um pouco o processo, porque nessa época, por exemplo, a gente tem muito problema com queimadas. E a gente ainda está se estruturando para poder tentar combater e minimizar essa problemática. Fora outros crimes ambientais, como por exemplo, a caça”*. (APÊNDICE K)

3.6 O diálogo com a vizinhança

Sobre as relações com as outras UC, o gestor do PNMNI declarou que as relações com os representantes das unidades estaduais, de Mesquita e do PNMSM são muito boas. Apesar disso, ressaltou os fatores locais entre sua unidade e a Serra do Mendanha como um dificultador, visto que quando são realizadas ações, acaba-se isolando o que está na outra vertente do maciço. Não foram mencionadas relações com o Parque do Gericinó. A partir da fala abaixo, também é possível perceber a influência positiva que a gestão estadual pode exercer para a integração do maciço:

⁶ Como foi levantado no Capítulo II, o maciço passou por diversas formas de exploração que se configuram enquanto ação antrópica. A gestão não explicou quais seriam especificamente essas ações para o PEM na atualidade.

PNMNI: *“Agora, quando chega no Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha, a (gestora) Norma tem essa dificuldade, tanto que ela ainda não conseguiu participar das nossas atividades de monitoramento e fiscalização, pois ela acaba ficando mais isolada. Até por conta da distância geográfica a gente não consegue realizar muitas atividades com ela. Mas em relação ao PEM, o Parque Natural Municipal de Mesquita e o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, a gente tem conseguido fazer um diálogo bem interessante da gestão de todo o maciço”* (APÊNDICE F).

Tanto para o antigo gestor quanto para a gestora do PNMSM, o diálogo sempre foi mantido tendo como base o Plano de Major da Unidade de Conservação. Ele cita o conselho consultivo e sua abertura aos grupos diversos da sociedade civil:

PNMSM (antigo gestor): *“Sim, na época que eu estava como gestor e como auxiliar em outros períodos que eu tive auxiliando a gestão e também atualmente. Esse diálogo foi muito em cima do conselho. Eu via esse diálogo realmente junto com a sociedade e com o poder público, e eu via o Conselho Consultivo como a maior base para a gente ter o diálogo”* (APÊNDICE G).

PNMSM (gestora atual): *“todo gestor, ele precisa trabalhar dentro do plano de manejo, junto com o Conselho Consultivo, baseado dentro das pautas desse plano. Tem se uma reunião consultiva com esses membros para a gente poder estar trabalhando as atividades que vão acontecer dentro da unidade, dentro sempre do plano de manejo”* (APÊNDICE H).

O secretário de meio ambiente de Nilópolis informou que já houve trocas com os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita:

PNG: *“Então, essa discussão, na verdade, houve com Nova Iguaçu, o Fernando Cid, secretário de Meio Ambiente, junto com o Cavalieri mais o RR, que era o subsecretário de Meio Ambiente na época e que tomava conta da gestão do meio ambiente em Mesquita, nós fizemos uma reunião para tentar fazer uma integração, para que a gente pudesse conectar os nossos parques ambientais e, a partir daí, as pessoas pudessem entender cada núcleo”* (APÊNDICE I),

Quando perguntada, a gestão estadual declarou que troca informações com todas as UC do entorno:

Gestão estadual: *“Com todos eles, todos eles. Meu processo de gestão é de total integração com todas as demais Unidades de Conservação, os chamados Parques Naturais Municipais. Você tem três dentro da minha área, da minha região, que é o do Rio de Janeiro, o de Nova Iguaçu e o de Mesquita”* (APÊNDICE J).

Já o responsável pelas UC de Mesquita informou que apesar de não ter entrado em contato com nenhum dos gestores do maciço, eles entraram em contato com ele para marcar uma reunião:

APA Mesquita e PNMM: *“Não, mas é interessante você falar isso porque assim, coisa de uns seis meses, seis, cinco meses atrás, entraram em contato comigo os gestores da APA. Né? Estadual, né, do Gericinó-Mendanha. E aí é, na verdade, essa ideia que você falou do mosaico. Parece que é algo que tem profissionais que querem botar isso em prática, entendeu? E aí eles conseguiram meu contato. E parece que no mês que vem vai ter um encontro entre os gestores das unidades, né?”* (APÊNDICE K).

3.7 A influência, a importância e o retorno do ICMS ecológico

Neste subcapítulo, considerou-se pertinente, em um primeiro momento, explicar o que é o ICMS ecológico, os fatores que fazem os municípios pontuarem dentro de sua tabela de atributos, bem como a situação de cada prefeitura no ranking estadual. Partindo desse entendimento, o foco irá se direcionar à fala dos entrevistados:

3.7.1 Considerações acerca do ICMS ecológico

De acordo com Conti, Irving e Antunes (2015, p. 241) o “Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), é o principal imposto arrecadador de fundos para os Estados, sendo de fundamental importância para o balanço orçamentário dos municípios”. A União, por meio do artigo 158 da Constituição Federal, define que 25% do que for arrecadado em ICMS seja repassado aos municípios de acordo com as leis definidas pelas Unidades Federativas.

Os autores informam que diversos estados usaram como critério as questões ambientais. No caso do Estado do Rio de Janeiro, destacamos a Lei Ordinária Nº 5100 de 04 de outubro de

2007, que estabelece os primeiros parâmetros de conservação ambiental do repasse relacionados ao montante de $\frac{1}{4}$ dos 25% repassados, caracterizando o chamado ICMS-Ecológico (ICMS-E).

Dessa forma, de maneira gradual, o valor que poderia ser repassado aos municípios correspondente ao ICMS-E subiria de forma gradual, começando em 1% até chegar aos 2,5%. De acordo com o Observatório ICMS Ecológico do Rio de Janeiro⁷ “O ICMS Ecológico é regulamentado pelos Decretos de Lei nº 46.884 (19/12/2019), 43.700 (31/07/2012), 44.252(17/06/2013), 44.543 (27/12/2013), 44.956 (17/09/2014) e 45.704 (04/07/2016)” (ICMS ECOLÓGICO, Acesso em 31/03/2024).

Da legislação citada acima, enfatizamos o Decreto de Lei nº 46.884 (19/12/2019), que estabelece a porcentagem que os municípios poderão pontuar para receberem o valor do ICMS-Ecológico de acordo com os critérios pré-estabelecidos nesta legislação:

Figura 16 - Apresentação dos percentuais que cabem a cada critério do ICMS Ecológico.



Fonte: Decreto nº 46.884/19, organizado por <https://icmsecologicorj.com.br/> (Acesso em 30 mar. 2024)

A partir do Cálculo do Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA), que envolve os parâmetros apresentados na Figura 16, os municípios habilitados recebem o valor referente ao ICMS-E. Podemos notar que a porcentagem referente às Unidades de Conservação representam 45% da pontuação, referente à soma do IrAP e do IrAPM. Levando-se em consideração os dados mais atualizados, veremos a seguir quanto cada município da área do Maciço do

⁷ <https://icmsecologicorj.com.br/painel/oicmsecologico>

Gericinó-Mendanha recebeu, bem como sua colocação no ranking estadual, que conta com 92 municípios:

Quadro 10 - Ranking e valores arrecadados referentes ao IrAP no ano de 2023

Valores arrecadados referentes ao IrAP no ano de 2023		
Ranking	Município	IrAP
4º	Nova Iguaçu	R\$ 5.339.426,40
12º	Mesquita	R\$ 3.429.407,52
30º	Rio de Janeiro	R\$ 1.106.360,64
38º	Nilópolis	R\$ 506.278,08

Fonte: Valores do ICMS-E compilados pelo Observatório ICMS Ecológico do Rio de Janeiro e compilados pelo autor.

Dos Municípios que englobam o Maciço, Nova Iguaçu arrecadou a maior quantia. Ainda, destaca-se que a arrecadação de Mesquita foi mais que o triplo que da Cidade do Rio de Janeiro, mesmo a cidade possuindo um número bem menor de Unidades de Conservação do que a capital.

Referente aos dados do IrAPM, a ordem dos municípios se altera:

Quadro 11: Ranking e valores arrecadados de ICMS-E referentes ao IrAPM no ano de 2023

Valores arrecadados referentes ao IrAPM no ano de 2023		
Ranking	Município	IrAPM
1º	Mesquita	R\$ 4.425.082,20
7º	Nilópolis	R\$ 685.543,32
14º	Nova Iguaçu	R\$ 539.597,52
34º	Rio de Janeiro	R\$ 187.581,24

Fonte: Valores do ICMS-E compilados pelo Observatório ICMS Ecológico do Rio de Janeiro e compilados pelo autor.

A partir do Quadro 11, pode-se constatar que Mesquita não possui apenas a maior arrecadação dentre os municípios que compõem o Maciço, senão de todo o Estado do Rio de Janeiro. Tal fato é bastante curioso, visto que a cidade não possui Unidades de Conservação consolidadas, investindo em sinalização e infraestrutura de forma recente (BARROS JUNIOR e QUEIROZ, 2023; APÊNDICE D).

Levando-se em consideração a soma de todos os valores recebidos de acordo com os parâmetros apresentados na Figura 16, chega-se ao resultado abaixo:

Quadro 12 - Ranking e valores arrecadados de ICMS-E referentes ao IFCA no ano de 2023

Valores arrecadados referentes ao IFCA no ano de 2023		
Ranking	Município	IFCA
5°	Mesquita	R\$14.227.551,80
12°	Nova Iguaçu	R\$7.530.273,52
26°	Rio de Janeiro	R\$4.705.965,88
49°	Nilópolis	R\$1.836.219,00

Fonte: Valores do ICMS-E compilados pelo Observatório ICMS Ecológico do Rio de Janeiro e compilados pelo autor.

De acordo com a pontuação de todos os critérios estabelecidos, o Município de Mesquita se destaca como o que mais arrecada ICMS-E no Maciço do Gericinó-Mendanha, ultrapassando os quatorze milhões de reais. O Município de Nova Iguaçu fica próximo aos dez melhores colocados e recebe uma fatia próxima à metade do município vizinho. Para entender melhor como e se esses valores retornam às UC que geraram parte desta receita, teremos como base as entrevistas feitas com os gestores.

3.7.2 Considerações dos entrevistados acerca do ICMS ecológico

Para o Gestor do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, o ICMS ecológico é muito importante porque serve de estímulo para os prefeitos conservarem o meio ambiente, saindo da lógica de apenas construir casas e apartamentos. Ainda assim, para o gestor, o município precisa desenvolver melhor esta parte, visto que a UC em que trabalha possui uma boa colocação em

nível estadual do ranking de municípios, porém esse valor não é repassado e nem reinvestido no parque.

O antigo gestor do PNMSM não soube responder a informação, indicando que qualquer informação relacionada à repasses deveria ser cobrada pela Secretaria de Meio Ambiente, ressaltando a falta de infraestrutura que já poderia ter sido colocada na unidade:

PNMSM (antigo gestor): *“Eles é que vão poder responder. E isso é muito importante, porque o que a gente vê, as unidades de conservação se degradando e a questão é que é muito recurso, né? Então acho que é legal publicizar essa informação. Isso vai ajudar a proteger, por exemplo, como é que você vai fazer um cercamento? Como é que você vai fazer monitoramento das áreas? Como é que você vai ter uma internet dentro de um parque? Nós não temos internet. E hoje a gente sabe que internet é uma ferramenta essencial para uma unidade de conservação”* (APÊNDICE G).

A atual gestora do PNMSM ressalta a importância do ICMS, declarando que é a partir da pontuação do parque que são feitos os repasses da Secretaria de Meio Ambiente para a UC:

PNMSM (gestora atual): *“O ICMS ecológico é muito importante até para a manutenção das instalações físicas, porque a partir daí que vem o nosso bruto financeiro, né? Então, quanto menos ICMS entra pra gente, quanto menos relatório para o ICMS a gente entrega, mais a gente dificulta nesse reconhecimento estadual e federal dentro do âmbito municipal”* (APÊNDICE H).

Para o Parque Natural do Gericinó, o ICMS ecológico é de extrema importância. O secretário entrevistado explicou que Nilópolis possui uma lei que declara que 100% dos repasses do ICMS devem ir para a pasta do meio ambiente da cidade. Ainda assim, para o secretário, a importância deste incentivo vai além da questão monetária, pois estimula os municípios a cuidarem do meio ambiente:

PNG: *“A importância do ICMS ecológico não é nenhum dinheiro em si, né? É disciplinar cada cidade na sua obrigatoriedade, que é cuidar das plataformas ambientais. AS ETEs, coleta seletiva, PROMEA e etc. Quem não estiver fazendo o dever de casa não vai receber ICMS ecológico. A verdade é essa (...) Tudo bem é fazer o que eu fiz em Nilópolis, que Niterói fez e vai fazer o repasse de 100% dessa verba destinada aos cuidados às questões ambientais. Então,*

a importância é de 100%. Num primeiro momento, eu vejo disciplinar as cidades que façam o seu dever de casa com obrigatoriedade. Segundo a verba que vai viabilizar várias outras oportunidades para que esse dever de casa seja feito de forma cada vez melhor. E aí é assim que cada um tem que ser” (APÊNDICE I).

O responsável pelas UC de Mesquita declarou que o ICMS é muito importante para o município, além de informar que havia um projeto de lei para que uma porcentagem do valor fosse empregada no Fundo Municipal de Meio Ambiente:

APA Mesquita e PNMM: “É muito importante, né? Para justamente a gente tentar implementar esses planos estratégicos na unidade, tem que ter recurso, né? Porque depende de recurso humano, Depende de equipamentos, né? Por exemplo, a época do fogo. Nós estamos num processo de aquisição de materiais, do combate, abafadores, enfim, dentre outros materiais. Isso aí depende de recurso, né?” (APÊNDICE K)

Como o ICMS ecológico é um recurso repassado do estado para os municípios, ele não influencia diretamente as UC do nível estadual.

3.8 O interesse em estar em um Mosaico de Unidades de Conservação e seus desafios

O próximo quadro mostra o interesse dos responsáveis pela UC em participar de um Mosaico de UC no Maciço Gericinó-Mendanha, bem como os desafios que consideravam impeditivos:

Quadro 13 - Interesse em participar de um Mosaico de Unidades de Conservação no Maciço e seus desafios

Unidade de Conservação (UC)	Interesse em participar de um Mosaico do Maciço	Desafios
Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	Sim	Política Partidária
Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha (Antigo Gestor)	Sim	Comunicação e transporte
Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha (Gestora Atual)	Sim	Não soube responder
Parque Natural Municipal do Gericinó	Sim	Fazer com que as pessoas entendam o grau de importância dessa ação
Área de Proteção Ambiental do Gericinó Parque Estadual do Mendanha	Não, pois já existe o Mosaico Carioca	Não haveria desafios para a integração, porém a questão deveria ter outro conceito
Parque Natural Municipal de Mesquita Área de Proteção Ambiental de Mesquita	Sim	Política e Unificação

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

O gestor do PNMNI declarou que a maior dificuldade não seria com os gestores, mas sim com a política:

PNMNI: “convencer os gestores? Acho que isso não teria muito problema. Mas a política partidária iria atrapalhar bastante esse processo, entendeu?” (APÊNDICE F).

Para o antigo gestor do PNMSM, o maior problema para o mosaico acontecer se relaciona com o deslocamento para possíveis reuniões, visto que as UC são relativamente distantes umas das outras e não possuem infraestrutura como carros próprios e internet para comunicação.

PNMSM (antigo gestor): “Primeiro, para que acontecesse, o maior desafio, acho que não seria difícil, porque a gente já tem uma comunicação com o pessoal do Parque Estadual do Mendanha e talvez de Nova Iguaçu, que você também iria inserir, esse a gente ainda não tem essa comunicação. Mas eu creio que não vai ser difícil. Talvez a maior questão seja o transporte, o deslocamento. Não que isso não fosse, mas, por exemplo, a gente teria que pegar custo de passagem, transporte, a gente teria que se deslocar. A gente não sabe exatamente quantas vezes seria necessário a gente nesse trabalho do mosaico, nessa elaboração” (APÊNDICE H).

A Gestora do PNMSM também demonstrou interesse em participar de um Mosaico de Unidades de Conservação, mas não soube responder quais seriam os maiores desafios.

Para o secretário de meio ambiente de Nilópolis, a criação do mosaico está completamente de acordo com os interesses da conservação ambiental:

PNG: “O interesse é total. Eu acho que isso também deveria ser uma obrigatoriedade, porque nós estamos falando de um corpo só. E se a gente se unir, a força dessa união vai trazer retorno para todo mundo. Esse conflito de interesse individualizado, ele não serve para nada. A verdade é essa” (APÊNDICE I)

O representante das UC estaduais disse que está de acordo em dialogar, porém não concorda com a criação de um mosaico, visto que já existe um funcionando em parte do maciço:

Gestão estadual: “Não vejo dificuldades, e sim a união de todos para a criação desse. Lembrando que a gente já falou que já existe um sistema rodando de integração. No que tange, eu não posso chamar de mosaico, mas de compreensão do maciço, tá? Como eu te falei antes, existe o Mosaico Carioca, e aí você está falando de um mosaico. Está falando de Unidades de Conservação de três esferas dentro do município do Rio de Janeiro, federal, estadual e municipal. Quando nós viemos para uma questão pontual no processo de gestão, que é micro perante ao outro, você está só no maciço. Aí não é bem o mosaico. A gente teria que ter um outro nome para essa questão.” (APÊNDICE J).

Em diversas partes da entrevista, a gestão estadual se coloca à frente das relações com as outras UC, bem como é a única representação que não defende abertamente a criação de um novo Mosaico por já existir um que abarque parte da Maciço, em alguns trechos, suas falas se relacionam com práticas sociais em que a esfera estadual estaria em um papel mais importante do que as outras UC:

Gestão estadual: “Na verdade, nós acertamos essa questão de algumas unidades estarem sobre o nosso guarda-chuva. Eu faço a gestão do Parque Estadual do Mendanha e a gente faz uma gestão compartilhada, e aí também ajuda com a APA, Gericinó-Mendanha” (APÊNDICE J).

É importante ressaltar que o SNUC não define que exista uma hierarquia entre UC municipais, estaduais e federais, devendo cada órgão da forma que for estipulado pelo interesse das partes, criar, implementar e fazer a manutenção das UC as quais são responsáveis. De certo modo, entende-se que a criação de um Mosaico apenas das UC do Maciço Gericinó-Mendanha trataria a relação entre gestores de forma mais isonômica e menos estratificada.

Um bom exemplo se relaciona com a APA Gericinó-Mendanha. Esta unidade da esfera estadual faz parte do Mosaico Carioca e perpassa por outras UC da esfera municipal em Nova Iguaçu e Mesquita. Considerar que as unidades destes municípios estão integradas ao Mosaico por conta da esfera estadual sem serem efetivamente parte de um Mosaico, seja o vigente, seja um novo, não faz da gestão nem integrada e nem participativa.

O responsável pelas UC de Mesquita declarou que o maior desafio seria a política, ainda assim, disse que estava animado para a reunião com outros gestores:

APA Mesquita e PNMM: *“O desafio é a política. Tentar unificar essa gestão de forma compartilhada, mas que os gestores políticos tenham a consciência de que quem vai ganhar com isso, de fato, é o meio ambiente e o ser humano”* (APÊNDICE K).

3.9 Casos conhecidos de Mosaicos

O Quadro 14 se refere aos casos positivos de Mosaico de Unidades de Conservação que os representantes poderiam citar como exemplo:

Quadro 14 - Casos positivos de Mosaicos de Unidades de Conservação

Unidade de Conservação (UC)	Caso positivo de Mosaico de UC	Exemplo citado
Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	Sim	Mosaico Bocaina
Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha (Antigo Gestor)	Sim	Mosaico Carioca
Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha (Gestora Atual)	Sim	Mosaico Carioca
Parque Natural Municipal do Gericinó	Não	Não
Área de Proteção Ambiental do Gericinó Parque Estadual do Mendanha	Sim	Mosaico Carioca
Parque Natural Municipal de Mesquita Área de Proteção Ambiental de Mesquita	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

É interessante perceber que para os representantes de Nilópolis e Mesquita não há nenhum caso positivo de Mosaico de UC, mesmo com o Mosaico Carioca tão próximo. O gestor do Parque Natural Municipal do Gericinó aparenta conhecer exemplos, porém não confia em suas propostas:

PNG: *“Eu hoje, na verdade, se você avaliar, eu não vejo ainda nada que possa me gerar uma confiabilidade, um reconhecimento, porque eu ainda não vi nenhum, nenhum grupo desenvolvendo alguma coisa focada no objetivo. A verdade é essa”* (APÊNDICE I).

Apesar de não ter nenhum exemplo, o responsável pelas unidades de Mesquita reforçou o apoio à criação de um Mosaico do Maciço Gericinó-Mendanha.

APA Mesquita e PNMM: *“eu acredito que pelo fato de ser um único maciço e de ter uma conexão entre os municípios de que a própria vegetação é uma floresta ombrófila densa e Mata Atlântica não se difere tanto assim, entendeu? Eu acho que todos tem que se preocupar, né? E tentar de forma compartilhada buscar soluções para a preservação e conservação dos recursos existentes”* (APÊNDICE K).

Ambos os gestores do PNMSM e das UC estaduais citaram como exemplo positivo o Mosaico Carioca (MC). O antigo gestor do PNMSM cita tudo de positivo que o MC proporcionou à unidade. A atual gestora declarou que mesmo sua unidade fazendo parte do MC, vê na criação de um mosaico próprio para o maciço com positividade:

PNMSM (antigo gestor): *“ali teve muitos benefícios, adquirindo ferramentas, motosserra, material, corda e teve muitos benefícios através desse mosaico. Foi muito bom, muito positivo”* (APÊNDICE G).

PNMSM (gestora atual): *“Já participamos, que é dentro do Mosaico Carioca, mas um específico do Maciço do Mendanha seria muito interessante sim”* (APÊNDICE H).

Mesmo com a proximidade, o melhor exemplo que o gestor do PNMNI pôde dar foi relacionado ao Mosaico da Bocaina, que se estende entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Perguntado sobre se o PNMNI faz parte do Mosaico Carioca, ele respondeu:

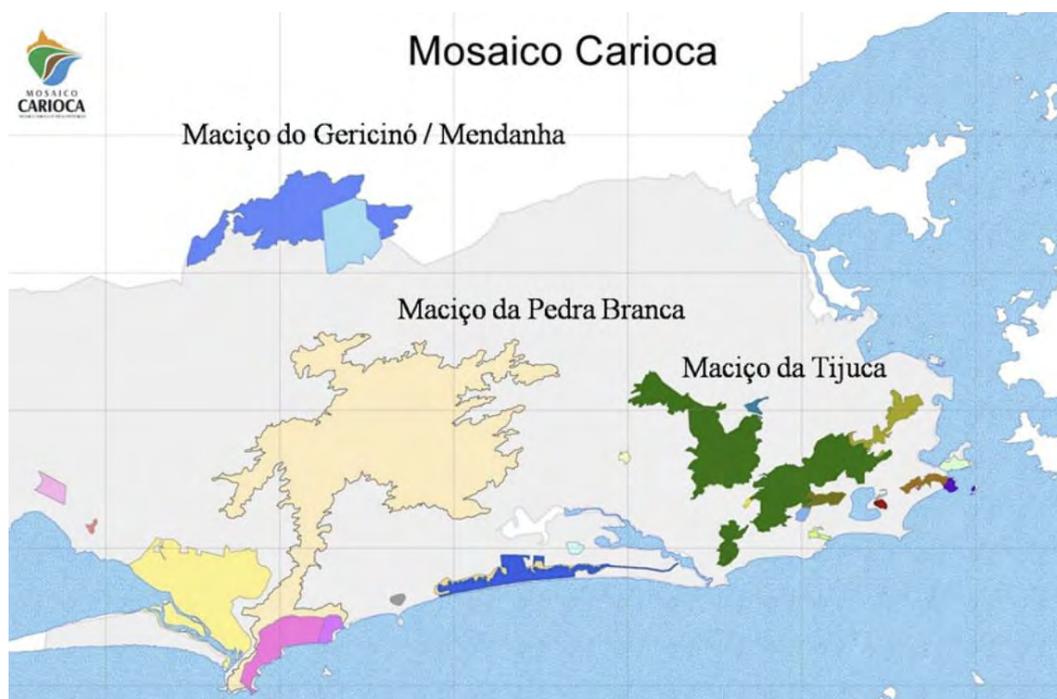
PNMNI: *“Não faz, Dizem que sim. Já vi até mapas dizendo que sim, uma vez que a APA Gericinó-Mendanha está inserida dentro do mosaico, mas quando você vai ver a lista de unidades inseridas não está lá escrito Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, entendeu? Então não se considera. Vale o que está escrito, né?”* (APÊNDICE F).

Diante de tantos exemplos relacionados ao Mosaico Carioca, cabe exemplificar sobre seu processo de criação, as Unidades de Conservação envolvidas, bem como suas fragilidades jurídicas e institucionais.

3.9.1 Considerações Acerca do Mosaico Carioca

O Mosaico Carioca foi reconhecido pela Portaria federal nº 245 de 11 de julho de 2011. Nesta, constam as UC que fazem parte do Mosaico, que possui territórios nos três maciços rochosos da Cidade do Rio de Janeiro, mais algumas áreas litorâneas.

Figura 17 - Mapa Simplificado do Mosaico Carioca



Fonte: https://mosaico-carioca.blogspot.com/2010/03/mapa-simplificado-das-areas-de_06.html (Acesso em 31/03/2024)

De acordo com Oliveira (2017, p. 49), o Mosaico Carioca “está integralmente inserido na cidade do Rio de Janeiro, e é formado por 2 UC federais, 4 UC estaduais e 15⁸ municipais”, porém, vale destacar que a APA Gericinó-Mendanha possui partes no território de Nova Iguaçu e Mesquita. Também é importante destacar que apesar da gestão compartilhada entre a APA Gericinó-Mendanha e o Parque Estadual do Mendanha, este último foi criado em 2013, e não foi identificada nenhuma legislação que afirme sua participação no Mosaico Carioca.

Outro ponto importante se relaciona à origem do nome do Mosaico. Segundo o Dicionário Michaelis online, a palavra “carioca” refere-se ao que é pertencente à cidade do Rio de Janeiro, mas nem todas as UC presentes no maciço fazem parte da Cidade Maravilhosa. Etimologicamente, a nomenclatura do Mosaico Carioca desconsidera as outras cinco UC que fazem parte dos municípios limítrofes que compartilham do Maciço Gericinó-Mendanha ou da zona de amortecimento da APA Gericinó-Mendanha, o que vai de encontro com a proposta de integração que um Mosaico de UC defende.

⁸ Constam-se 17 UC municipais no site <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/5215>

De fato, apesar de ser um sistema que tem algum reconhecimento entre algumas UC da Cidade do Rio de Janeiro, o Mosaico Carioca possui fragilidades jurídicas e de institucionalização, retomando-se a discussão de que não basta criar, como também implementar.

É esclarecido por Oliveira (2017) que o principal motivo para a criação do Mosaico seria a gestão compartilhada do projeto de Trilha Transcarioca, ainda, segundo a autora (2017, p. 50)

Logo no começo do projeto, a partir da interlocução com gestores de UC e representantes da SMAC, constatou-se que a portaria de reconhecimento não contemplava as UC e atores necessários para a gestão efetiva do mosaico. Havia uma grande presença do setor privado e baixa representatividade de comunidades, moradores e movimentos sociais.

De acordo com Queiroz (2021), o fato do PNMNI não ser convidado para compor o Mosaico Carioca mesmo estando sobreposto à APA Gericinó-Mendanha fere artigos do SNUC, que é claro quanto a sobreposição, proximidade ou justaposição de UC para a composição de um Mosaico. Dessa forma, entendendo-se que a proposta principal de um Mosaico de Unidades de Conservação é a integração e a participação, este começou ao inverso do que se propõe a ser.

No que tange às extensões territoriais, defendemos que a criação de um outro Mosaico, específico para o Maciço Gericinó-Mendanha, trataria dos conflitos e problemas relacionados a ele de forma mais direcionada, uma vez que o sistema que está em atividade hoje contempla UC de todas as zonas da Cidade do Rio de Janeiro. Se o deslocamento entre o PNMSM e o PNMNI foi considerado como um empecilho no mesmo maciço, esta questão seria mais agravada correlacionada ao diálogo com UC em outras zonas e maciços da capital, estabelecidas em outros contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou identificar os desafios e especificidades de cada Unidade de Conservação do Maciço Gericinó-Mendanha, de modo que pudéssemos entender a possibilidade e interesse dos gestores dessas UC desenvolverem um Mosaico próprio para o referido maciço. Ainda, foi possível trazer para nossa perspectiva informações sobre outro mosaico existente, o Mosaico Carioca, que abarca algumas UC presentes na área de estudo.

Diante das demandas atuais, a área do maciço possui grande relevância para a conservação e preservação da mata atlântica. O Gericinó-Mendanha e suas cercanias passaram por diversos processos de exploração ao longo dos séculos, bem como sofre atualmente com as pressões advindas do avanço da urbanização na metrópole fluminense. Ainda, as UC existentes são fontes de lazer para a população que vive em seu entorno.

Um dos maiores desafios identificados está relacionado com as diferentes esferas de poder em que as UC se encontram. O fato das UC fazerem parte de municípios diferentes, além do próprio estado do Rio de Janeiro, dificulta o diálogo entre elas, o que se soma às dificuldades de acessos, das distâncias e da falta de recursos básicos, como internet, exemplificadas nas entrevistas.

Outro fator importante diz respeito ao repasse estadual. O território das Unidades de Conservação Municipal de Mesquita arrecada com o ICMS-Ecológico, mesmo não possuindo UC efetivamente funcionando, abrindo brechas para repensar os critérios dos repasses. Para o nosso exemplo, um critério voltado à comunicação entre UC seria exitoso, pois influenciaria os poderes municipais de investirem em infraestrutura básica de comunicação dentro desses territórios.

Destacamos que não há, de forma geral, uma obrigatoriedade que faça com que parte desse recurso retorne para a Secretaria de Meio Ambiente ou para as próprias Unidades de Conservação que geraram os valores depositados. Na cidade de Nilópolis o repasse dos valores de ICMS-Ecológico devem ser feitos para a Secretaria de Meio Ambiente por conta de uma lei municipal, porém, na maior parte dos municípios estudados, o valor é depositado para as prefeituras sem uma destinação pré-definida.

Outro ponto importante diz respeito ao fato de todos os gestores da escala municipal concordarem com a proposição de se criar um Mosaico do Maciço Gericinó-Mendanha. Como apontado no Capítulo III, apenas a gestão da UC estadual e do parque presente na Cidade do Rio de Janeiro reconhecem o então Mosaico Carioca como um caso positivo dessa forma de

gestão. Tal fato é de muito interesse, uma vez que se o Mosaico Carioca fosse realmente efetivo, seria uma referência de caso positivo para as unidades próximas.

De uma forma geral, identificamos falhas jurídicas e incongruências na formação do Mosaico Carioca que existem desde o momento de sua criação. O Mosaico Carioca é formado por diversas UC em áreas que não se sobrepõem ou estão justapostas, destacando-se, os Maciços da Pedra Branca, da Tijuca e do Gericinó, Mendanha, entre outras áreas. Ainda, apesar de se declarar como parte do Mosaico Carioca, não foram encontrados registros oficiais de que o PEM, criado em legislação posterior, fizesse parte dele.

Além das questões físicas, destacamos a importância de aprofundamento nas questões culturais, uma vez que o Maciço do Gericinó-Mendanha, diferentemente dos outros dois maciços da Cidade do Rio de Janeiro, está compreendido concomitantemente em duas áreas que são historicamente discriminadas na metrópole fluminense: a Zona Oeste da cidade e a Baixada Fluminense.

Também apontamos que a gestão estadual sugere uma outra definição que não seja um Mosaico, da qual destacamos a possibilidade, também, de se estudar a viabilidade de Núcleos de Gestão Integrada (NGI) no Maciço do Gericinó-Mendanha.

Esta pesquisa expõe alguns caminhos que podem ser desenvolvidos futuramente relacionados às questões de uso da UC. Assuntos como a presença das forças armadas em algumas unidades, bem como o uso religioso nas Unidades de Conservação em quantidade e variedade são especificidades que possuem grande riqueza para serem desenvolvidas no campo científico.

Como pudemos perceber, enquanto em algumas unidades como o PNMSM e o PNMNI possuem retiros espirituais em suas zonas de amortecimento, outras unidades, como as de Mesquita, possuem fortes relações com as religiões de matrizes cristãs que “sobem o monte” para realizarem orações, influenciando não apenas no espaço geográfico como também na etimologia dos acidentes geográficos.

Diante de todos os pontos apresentados na pesquisa, mostra-se importante aprofundarmos, em outras pesquisas, os conhecimentos sobre os Mosaicos de Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro para entendermos como funcionam, bem como sua viabilidade, objetivando a criação de um novo mosaico ou de outra forma de administração conjunta.

Pesquisar sobre esta temática foi uma experiência enriquecedora, pois foi possível trabalhar com o Maciço do Gericinó-Mendanha pensando em sua unidade para além dos limites intermunicipais. Há semelhanças e diferenças nas formas de ocupação, preservação e

manutenção das Unidades de Conservação, que variam em aspectos como ano de formação, público, infraestrutura, investimento, forma de gestão entre outros aspectos.

Por fim, destacamos a importância da gestão integrada em Mosaicos de Unidades de Conservação para o Maciço do Gericinó-Mendanha, pois a administração conjunta das unidades ultrapassaria os limites convencionais e facilitaria a gestão dos riscos ambientais e econômicos, como queimadas, bem como auxiliaria na proteção da fauna e da flora local.

Ainda, destaco a possibilidade de continuação da pesquisa tanto no estudo da viabilidade de um Núcleo de Gestão Integrada, quanto pelo entendimento do funcionamento de outros Mosaicos de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2002.
- BACKHEUSER, Everardo. **Carta Geológica do Distrito Federal**. Distrito Federal, 1925. 35,7 x 69,6 cm em f. 40,3 x 73,2 cm. 1:100000. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41095>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BARROS JUNIOR, Odilon Cavalcante; QUEIROZ, Edileuza Dias de. Problemas e potencialidades da gestão integrada entre parque naturais municipais no maciço gericinó mendanha (RJ). *In*: ENANPEGE, 15. Campina Grande, PB, 2023, **Anais[...]** Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94542>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o Art. 225, § 10, Incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, Institui O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 9, 23 ago. 2002.
- BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio Comprido: Garamond, 2013. 599 p.
- CASTRO, Ana Alvarenga de. **Gestão inclusiva de áreas protegidas: um olhar a partir do Mosaico Central Fluminense**. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.
- CONTI, Bruna Ranção; IRVING, Marta de Azevedo; ANTUNES, Diogo de Carvalho. **O ICMS-Ecológico e as Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, 2015.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COUTO, Ronaldo Graça (Ed.). **Atlas das unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro**. São Paulo: Metalivros, 2015.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo a História Da Devastação Da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1997.

FUINI, Lucas Labigalini. TERRITÓRIO E TERRITÓRIOS NA LEITURA GEOGRÁFICA DE MILTON SANTOS. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences And Humanities Research Medium**. [S. l], p. 253-271, jun. 2015.

GOMES, Etiene Renata da Silva. **Espécies exóticas invasoras em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro: estudo de população de jaqueiras (*artocarpus heterophyllus* l.) no Parque Natural Municipal do Mendanha**. 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. **Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: HABTEC, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 320 p.

ICMBio. **ICMS Ecológico**. Disponível em: <https://icmsecologikorj.com.br/painel/oicmsecologico>. Acesso em: 30 mar. 2024.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ibge, 1964. 415 p.

LEUZYNGER, Márcia Dieguez; KLAYM, Ricardo (org.). **Uso público em parques nacionais: série unidades de conservação**. Brasília: Crv, 2013. 206 p.

LOUZADA, Marco Aurelio Passos, *et al* (ed.). **Catálogo da Fauna - Parque Natural Municipal do Gericin**. Rio de Janeiro: Frapello Publishing, 2022. 130 p.

MARTINS, Rafael Andrada de Araújo; PONTE, Jorge Antônio Lourenço. Registro da ocorrência de Pecari tajacu (Linnaeus, 1758), uma espécie que era declarada extinta no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Sudeste do Brasil a ocorrência de Pecari tajacu (Linnaeus, 1758), uma espécie que era declarada extinta no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Sudeste do Brasil. **Boletim da Sociedade Brasileira de Mastozoologia**, Rio de Janeiro, n. 88, p. 58-61, ago. 2020.

CARIOCA In: **Dicionário Michaelis Online**. [S.l.]: Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/carioca/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MELO, Gustavo Mendes de. **Desafios para a gestão integrada e participativa do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense - RJ**. 2012. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MELO, Gustavo Mendes de; IRVING, Marta de Azevedo. Mosaicos de unidades de conservação: desafios para a gestão integrada e participativa para a conservação da natureza. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 19, n. 0, p. 46-58, dez. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 156 p.

MOTA, Carlos Eduardo Miranda et al. Estrutura subsuperficial do Complexo Alcalino do Mendanha, Rio de Janeiro, por integração de dados geológicos e gravimétricos. **Revista Escola de Minas**, [S.l.], v. 65, n. 4, p. 491-499, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0370-44672012000400009>. Acesso em: 01 mar. 2024.

NASCIMENTO JÚNIOR, José Lúcio; NASCIMENTO, Patrícia Maria Pereira do. ECOTURISMO, NATUREZA E HISTÓRIA: o caso do Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha, RJ. Uso Público em Unidades de Conservação, 7., Niterói, **Anais [...]**, Niterói, v. 3, p. 34-42, 31 dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.47977/2318-2148.2015.v3n7p34>. Acesso em: 10 dez. 2023.

OLIVEIRA, Ana Carolina Marques de. **A avaliação da efetividade de gestão dos mosaicos de áreas protegidas do Rio de Janeiro**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

PELLIN, Andrea. **Mosaico de unidades de conservação: método para definição do território**. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018.

PIMENTEL, Douglas de Souza. **Os "parques de papel" e o papel social dos parques**. 2008. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Recursos Florestais, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

PINHEIRO, Marcos Roberto (org.). **Recomendações para Reconhecimento e Implementação de Mosaicos de Áreas Protegidas. Brasília: Aimará Gestão Ambiental.** [S.l.]: Valor Natural; Conservação Internacional do Brasil; Fundação SOS Mata Atlântica; Associação Mico-Leão-Dourado; Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Cooperação Franco-Brasileira para as Áreas Protegidas; Cooperação Técnica Alemã; WWF-Brasil, 2010. 82 p.

PIRES, Juliana Gusmão Brito. **Análise da percepção de risco a incêndio florestal no Maciço Gericinó-Mendanha, Mesquita - RJ.** 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Mesquita.** Mesquita, 2019.

QUEIROZ, Edileuza Dias de. **Uso público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu-RJ: trilhando entre possibilidades e dificuldades.** 2018. 206 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

_____. **Uso público em Unidades de Conservação: caminhos apontados no Parque natural Municipal de Nova Iguaçu- RJ. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 22, n. 82, p. 89–101, 2021. DOI: 10.14393/RCG228255771. Acesso em: 10 fev. 2024.**

QUEIROZ, Edileuza Dias de; GUIMARÃES, Mauro. O trabalho de campo em Unidades de Conservação como ambiente educativo e estratégia pedagógica fundamental para uma formação diferenciada em educação ambiental. **Revista de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, v. 20, p. 421, 9 jan. 2017.**

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática S.A., 1993. 136 p. Tradução de Maria Cecília França.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica.** São Paulo; Editora Contexto, 2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RINALDI, Rafaela Rodrigues Pereira. **Avaliação da efetividade de manejo em seis unidades de conservação do Município do Rio de Janeiro, RJ.** 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós- Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp, 2017. 392 p

SCALERCIO, Vitor Soares. **Paisagem em disputa: a construção da torre sevilla e os discursos sobre a paisagem urbana na Espanha**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/881756.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Teoria e Prática Científica. *In*: SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013. Cap. 3. p. 99-126.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 1995.

TAMBELLINI, Manuela Torres. **Mosaico como modelo de gestão de áreas protegidas: análise conceitual e processos de implantação**. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2002.

_____. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *Uso Público em Unidades de Conservação*, 1., **Anais[...]**, p. 13-26, 2013.

VEYRET, Yvette; RICHEMOND, Nancy M. Definição e Vulnerabilidade dos riscos. *In*: VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019a. p. 25-46

Apêndice A – Relatos de Campo: Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha

Relato de Campo

Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha

(31/03/2022)

Cronograma:

Hora	Acontecimento
06:40	Saída do Trem da Estação Nova Iguaçu
07:05	Chegada na Estação Deodoro para troca de ramal.
07:27	Saída do Trem de Deodoro no Ramal Santa Cruz
07:44	Chegada na Estação Bangu
07:49	Saída de Transporte Particular para o Parque*
08:04	Chegada no PNM da Serra do Mendanha

*Existe um ônibus que sai de Bangu e passa próximo à UC, a saber: 812 – Bangu x Carobinha Via Vila Kennedy

No dia 31/02/22 foi feito o 1º Trabalho de Campo rumo ao Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha. Aproveitamos a oportunidade de, neste dia, ter sido realizado um evento comemorando o 20º aniversário do Parque com exposições de pesquisas feitas por alunos ligados às áreas biológicas e ambientais da UFRRJ e UERJ, bem como atividades ao ar livre e feira agroecológica.

Dado o cronograma acima, entendemos que o acesso ao Parque via transporte público pode ter problemas no que tange a imprevisibilidade dos modais (neste dia, os trens partindo para Santa Cruz estavam operando com intervalos irregulares, o que alongou o tempo de viagem), mas que a proximidade entre a estação de trem Bangu com o ônibus que passa na área é um grande facilitador do acesso. Em uma breve busca na internet, encontrou-se também a linha 365 Tiradentes x Mendanha que, saindo do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, corta a Avenida Brasil até entrar na Estrada do Guandú do Sena, que dá acesso à rua principal do Parque.

Ressaltamos que, durante o trajeto entre a estação de Bangu até o Parque, foram identificadas quatro placas informativas indicando a localização da UC, sendo: uma na Avenida Brasil na altura de Bangu, e três na Estrada Guandú do Sena (Imagem 1 e 2), sendo uma próxima ao Complexo Penitenciário e as outras duas na esquina com a Estrada Caminho da Caixinha,

logradouro do Parque. Vemos nas placas informativas uma forma de aproximar o Parque da população, além de facilitar a localização de usuários que pretendem visitá-lo de carros e motos particulares.

Imagem 1



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 2

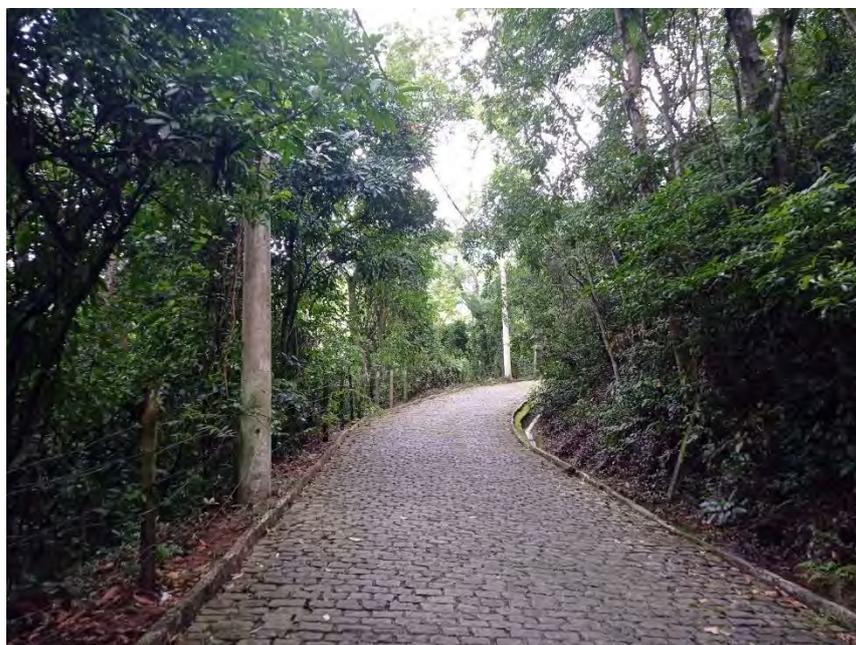


Fonte: Tirada pelo próprio autor

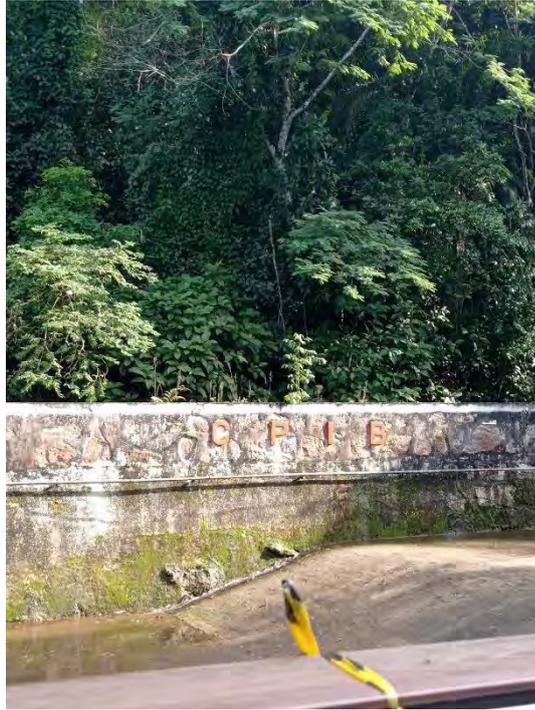
A rua principal do Parque é pavimentada com paralelepípedos (Imagem 4), e a subida não é íngreme nem distante, o que também facilita o acesso. No entorno, pudemos encontrar terrenos vazios, alguns sítios e casas de pequeno porte.

Na entrada do Parque havia funcionários da COMLURB em expediente de trabalho. Ainda, é possível identificar uma placa com o ano de sua criação, bem como a sede da Unidade. Logo à frente, foi possível identificar duchas e duas piscinas vazias, usadas para o lazer da população. Na área da piscina, encontramos a sigla CPIB (Imagem 4), que faz alusão à Companhia Progresso Industrial Brasileiro, a Fábrica de Tecidos de Bangu, antiga proprietária da área e que, segundo a professora Rejane Gomes-Pimentel (UFRRJ), captava a água das piscinas (então reservatórios) e enviava para a fábrica para as atividades industriais por meio de uma tubulação de 6 km. A professora também disse que o terreno da UC foi comprado pela prefeitura para que a companhia pudesse sanar dívidas. Hoje, a fábrica foi convertida em um Shopping, mas ainda podemos encontrar marcas da interação entre esses dois espaços (Imagem 6 e 7).

Imagem 3 - Caminho de Acesso ao Parque



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 4

Fonte: Tirada pelo próprio autor

Com isso, percebemos que uma parte importante da história do PNM Serra do Mendanha está intrinsecamente ligada tanto à Fábrica de Tecidos Bangu, como da própria história do bairro.

Imagem 5 - Sede do Parque (Destaque na logo “Bangu”)

Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 6 - Bangu Shopping



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Também identificamos, no Parque, uma trilha circular, área para piquenique e banheiros. Durante os sábados, entre 09:00 e 16:00h, acontece uma feira agroecológica dos produtores do entorno desta parte do maciço, esta que também estava acontecendo no dia 31 em decorrência do aniversário da UC.

Depois das 09:00, aconteceram as apresentações de trabalhos de pesquisadores da UERJ e UFRRJ na área. Dentre os presentes, destacamos a pluralidade dos presentes, havendo representantes da sociedade civil, associações de moradores, produtores locais, estudantes, professores, voluntários, guarda-parques, membros da guarda municipal, representantes de órgãos do meio ambiente estadual, gestores e ex-gestores de Unidades de Conservação e também um funcionário da Clínica da Família local, que trabalha com o resgate do conhecimento de plantas medicinais.

Todos os envolvidos diretamente com o Parque mostraram interesse nos trabalhos apresentados e se colocaram à disposição para possíveis pesquisas na área, ressaltando a importância que a Unidade tem bem como o apoio que ela precisa da sociedade como um todo.

Vemos com muita importância algumas falas. Uma delas, de Evandro, antigo gestor do Parque e que parece ter uma relação amistosa com o atual, ressaltou a problemática de falta de investimentos para uma área que, segundo ele, deveria ter maior atenção do poder público, visto que é o maior parque municipal da cidade e a principal área de lazer deste lado da zona oeste. Segundo ele, há a má distribuição de recursos, e citou que o Parque da Chacrinha, em Copacabana, mesmo sendo menor, captaria mais recursos que o da Serra do Mendanha pela sua posição estratégica.

Outra fala, a de “Zerinho”, que possui este apelido pois foi um dos primeiros a ter sua carteira de identificação na Unidade, também se mostrou solícito e contou de sua vinda para a zona oeste, onde, desde criança, via o maciço e conseguiu trabalhar na área em que tanto gostava, participando hoje como voluntário.

Edson, coordenador do PEN e funcionário do INEA, disse que alguns parques têm gestão compartilhada quando acima da cota 100, estando o PNM da Serra do Mendanha na cota 70. Um fato importante dito foi que esta coordenação ficava no PNM Serra do Mendanha, mas que hoje está na Rio x São Paulo, porém, não explicou o motivo da troca. Também pontuou que as ações de fiscalização em diversas áreas do maciço estão dando resultados.

Ficamos maravilhados com os potenciais do PNM Serra do Mendanha, sua estrutura e integração com a população de uma forma geral. Trocas entre as experiências entre essa e outras UC do maciço serão muito enriquecedoras. Damos ênfase à integração com os produtores do entorno, o interesse da população na área, a presença de órgãos públicos diversos na manutenção, da pesquisa científica com caráter extensionista e o uso de carteirinhas de identificação, várias vezes comentadas. Dentre os problemas, neste momento, citamos a falta de investimento público com esta área tão importante para a população, para a cidade e para a biodiversidade.

Apêndice B – Relatos de Campo: Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Relatos de Campo Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Data	Acontecimento
18/09/2022	Trabalho de Campo para a Dissertação
10/12/2022	Trabalho de Campo com a turma de “Unidades de Conservação e Populações” do programa de Licenciatura em Geografia da UFRRJ/IM
04/06/2023	Festa de Aniversário de 25 Anos do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

18/09/2022

No dia 18/09/2022 foi feito o primeiro trabalho de campo no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu através de sua entrada pelo município de Mesquita. Dentre as Unidades de Conservação estudadas, essa é a que tive mais contato por conta de trabalhos e vivências acadêmicas, logo, diferente de outras UC, esta não é a primeira vez que estou a visitá-la.

O primeiro ponto a ser comentado relaciona-se ao acesso. A subida feita pelo Município de Mesquita, além de íngreme e longa, não é asfaltada, dificultando a subida de carros de passeio (Imagem 1). Nela, também é possível encontrar alguns retiros espirituais vinculados à igrejas evangélicas (Imagem 2).

Imagem 1- Parte da Subida que Leva ao Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 2 - “Kombi da Missão Coréia na Cachoeira”



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Durante a subida, em meio à construções de casas e vegetação, foi colocada uma placa indicando a área de amortecimento da UC. Ainda assim, foi possível notar a presença de lixo no local (Imagem 3 e 4). Além disso, foi possível notar algumas cicatrizes causadas por chuvas que aconteceram no verão daquele ano, que afetaram de forma intensa áreas da Baixada Fluminense (Imagem 5).

Em determinado ponto da rua, já na entrada da Unidade de Conservação, existe uma guarita, em que funcionários que trabalham no parque perguntam a idade e o local de origem dos visitantes para fins de controle. (Imagem 6).

Imagem 3- Lixo Próximo à Placa da Zona de Amortecimento



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 4 - Lixo Descartado de Forma Irregular



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 5 - Marcas da Chuva de Abril de 2023



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 6 - Entrada do Parque (Via Mesquita)



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Atrás da Guarita de entrada do Parque, há o represamento de água do Rio Dona Eugênia, um marco natural que limita os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita. A passagem, no entanto, estava fechada, pois a força da água durante as chuvas de abril levou parte do guarda-corpo (Imagem 7).

Imagem 7 - Represa do Rio Dona Eugênia



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Ainda no início do caminho principal do parque, próximo à guarita e à represa, foi possível identificar alguns banners com trabalhos acadêmicos realizados na UC (Imagens 8 e 9). Esta característica de integração com a academia também pôde ser vista no Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha que, no dia de seu aniversário, teve diversos trabalhos expostos sobre temáticas relacionadas àquela UC.

Imagem 8 - Fileira de Banners com Trabalhos Acadêmicos



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 9 - Banner Exposto



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Após a entrada, há alguns caminhos que se podem seguir. Um deles, leva à antiga pedreira (Imagem 10), que forma um belo anfiteatro em consonância com a vegetação. Outro caminho leva às trilhas interiores em direção à pista de voo livre, enquanto o caminho principal leva aos poços no Rio Dona Eugênia (Imagem 11) e na Sede da UC. Além delas, também há placas que indicam alguns animais que vivem no parque (Imagem 12).

Imagem 10 - Antiga Pedreira no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 11 - Placa Indicativa de Área Balneável



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 12 - Placa Indicativa de Fauna



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Também foi possível conferir as ruínas da Fazenda Dona Eugênia, considerada a construção em pé mais antiga do município de Nova Iguaçu (Imagem 13 e 14). Além das áreas naturais, há partes construídas no parque que são intangíveis.

Imagem 13 - Placa Informativa sobre a Fazenda Dona Eugênia



Imagem 14 - Ruínas da Fazenda Dona Eugênia



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Ao final do percurso, visitei a Sede do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (Imagem 15). Ao seu redor, pode-se conferir algumas mudas preparadas para reflorestamento (Imagem 16) e o desenvolvimento de um pequena trilha sensorial (Imagem 17).

Imagem 15 - Sede do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 16 - Mudas Preparadas para o Reflorestamento



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 17 - Trilha Sensorial



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Apesar das dificuldades de acesso à guarita, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu possui uma boa infraestrutura, com uma sede para a gestão, trilhas e poços balneáveis para visitantes e integração com os meios acadêmicos.

10/12/2023

No dia 10/02/2023, visitei mais uma vez o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Dessa vez, estive em conjunto com a turma de “Unidades de Conservação e Populações” da UFRRJ, ministrada pela Professora Dra. Edileuza Dias de Queiroz e em que participei enquanto estagiário docente. Antes da guarita da UC, foi possível perceber uma placa que fora colocada após nossa última visita (Imagem 18).

Imagem 18 - Placa Informativa Sobre o Parque



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Nesta visita, pudemos conversar com alguns dos trabalhadores envolvidos nos cuidados com o parque, bem como os estudantes fizeram diversos registros fotográficos do território. Destaco o material demonstrado pela guarda-parque Viviane chamado “Liberte um Texto Literário”, em que estudantes das escolas podem “desaprisionar” um texto dentro de uma gaiola de pássaros, fazendo alusão à proteção da fauna que muitas vezes é aprisionada ilegalmente (Imagens 19 e 20).

Imagem 19 - Liberte um Texto Literário



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 20 - Conversa com a Guarda Parque



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Este dia foi enriquecedor para os alunos da turma de graduação, que pôde, através de um trabalho de campo, sair da teoria e ver na prática uma Unidade de Conservação, bem como entender grande parte da sua importância para o entorno.

04/06/2023

Nesta visita, comemorou-se o 25º Aniversário do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Algumas mudanças aconteceram no local, sendo a primeira a instalação de uma placa, do outro lado da margem do Rio Dona Eugênia, indicando os limites da Área de Proteção Ambiental de Mesquita, que até então não possuía sinalização em nenhum ponto do aclave (Imagem 21).

Imagem 21 - Placa da Área de Proteção Ambiental de Mesquita



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Além disso, parte da subida foi coberta com pó de pedra de forma a facilitar a subida do grande fluxo de visitantes (Imagem 22). Durante o trajeto até a guarita, fui ultrapassado por um grupo de ciclistas, diversos carros e uma ambulância (Imagens 23 e 24).

Imagem 22 - Parte da Subida Coberta com Pó de Pedra



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 23 - Fluxo de Pessoas Subindo para o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 24 - Ambulância Passando pelo Parque



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Um palco foi montado na antiga pedreira, onde vários políticos, representantes de ONG's, professores universitários e de grupos diversos da sociedade puderam discursar (Imagem 25 e 26).

Imagem 25 - Antiga Pedreira no Dia do Aniversário do Parque



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 26 - Palco em que Personalidades Discursaram



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Dentre todos os dias em que fui ao Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, este foi, com certeza, o dia em que estive com o maior número de visitantes. Pensando no impacto do evento desse porte nas condições em que aconteceram, é importante ressaltar que o fluxo de pessoas que a Unidade de Conservação recebeu em um único dia parecia bem maior do que ela poderia comportar.

Apêndice C – Relatos de Campo: Parque Natural Municipal do Gericinó Prefeito Farid Abrão

Relato de Campo Parque Natural Municipal do Gericinó Prefeito Farid Abrão (26/09/2022)

Cronograma:

Hora	Acontecimento
08:40	Saída da Estação de Trem de Nova Iguaçu por Carro de Aplicativo
09:02	Chegada na Guarita do Parque Natural Municipal do Gericinó

No dia 26/09/2022 realizei o Trabalho de Campo no Parque Natural do Gericinó. O acesso desta Unidade de Conservação é facilitado tanto por sua entrada principal estar em um local plano, quanto por ser limítrofe à área urbana de Nilópolis, município com pequena extensão territorial e uma grande densidade demográfica.

A primeira coisa que notei foi que dentre as Unidades de Conservação do Maciço e seu entorno, esta é a única que tem seu nome relacionado a um político local (Imagem 1). Dentro da UC, é possível ver uma estátua do Ex-prefeito Farid Abrão, bem como uma pequena biografia exposta em uma placa (Imagens 2 e 3)

Imagem 1 - Pórtico do Parque Natural do Gericinó Prefeito Farid Abrão



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 2 - Estátua do Prefeito Farid Abrão



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 3 - Placa Informativa sobre o Parque



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Ainda na área de entrada do Parque, é possível perceber uma grande placa informativa dos pontos de interesse (Imagem 4). Destas, ressaltamos a presença da Secretaria de Meio Ambiente dentro da UC (Imagem 5), além de um Centro de Educação Infantil (CEI) que não consta no informativo, mas que também se encontra no interior da área protegida (Imagem 6).

Imagem 4 - Placa com os Pontos de Interesse do Parque



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 5 - Secretaria de Meio Ambiente



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 6 - Centro de Educação Infantil Celso Goulart



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Outro fator importante que pude notar foi a presença, direta ou indireta, das Forças Armadas. O Parque surgiu de uma concessão de uso em que o Exército cedeu parte do Campo de Instrução do Gericinó para a Prefeitura de Nilópolis. Dentro da UC, foi possível perceber não só placas indicativas de limites (Imagens 7 e 8), como também a passagem de carros do corpo militar junto de pedestres, que utilizam das pistas planas para caminhadas (Imagem 9).

Imagem 7 - Placa Indicativa de Área Militar



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 8 - Placa Indicativa de Área Militar com Bicicletas



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 9 - Visitante Caminhando com Caminhão do Exército



Fonte: Tirada pelo próprio autor

No interior da UC, também foi possível perceber algum comércio (Imagem 10). Além disso, o muro que a divide da área urbana teria sido revitalizado com novas pinturas na mesma semana (Imagem 11). A existência de um muro, e não de uma cerca ou de marcos naturais para delimitar parte da Unidade também é algo importante a ser notado.

Imagem 10 - Comércio Dentro da Unidade de Conservação



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 11- Muro da Unidade Revitalizado.



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Também foi possível perceber o anúncio de mais obras dentro da UC de áreas de lazer voltadas à população (Imagem 12). Ainda, é importante ressaltar que o parque possui duas pistas de caminhada (Imagem 13), área de piquenique, além de ser limítrofe tanto às Unidades de Conservação do Município de Mesquita, quanto ao Município do Rio de Janeiro através do bairro de Anchieta, apesar de apenas um portão ficar permanentemente aberto.

Imagem 12- Anúncio de obras na Unidade de Conservação



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 13 - Pistas de Caminhada da UC



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Ao me afastar da entrada principal, foi possível perceber que o público também diminuía. Caminhando em direção à Anchieta, foi possível identificar uma área de represamento de água (Imagem 14). Importante ressaltar a importância deste planície de inundação que impede o agravamento de crises com as cheias do Rio Sarapuí em período de chuvas. A caminhada apenas foi interrompida quando parte da trilha estava bloqueada pelo exército (Imagem 15), o que me fez voltar para a entrada.

Imagem 14 - “Barragem” na Planície de Inundação



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 15 - Caminho Bloqueado pelas Forças Armadas



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Ao final da caminhada, já em direção ao Centro de Nilópolis, foi possível notar a existência de placas nas ruas indicando a localização da Unidade de Conservação (Imagem 16). O Parque que parece ter maior integração com a população do entorno é o que menos possui características de uma Unidade de Conservação, possuindo escola, relações com o exército, pistas asfaltadas, comércio local em seu interior, entre outras características.

Imagem 16 - Placa de Trânsito Direcionando ao Parque Natural do Gericinó



Apêndice D – Relatos de Campo: Parque Natural Municipal de Mesquita e Área de Proteção Ambiental de Mesquita

Relato de Campo
Parque Natural Municipal de Mesquita e
Área de Proteção Ambiental de Mesquita
(09/10/2023)

Cronograma:

Hora	Acontecimento
13:35	Chegada no Ponto de Ônibus da Rua Humberto Gentil Baroni
13:56	Descida do Ônibus na Estrada da União, esquina com Rua da Serra
14:45	Chegada ao topo do Monte Guararapes (Monte Horebe)

No dia 09/10/2023, foi realizado o último Trabalho de Campo para a presente pesquisa, no qual fui para uma área que compreende tanto o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, quanto a sua Área de Proteção Ambiental: o Monte Guararapes, popularmente conhecido como Monte Horebe.

Depois de descer do ônibus e chegar na Rua da Serra, no bairro Santa Terezinha – Mesquita, segui em direção reta até o início da subida. No caminho, pude identificar placas sinalizando a existência de uma Unidade de Conservação no local.

Imagem 1- Placa sinalizadora da APA Mesquita



Fonte: Tirada pelo próprio autor

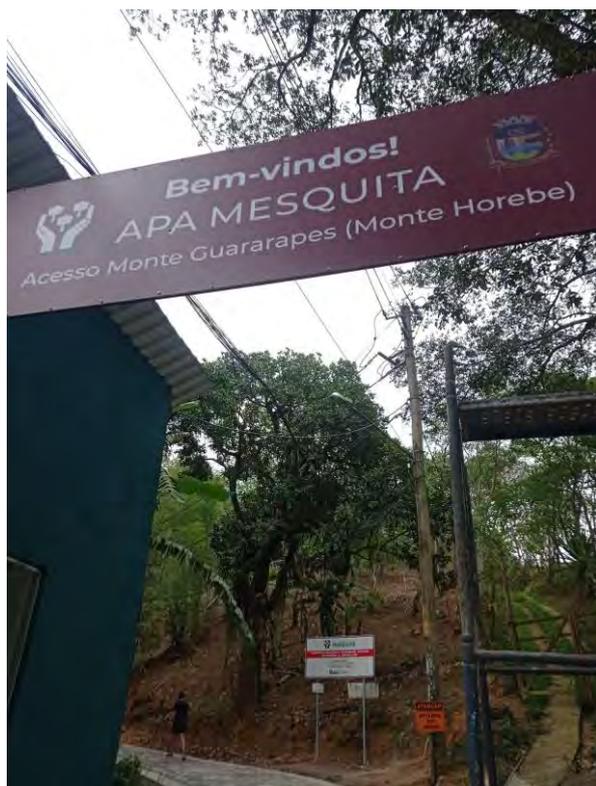
Diferente das outras Unidades de Conservação que visitamos, o acesso para o topo do Monte Guararapes se deu por uma rua bastante íngreme, estreita e com muitas residências, mostrando um padrão diferente do Parque Natural Municipal do Gericinó, que possui fácil localização em uma rua plana, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu que, em seu acesso pelo bairro da Coréia, possui uma rua mais larga com estabelecimentos destinados a retiros espirituais, e o Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha, em que a rua é menos íngreme, com o mesmo padrão de retiros, mas pavimentada com paralelepípedos.

Imagem 2 - Placa Informativa sobre obras no Monte Horebe,



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Em determinada parte da subida, foi possível perceber a realização de obras no local, seja por parte das placas indicativas, seja por conta do trabalho que estava sendo realizado na construção de uma guarita, que mesmo que demarcasse fisicamente o início da Unidade de Conservação, poderia se perceber as construções residenciais que não condizem com a categoria da Parque Natural.



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 4 - Placa Oficial Sobre a APA com Intervenções Populares.



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 3 - Guarita de entrada para a APA de Mesquita

É importante registrar que o nome oficial da localidade é “Monte Guararapes”. Porém, por conta da influência cultural e religiosa dos cristãos que sobem para orar, o pico ficou conhecido como “Monte Horebe”, em alusão ao monte bíblico onde Moisés recebeu os 10 mandamentos de Deus. Diante de tanta influência, ambos os nomes são utilizados, seja oficialmente pela prefeitura (Imagem 3), seja pela influência dos fiéis que deixam suas marcas pelo território (Imagem 4). Além disso, Enquanto subia a trilha, foi possível perceber propagandas nos postes de eletricidade. Como pode-se ver, estas eram direcionadas a uma parte do grupo que frequenta o local (Imagem 5).

Imagem 5 - Propagandas em Postes de eletricidade



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Após a guarita, a primeira parte da trilha é feita por uma recém reformada calçada (Imagem 5). Poucos metros depois, a calçada dá lugar à terra batida e pedregulhos em uma área que dificilmente um carro de passeio conseguiria passar (Imagem 6). Também é possível ver pelo caminho alguns caminhos sem sinalização que vão para outras partes do maciço e algumas “barracas” de comércio improvisadas para atender ao público que realiza a subida (Imagem 7).

Ao final da primeira trilha chega-se ao primeiro mirante da Unidade de Conservação (Imagens 8). Nele, existe uma construção sem função definida, uma espécie de cabanas em concreto, que poderia servir de abrigo aos visitantes em momentos de adversidades climáticas. A partir desse ponto, a vista para a Região Metropolitana começa a aparecer, bem como para áreas mais interiores do maciço (Imagem 9). No caminho, algumas pessoas passavam e nos cumprimentavam com “A paz do Senhor”.

Imagem 5 - Início da Trilha Pós-guarita



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 6 - Continuação da Trilha



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 7 - Barraca de Comércio

Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 8 - Construção no Primeiro Mirante

Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 9 - Vista do Primeiro Mirante para o Maciço do Gericinó-Mendanha

Fonte: Tirada pelo próprio autor

A partir deste momento, a trilha possui algumas placas que reforçam estar em uma Unidade de Conservação (Imagem 10). Além disso, a trilha começa de diretamente na inclinação do aclave, que se converte em degraus. (Imagem 11). Durante a subida, é possível perceber a marca na paisagem que é o primeiro mirante (Imagem 12). Já no topo, a placa é para indicar que se chegou ao cume do Monte Guararapes (Imagem 13), também sendo possível observar algumas pessoas, que desfocamos os rostos, realizando atividades religiosas (Imagem 14). A vista para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é deslumbrante, podendo-se perceber o contraste com algumas áreas verdes representadas pelo Parque Natural Municipal Prefeito Farid Abrão e o Campo de Instrução do Gericinó (Imagem 15).

Imagem 10 - Placa Entre o Primeiro e o Segundo Mirante



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 11- Escadaria Para o Segundo Mirante



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 12 - Primeiro Mirante e a Paisagem



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 13- Placa de Indicação do Cume do Monte Guararapes



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 14 - Pessoas no Monte Guararapes



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Imagem 15- Contrastes na Paisagem



Fonte: Tirada pelo próprio autor

Apêndice E – Perguntas da Entrevista para gestores, ex-gestores e secretários de meio ambiente

- 1- Qual é o seu nome?
- 2- Em que UC você trabalha?
- 3- Qual é a sua função?
- 4- Há quanto tempo você trabalha nesta UC?
- 5- Antes de trabalhar nesta UC, você já teve alguma experiência com gestão?
- 6- Qual é a sua formação?
- 7- Quais são os maiores problemas e conflitos que você identifica na UC em que trabalha?
- 8- O que levou a criação dos limites da UC?
- 9 - Existe diálogo sobre a gestão do uso das UC entre os gestores do Maciço?
- 10 – Qual é a importância do ICMS ecológico para as UC administradas?
- 11- Qual é a contribuição do ICMS ecológico da sua UC?
- 12- Você considera que há um aumento na manutenção da UC com o valor recebido?
- 13 - Há interesse da gestão da unidade em participar de um mosaico de UC no maciço do Gericinó-Mendanha?
- 14- Você tem conhecimento sobre algum caso positivo de UC que faz parte de um Mosaico?
- 15 – Na sua opinião, quais seriam os maiores desafios sobre a criação do mosaico?
- 16 – Você aceitaria participar de uma reunião com gestores, ex-gestores de UC e secretários de outros municípios, caso administrem unidades, acerca da proposição do Mosaico Gericinó-Mendanha?

Apêndice F - Entrevista com o Gestor do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Entrevista realizada em 10/04/2023

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Vou começar as perguntas aqui. Qual o seu nome?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Ah, sim. Me chamo Edgar José Silva Martins, estou como gestor do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu desde o dia 27 de abril de 2010. Mas já já estou na Secretaria de Meio Ambiente há um bom tempo, entrei aqui como estagiário e entrei nessa luta tentando fazer alguma coisa.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Legal, e o antigo gestor ou gestora? Já tinha um antigo gestor ou era a Secretaria de Meio Ambiente que administrava?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Aqui já tiveram muitos. Então, antes de mim foi o Flávio Pereira Melo. Antes do Flávio foi o Sidnei Pereira, antes do Sidnei foi o Flávio Moreno. Antes do Flávio foi Sandro e seu sobrenome é um nome bem complicado, antes do Sandro foi Frederico Allan e antes do Frederico foi Marco Beral.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Muita gente, mas são mais de 20 anos também, né?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Vai fazer 25 anos agora.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E qual a sua formação?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Então, sou gestor ambiental, biólogo, agora pós-graduado em Gestão Pública.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Show. Quais são os maiores problemas e conflitos que você identifica na unidade em que você trabalha?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Recursos humanos e financeiros. Essa é a maior dificuldade para a gestão. Mas vamos imaginar que se tudo estivesse funcionando, tivesse sido investido, tivesse o efetivo suficiente, hoje a maior dificuldade que a gente teria era justamente essa questão dos limites territoriais. Porque, por exemplo, aqui a gente tem plano de manejo, sede administrativa, conselho, a questão fundiária resolvida, mas aí Mesquita já não tem, entendeu? Então, eu posso botar uma fiscalização excelente que se o meu vizinho não fizer, não

vai funcionar. Aí, por exemplo, eu consigo controlar o que entraria de errado pra não entrar, mas o que vizinho não controla eu não consigo dar conta. Tenho uma área imensa de fronteira com dificuldade, então às vezes essa falta de pessoal aumenta muito essa fragilidade. Se quem faz limite com a gente aqui não tiver nessa mesma linha, acho que a gente também continuará tendo muitas dificuldades nas fronteiras.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Entendi. E você sabe o que levou a criação dos limites da unidade?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Sim, quando foi proposta, a criação do parque foi através de uma manifestação de alguns ambientalistas, porque em 1985, Brizola criou um projeto chamado Cada família um lote. Nessa época, a ideia era assentar 44.000 famílias dentro dessa área. Então você imagina hoje o que seria uma grande Rocinha ou sei lá o que seria isso aqui. E aí os ambientalistas na época, como o Marco Beral, José Augusto Venda, Míriam, foi uma galera dos ambientalistas na época que lutaram muito para pegar a gleba Modesto Leal, que já era uma fazenda que tinha sido criada a Gleba Modesto Leal limitada pela Áurea, a filha do Conde, e a partir disso eles conseguiram chamar a atenção da prefeitura. E aí o Bornier na época conseguiu uma concessão de uso, porque a gente já vê nos documentos históricos uma coisa bem interessante. As terras do parque foram vendidas duas vezes, então a primeira pessoa que compra, a primeira pessoa jurídica que compra é a Prefeitura de Nova Iguaçu, compra essas terras de forma particular e levam Modesto Leal por um valor que, vamos imaginar: Nova Iguaçu compra as terras por 100.000 no exemplo. Poucos anos depois Brizola compra as mesmas terras por, sei lá, cinco, seis vezes o valor e as terras passam a ser da Companhia Estadual da Habitação, a CEHAB, e aí a gente faz uma concessão de uso durante 20 anos para poder fazer uma Unidade de Conservação de proteção integral, entendeu? E aí é o que acontece. Aí o parque, criado em 1998 pelo Decreto 6.001 e aí vem o parque até hoje. No documento de concessão, ela é renovada automaticamente se nenhuma das partes disserem que quer acabar, ele vai se renovando, só que agora a gente tá com um processo de doação das terras serem de Nova Iguaçu, propriedade, RGI de Nova Iguaçu. Hoje o RGI é estadual, mesmo estando dentro da área de Nova Iguaçu.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Interessante. Existe diálogo sobre a gestão do uso das UC entre os gestores do Maciço?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Tem sim. Eu, a Norma, o Fábio e *a gestão estadual (Alterado pelo autor para não expor os representantes do PEM)* temos um diálogo muito bom em relação a isso. O que dificulta a gestão compartilhada do maciço, dentro de um planejamento mais amplo, são as especificidades que temos em cada secretaria. Eu e o Fábio, lá em Mesquita, nos damos muito bem, já fizemos várias atividades juntos, como fiscalização, colocamos câmera *trap* para o monitoramento da fauna, só que ele tem um limite muito grande lá, entendeu, o que dificulta o planejamento dele com o nosso. A gestão do Parque Estadual do Mendanha é muito tranquila, então a gente sempre marca e consegue fazer as paradas. Eu acho que a gestão entre Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e o Parque Estadual do Mendanha é muito tranquila, acontece com uma facilidade muito grande. Agora, quando chega no Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha, a Norma tem essa dificuldade, tanto que ela ainda não conseguiu participar das nossas atividades de monitoramento e fiscalização, pois ela acaba ficando mais isolada. Até por conta da distância geográfica a gente não consegue realizar muitas atividades com ela. Mas em relação ao PEM, o Parque Natural Municipal de Mesquita e o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, a gente tem conseguido fazer um diálogo bem interessante da gestão de todo o maciço.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Legal! E qual a importância, e se tem alguma importância, o ICMS ecológico para a unidade?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Essa é uma boa pergunta. Então, vou ser bem sincero. A ideia do ICMS ecológico é perfeita. Quando o MinC copiou isso lá de Curitiba, que dá muito certo em Curitiba, que hoje é referência em unidade de conservação e em várias coisas interessantíssimas de gestão ambiental, a nível não só ambiental, que falo isolado igual uma unidade dessa, mas na área urbana também. Então assim, se todo mundo fosse copiar Curitiba o Brasil estava top. No momento em que se cria o ICMS ecológico isso é perfeito porque você pega os prefeitos e tiram da cabeça deles essa coisa de sair fazendo casa, condomínio em tudo quanto é lugar. E aí quando você pega esse dinheiro e coloca em uma conta sem destino determinado, você deixa o prefeito fazer o que ele quiser com aquele dinheiro, então você continua estimulando ele. Se naquela época o ICMS ecológico fosse criado e ele fosse carimbado ao meio ambiente, como hoje ainda não é importante, naquela época era menos ainda. Ele não seria nada, não teria tido essa evolução que ele teve. Só que a estratégia de evolução do ICMS ecológico é que para você receber uma fatia, que é um bolo só, dependendo

da arrecadação é um volume só, a grossura da fatia desse bolo, que é a questão do repasse, vai de acordo com o que você faz. Por exemplo, no nosso parque a gente só pode chegar até 12 pontos, né? Eu estou com 11,8, então 0,2 eu não ganhei por causa de uma coisa muito simples que eu não vou fazer é pegar um marco físico. Eu podia pintar e colocar uma placa aqui é o limite do parque, entendeu? É isso que precisa para eu pontuar 12 e pronto, chegar o máximo. A gente já chegou a ser o melhor da região metropolitana na categoria de unidade municipal e ficamos em quarto no estado do Rio de Janeiro durante um bom período. Agora eu não sei, não vi como é que está esse ranking agora, só que para as prefeituras que pegaram esse dinheiro e que de alguma forma investiram, é perfeito. Mas para Nova Iguaçu e muitas outras unidades dos 92 municípios que não deram importância nenhuma à questão do ICMS ecológico na hora de investir, como para a gente não muda muita coisa. Você faz um esforço para pontuar bem, para ter um bom repasse, mas de volta você não recebe isso, nenhum funcionário e uma série de coisas que você não recebe. Então, infelizmente, a nossa política pública ambiental deve ter isso há 25, 26 anos, mas não vem acompanhando tudo que veio se modificando, modernizando. A gente continua lá atrás, processos de papel, você não consegue hoje ter um site da prefeitura que você consiga ver o teu processo. Então isso é uma coisa muito antiga, muito antiga ainda. Infelizmente a cidade ainda não conseguiu acompanhar toda a modernidade que se tem hoje no licenciamento ambiental, nessa questão das unidades, por exemplo, o parque não tem um site, mesmo com toda essa tecnologia tem um site da unidade para o cara entrar lá, fazer o agendamento, saber o que está acontecendo, o pesquisador puxar o teu formulário lá e solicitar pesquisa, saber as pesquisas que tem, então assim, é uma parada muito fácil e ao mesmo tempo parece muito difícil porque não acontece, Entendeu?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Entendi. Entendi. Aí tem uma pergunta: qual é a contribuição dos ICMS com as suas unidades? No caso, você falou que era 11,8 pontos?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Então, isso é pontuação. Ponto porque existe um ranking, no caso não um ranking estadual. E aí pra você ter esse repasse é como se fosse um checklist. Tem conselho? Tem. Ok, vale zero vírgula tanto. Tem plano de manejo? Tem estado de conservação? A floresta está com mais de 90% de área de floresta. Tá legal, pontua tanto. E assim vai. Entendeu? A fiscalização da fiscalização foi legal, mas o que o fiscal usa? Ele tem câmera fotográfica? Ele tem GPS? Ele tem carro? Então são vários detalhezinhos que tem que levar em consideração e que você vai pontuando, então de todos os detalhezinhos, todos, todos, o único detalhezinho que o parque não fez foi pegar um marco físico dizendo onde é o limite do parque. Isso já ganhava esses 0,2, entendeu? E pontuaria 12. E aí, Vamos lá? Quanto que

você receberia? É difícil saber porque depende da fatia. Por exemplo, o repasse agora foi num geral, do estado do Rio de Janeiro, acho que R\$ 256.000.000,00 milhões dividido para 92 municípios. Só que essa divisão vai de acordo com quem tem mais, ponto, menos ponto, entendeu? E aqui, se eu não me engano, num repasse do ano passado, nós ficamos com, sei lá, não chegamos a R\$ 300.000,00, entendeu?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Do município ou do parque?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Do Parque, só do Parque. E o município é R\$ 7.500.000,00.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): É quanto o parque arrecadaria pela sua manutenção em ICMS ecológico?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Exatamente, exatamente pelo seu tamanho e com todos os cálculos que é feito.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E aí, você acha que houve um aumento na manutenção com esse valor de ICMS?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Não, nada.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Então vou lá para a próxima. Há interesse da gestão da unidade de participar de um mosaico de unidades do Maciço do Gericinó-Mendanha?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Com toda certeza.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Só para confirmar também. A unidade faz parte do Mosaico Carioca?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Não faz, mas dizem que sim. Já vi até mapas dizendo que sim, uma vez que a APA Gericinó-Mendanha está inserida dentro do mosaico, mas quando você vai ver a lista de unidades inseridas não está lá escrito Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, entendeu? Então não se considera. Vale o que está escrito, né? A ideia era ter todo mundo junto todo porque são esferas diferentes, né? Porque vamos lá. O PEM, O PEM foi criado, se eu não me engano, foi em 2013, ou 2015, mas os caras ainda não têm sede administrativa e tem uma dificuldade absurda com viatura, com mão-de-obra, com uma série de coisas para fazer gestão desse maciço. E aí você imagina entregar isso para uma única

unidade fazer gestão é muito complicado, tanto é que se você olhar o mapa, o PEM não sobrepõe o Parque Natural de Nova Iguaçu, e isso foi uma exigência que eu fiz para aceitar dar o meu positivo na audiência pública, que não fosse sobreposto por que? Porque a gente ia ter conflitos, entendeu? Porque eu vi no nosso processo de plano de manejo e de outras unidades que eram sobrepostas, que o interesse de um às vezes não era o mesmo do outro tipo onde eu botava, por exemplo, zona de uso intensivo, e aí o cara queria extensivo ou qualquer outro tipo de zona que não fosse de acordo com o plano de manejo, e para não entrar nesses conflitos que na época eu pedi, então não concordo. Concordo que entre todos e cada um tenha o seu espaço de fala, de buscar mesmo num primeiro momento o interesse individual, mas no final o interesse coletivo.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Com certeza. Na sua opinião, quais seriam os maiores desafios sobre a criação do mosaico?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Eu acho que a política. Política partidária. Eu acho que esse é o maior desafio. Porque convencer os gestores? Acho que isso não teria muito problema. Mas a política partidária iria atrapalhar bastante esse processo, entendeu?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Entendi. E você, tem conhecimento sobre algum caso positivo de unidade que faz parte de mosaico?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Ai, caramba, acho que é Sul Fluminense, se eu não me engano.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Lá na Bocaina?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): É a Bocaina, pega a Bocaina, acho que o Cunhambebe que entrou também. E é uma coisa que dá muito certo, né cara? Eu vejo lá que as políticas públicas de lá, claro, não vou pegar e comparar isso com capitalismo, porque se a gente for pegar as unidades nacionais. Pô, Foz do Iguaçu e Floresta da Tijuca hoje é o que dá mais dinheiro no Brasil, né? Aí se você pegar Foz do Iguaçu, muito bem investido com dinheiro e tu vê que lá é um paraíso. Mas se você for pegar a floresta da Tijuca, você vê toda dificuldade. A Floresta da Tijuca gera por ano em torno de quase R\$ 100.000.000,00. Isso vai dependendo de como é que tá o turismo no Rio de Janeiro. E se você ver, eles tem problema de funcionários, tem problema nas entradas. Se eles não tivessem gestão compartilhada com a prefeitura do Rio, não teria aquela guarda municipal que fica naquelas cancelas, então eles têm problemas pra caraca. E aí, uma unidade que gera 100 milhões por ano, pô, e eu gerando, pô, sei lá, 200.000,

300.000, entendeu? Então não se compara a essa questão do capitalismo, mas a Bocaina, se você vê, mudou muito, né cara? Você vê, tu vai naquelas praias lá em Ubatuba, tu vai para o lado do Bananal, Pico do Frade Paraty ali que tem Paraty-Mirim e o caramba, tudo ali está tudo sinalizado, entendeu?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Vamos lá aí. A última aqui para fechar. E você, aceitaria participar de uma reunião com gestores, ex-gestores de unidades e secretários de outros municípios caso administrem unidades acerca da proposição do Mosaico do Gericinó-Mendanha?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Sim, com certeza.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Mas alguma consideração que queria falar. Deixar registrado?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Não. Na verdade, acho essa iniciativa muito boa. A pesquisa tem um papel fundamental no auxílio ao gestor de qualquer unidade, porque com a pesquisa que você começa a gerar dados ou tabular dados, às vezes a gente tem tantos dados, mas não tem perna para tabular. E aí numa dessas você tabula os dados e consegue mostrar para a gente de uma forma mais clara como é que está caminhando. Recentemente nós tivemos a pesquisa da Jamille, pô, a gente olhou pra dentro da gente tão nossa, foi até muito mais crítico do que ela. A gente ficou com 61% de aceitação, e o dela foi 75%, ou seja, a gente está muito melhor ao olhar da RURAL, porque ela é uma aluna da RURAL e ela fez uma coisa bem legal. E aí ela avaliou a nossa gestão e a gente ficou muito bem. E assim, comparando com muitas unidades. A UERJ, agora com uma pesquisa de mamíferos de médio e grande porte, pô, a gente se equiparou com 1100 hectares a uma unidade com 50.000 em relação à quantidade de mamíferos encontrados. E ainda tem câmeras no mato e o cara ainda tá achando que vai encontrar mais coisas e que a gente ainda vai ultrapassar. Então para você entender, Uma unidade minúscula e uma 50 vezes maior terem a mesma quantidade. Nessa de 50.000 o projeto já acabou e já fizeram tudo. Aqui ainda está em andamento e a gente já se equiparou a quantidade de mamíferos. Então, assim, a pesquisa é fundamental e a tua pesquisa vai talvez dar a perna que a gente não tinha na hora de provocar esses gestores, de reunir e de fazer as propostas que que se deva fazer e aí convencê-los da importância de se criar esse mosaico. Então, sem dúvida, é importantíssimo não só sua iniciativa, mas a pesquisa como um todo.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Beleza, aí nessa proposta a gente colocaria também o de Nilópolis.

Edgar José Silva Martins (PNMNI): É uma boa. De todos, ele é o Parque que fica mais isolado.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): O limite dele também não está certo. Você não sabe onde é para militar, onde não é área militar.

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Já acertaram.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Acertaram?

Edgar José Silva Martins (PNMNI): Eles não tinham achado o documento de doação. Conseguiram encontrar e limitar porque o exército queria tomar de volta, Entendeu? Mas a linha é bem clara, entendeu? E ali tem uma grande importância para Nilópolis, uma área de lazer que a cidade não tinha. Tirei várias fotos maneira O pôr do sol lá.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): É muito maneiro. Então é isso, gente! Vou parar de gravar aqui.

Apêndice G - Entrevista com o Antigo Gestor do Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha

Entrevista realizada em 12/04/2023

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Coloquei para gravar. Vamos às primeiras perguntas simples. Qual o seu nome?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Mário Luiz Ferreira da Silva.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Em que unidade você trabalhou?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Olha, eu trabalhei no Parque da Chacrinha, em Copacabana, foi um período em que eu auxiliava a gestão do parque e dali eu trabalhei um período também no Parque Municipal da Catacumba, na Lagoa, auxiliando também, e depois eu passei já quase quatro anos na gestão do Parque da Cidade, na Gávea, e dali eu fui convidado para trabalhar como gestor do Parque de Marapendi, no Recreio. E aí, em 2020, no início de 2020, eu fui exonerado, e aí eu fui trabalhando de setores da Secretaria de Meio Ambiente. Tem mais ou menos quatro meses, três, quatro meses que eu estou aqui auxiliando a gestão do Parque do Mendanha.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Aproveitando para perguntar: qual foi a sua função nesses outros parques?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Nos Parques da Chacrinha e da Catacumba eu trabalhei auxiliando a gestão do parque. Estive também como gestor aqui durante um período de oito meses, mas eu estava em dois parques. Eu fazia a gestão do Parque da Cidade e a gestão daqui, eu respondia pelo expediente daqui, porque aqui passou um período sem gestor. Então, eu precisei ficar como responsável da gestão desse parque, porque houve umas questões ligadas às mudanças políticas, então eu fiquei pelos dois parques.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ótimo. então, você ficou oito meses aqui nessa gestão lá e cá e antes trabalhar nessa unidade. Você já teve alguma experiência com gestão? No caso, teve lá no Parque da Cidade, né?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Foi, no Parque da Chacrinha e no Catacumba.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Uhum. Legal. E qual a sua formação?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Tenho o segundo grau e fiz um concurso, eu sou agente de administração. Eu entrei em junho de 1998 para a Secretaria do Meio Ambiente, e aí eu trabalhei quase 14 anos no setor de documentação da Secretaria do Meio Ambiente. Eu era responsável, era chefe do setor de documentação e em 2012 eu fui exonerado do meu cargo e aí eu comecei a trabalhar em Unidade de Conservação Ambiental. Saí, mudei de setor a partir de 2012 para cá. O que eu tenho são cursos dentro da área ambiental e não estou lembrando aqui de todos os cursos, mas foi o que me deu um respaldo. Não que isso seja uma graduação, eu não tenho uma graduação de nível superior, mas o que me ajudou muito foi quando eu trabalhei na elaboração do Plano de Manejo do Parque da Cidade, que o plano de manejo é uma ferramenta muito boa, é uma ferramenta essencial para as unidades de conservação ambiental.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E no tempo em que você trabalhava aqui no Parque da Serra do Mendanha, quais foram os maiores problemas e conflitos que você identificou na unidade?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Bom, eu já estive também auxiliando o antigo gestor aqui do parque. Uma das maiores dificuldades era a construção irregular dentro dos limites que eu via. Eu não trabalhava com isso porque eu não era o gestor. Na época que eu estive como gestor eu também tive a questão de construções irregulares, um problema aqui mesmo na entrada. Algumas ocupações irregulares. Outra coisa foi a frequência de pessoas que muitas das vezes não respeitavam as regras. Não dava para identificar se ele era morador da comunidade ou se não era, se vinha da Zona Sul ou de áreas nobres, mas os frequentadores que muitas das vezes não respeitavam as regras de uso do parque. E isso era complicado porque tinha a questão de lixo que era descartado de forma indevida e havia depredações em algumas áreas aqui. Então isso daí acabava degradando o parque e as instalações, áreas de guarda corpo, não respeitavam algumas regras, então isso era um desafio. Bom, esse foi um dos grandes desafios.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Uma coisa que acho que não está registrada: você trabalhou aqui por oito meses como gestor. Mas qual foi o período?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Foi do início de 2017 até agosto de 2017.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E você sabe o que levou a criação dos limites dessa unidade?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Não, não. Quando eu cheguei aqui, já tinha sido feita a delimitação. As notícias que eu tive foi que havia uma intenção de que as áreas de ocupações irregulares fossem integradas ao parque e devolvidas ao parque, e é por isso que em algumas áreas foram feitas delimitações, mesmo com moradias dentro do parque. Era uma situação até bem polêmica de como é que você cria uma delimitação? Havia queixas de como foi feita a delimitação com moradias. Eu não sei exatamente qual foi o embasamento para isso, estou falando do que eu ouvi, mas que havia uma proposta de que as ocupações que estavam dentro dos limites seriam um áreas que seriam devolvidas e seriam entregues novamente ao parque para que o parque pudesse fazer o reflorestamento, reestruturar as áreas e compor a vegetação da área.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Existia diálogo sobre a gestão do uso da unidade?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Sim, na época que eu estava como gestor e como auxiliar em outros períodos que eu tive auxiliando a gestão e também atualmente. Esse diálogo foi muito em cima do conselho. Eu via esse diálogo realmente junto com a sociedade e com o poder público, e eu via o Conselho Consultivo como maior base para a gente ter o diálogo. A gente como gestor sempre trabalhou para que as instituições públicas e a sociedade civil estivessem presentes. Mas a gente sente que havia uma dificuldade aqui. Eu, por fazer a gestão de outras unidades de conservação, vejo que aqui na nossa região há uma dificuldade maior de participação, de interação, tanto do poder público, das instituições públicas quanto da sociedade civil, as ONGs ou outras instituições. Já na área do Recreio, que é uma área mais nobre, Copacabana também já é uma localidade com poder aquisitivo melhor eu via que o pessoal interagia mais. Na Gávea, no Parque da Cidade, tinha, mas não era tão assim por estar talvez do lado de uma comunidade do Parque da Cidade. Ele estava ao lado da comunidade Vila Parque da Cidade. Então ali havia um impacto por estar ao lado, e eles não respeitavam as regras da unidade. Infelizmente, quando o parque está próximo à comunidades, há uma dificuldade de respeito às regras. Não é porque aqui é Bangu, aí tem isso, não.

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Quando uma comunidade está próxima, infelizmente, há uma dificuldade. Eu presenciei isso no Parque da Cidade, como por exemplo, a situação dos animais domésticos. As pessoas levavam seus cachorros para passear no parque e a gente tentava de tudo para proibir, e eu fui inclusive ameaçado. Teve um morador

que o cachorro dele estava brigando com o outro, eu falei poxa, não é possível e tal e ele falou "Quem é você"? Ele me ameaçou e tive que procurar o pessoal da segurança da ronda policial que passava por lá. Eu fiz contato com o presidente da associação de moradores, que também era um parceiro, e com a gente da comunidade. Eu falei olha, eu fui ameaçado e tal e tudo por que? Para causar um bem estar ali. E eu tive também vendo que moradores de dentro do parque furtavam objetos da estrutura do parque. Enfim, quando eu estava na elaboração do plano de manejo, infelizmente havia essa dificuldade. Então, quando a gente vê comunidade, eles têm, infelizmente, uma imagem muito negativa. Eu não sei se isso é muito do Rio de Janeiro que tem essa cultura, porque eu creio que se você vai em uma Unidade de Conservação como o Parque da Serra dos Órgãos eu duvido que tenha esse tipo de comportamento dos moradores, mesmo talvez de uma comunidade próxima. Mas eu via isso também como uma dificuldade.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ok, E qual é a importância, ou qual foi a importância do ICMS ecológico para essa unidade?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Eu nunca tive conhecimento. Me perdoe, mas eu não estou lembrando de uso desse recurso. Aqui possa até existir, a minha sugestão é, de repente, talvez você entrar em contato com a coordenação lá da secretaria porque eles é que trabalhavam os projetos, os investimentos. Então, muitas das vezes, nem sempre a gente tinha essas informações de intervenções. Às vezes haviam intervenções, então, eu não sabia muito bem como é que era a fonte dos recursos nos parques. Já teve aquela CSN que eu vi aqui, mas ali não foi. Era uma medida compensatória, não foi ICMS, eram medidas compensatórias que geravam recursos. A CSN foi uma que cooperou muito para que na época a gente tivesse pessoas para fazer manutenção e auxiliar o administrativo. Havia não somente pessoas, mas recursos através dessa medida compensatória, como recuperação dos guarda-corpos e pintura da sede, transporte, porque é interessante as unidades de conservação terem transporte devido às suas dimensões. Então foi o que eu me lembro assim que mais destacou de recursos vindos de iniciativa privada. Apesar que isso não tem nada a ver com o ICMS. Então, sobre isso do ICMS me desculpe, mas eu não tenho essa informação ainda.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Então já vou pular algumas questões aqui porque dizem respeito a quanto a unidade contribuiu para o ICMS no município, por exemplo.

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Depois, eu posso te passar o contato deles que é importante.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Tranquilo.

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Que isso é importante, tem que ter.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Você considera que no período em que era gestor houve um aumento na manutenção da unidade com o valor recebido? Pelo que você relatou, não dá pra saber, né.

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Eles é que vão poder responder. E isso é muito importante, porque o que a gente vê, as unidades de conservação se degradando e a questão é que é muito recurso, né? Então acho que é legal publicizar essa informação. Isso vai ajudar a proteger, por exemplo, como é que você vai fazer um cercamento? Como é que você vai fazer monitoramento das áreas? Como é que você vai ter uma internet dentro de um parque? Nós não temos internet. E hoje a gente sabe que internet é uma ferramenta essencial para uma unidade de conservação. Então, de repente, talvez através desse recurso possa, talvez, canalizar para alguma situação como essa.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Sim, caso fosse gestor dessa unidade, haveria interesse da unidade em participar de um mosaico de unidades do Gericinó-Mendanha?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Sim, eu creio que ia ser algo muito positivo até mesmo pela questão da vizinhança, interação e compartilhamento de informações e participação nos conselhos. Seria muito interessante a participação dos conselhos, porque eu vejo que o Conselho Consultivo é uma ferramenta fundamental essencial para as unidades de conservação. Eles são a voz da gestão, eles também são a voz da sociedade civil e o poder público para que a gente possa interagir com eles. Isso é muito importante porque seria muito importante esse mosaico, considerando que o município tem o mosaico carioca, que coopera muito com as unidades de conservação e que eu acho que não tem nada a ver com esse, com essa proposta, né. Então já existe o mosaico carioca e é ótimo, porque há inclusive imensos recursos são adquiridos através desse mosaico.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E você tem conhecimento sobre algum caso positivo de unidades que fazem parte de algum mosaico?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Sim. As unidades do município que estão dentro do mosaico carioca e ali tem uma interação com o Parque da Pedra Branca e com o Parque Nacional da Tijuca, que é um parque de grande relevância. E ali teve muitos

benefícios, adquirindo ferramentas, motosserra, material, corda e teve muitos benefícios através desse mosaico. Foi muito bom, muito positivo. E também a minha experiência do Mosaico Marapendi. Na época que eu estava no Parque de Marapendi havia um mosaico. Ali era um mosaico municipal. Era o Parque Marapendi, o Parque Nelson Mandela, que é ali na Praia da Reserva, e a APA de Marapendi. Então, a nossa reunião do Conselho era feita com o apoio um do outro. E ali a gente tinha um conselho gestor, que era o mosaico e uma das ações que para mim mais se destacou foi, Não sei se eu tive a oportunidade de relatar para você em outro ano, na outra vez que a gente conversou foi que o Conselho, ali na região da APA, já é um Conselho Deliberativo, já não é consultivo. E aí a gente conseguiu fazer uma intervenção para que um heliponto não fosse construído próximo às áreas de preservação porque iria causar impacto na fauna, principalmente na fauna. E o mosaico foi muito bom, pois foi uma experiência muito positiva, apesar de ser um mosaico só do próprio município. E aí o Mosaico Marapendi foi uma experiência muito positiva.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Na sua opinião, quais seriam os maiores desafios sobre a criação de um mosaico aqui na área do Gericinó?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Os maiores desafios que a gente teria que trabalhar juntos ou para que isso acontecesse?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E para que acontecesse. E também, se quiser falar sobre trabalhar juntos.

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Primeiro para que acontecesse, o maior desafio, acho que não seria difícil, porque a gente já tem uma comunicação com o pessoal do Parque Estadual do Mendanha. A gente não tem tanta comunicação com Nova Iguaçu, que você também iria inserir, mas eu creio que não ia ser difícil. Talvez a maior questão seja o transporte, o deslocamento. Não que isso não fosse, mas, por exemplo, a gente teria que pegar custo de passagem, transporte, a gente teria que se deslocar. A gente não sabe exatamente quantas vezes seria necessário a gente nesse trabalho do mosaico, nessa elaboração. Por exemplo, as reuniões que talvez ela teria com uma periodicidade grande, que de repente, talvez iria onerar para a gente que não temos transporte. A unidade de conservação não possui transporte, para deslocamento. Então, talvez o deslocamento é que seria o maior desafio e a barreira mais o desejo de estar trabalhando junto. Eu creio que seria algo muito bom, porque seriam trocas de informações e seria uma busca de ajuda mútua.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E você, aceitaria participar de uma reunião com gestores e gestores de unidades e secretários de outros municípios caso administrem unidades acerca da proposição do mosaico de Gericinó-Mendanha?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Sim. Mesmo não sendo um gestor, sendo um ex-gestor, mas auxiliando a gestão do parque. E ela concordando e autorizando, iria com prazer. Eu sei que a gente tem uma certa autonomia como sendo funcionário da secretaria, não é? Mas a gente, só pra questão de protocolo formalizado, acho que não teria nenhum problema.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Uhum. E gostaria de deixar algo registrado?

Mario Luiz Ferreira da Silva (Antigo Gestor PNMSM): Eu quero deixar registrado que eu achei a iniciativa muito boa. É muito importante esse trabalho que você está fazendo, porque a gente sente uma necessidade muito grande de que o meio acadêmico participe das das unidades de conservação ambiental e interaja. Porque é muito legal que o pessoal da área de conhecimento, possa estar utilizando o parque, mas também sendo um parceiro com as universidades. E um trabalho desse é muito legal porque que ele vai divulgar as unidades de conservação. Ele está propondo algo bom, muito positivo. E, assim, parabenizar a universidade que tem pessoas com essa visão, que tem uma equipe de professores que apoia isso, que tem essa sensibilidade e simpatia pelas unidades de conservação ambiental, que se não tivesse não iria propor isso, não estaria aqui. Então quero aproveitar e parabenizar a Universidade Rural por essa porta que eles estão abrindo para esse diálogo.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Obrigado. Então a gente encerra por aqui. Agradeço muito. Vou parar de gravar.

Apêndice H - Entrevista com a Gestora do Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha

Entrevista realizada em 12/04/2023

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Começando aqui agradecendo a participação da gestora Norma. Certo?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Sim. Norma Paixão da Silva.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Em qual unidade a senhora trabalha?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Qual é a sua função?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Sou gestora aqui do parque.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E há quanto tempo a senhora trabalha aqui nessa unidade?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Vai fazer um ano que eu estou aqui na unidade aqui.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Antes de trabalhar nessa unidade, já teve experiência com gestão?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Não na gestão de um parque, mas gestão de pessoas, Sim. Já coordenei algumas equipes e trabalhos em empresas que eu trabalhei até mesmo antes de ser da prefeitura.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Aham. Legal. Qual é a sua formação?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Eu estou cursando nível superior em Tecnólogo em Segurança Pública e estou fazendo alguns cursos de capacitação na área do meio ambiente, até por estar como gestora aqui do parque.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Quais são os maiores problemas e conflitos que a senhora identifica aqui na unidade?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): O maior problema que nós encontramos na unidade hoje é a forma de atender ao público da localidade. A gente busca atividades, parcerias com agricultores, professores e pessoas que trabalham dentro do ambiente da educação ambiental. Mas o desinteresse dessas pessoas acaba trazendo essa maior dificuldade para a gente hoje, na realidade.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ok. Você sabe o que levou a criação dos limites da unidade?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): É o emparelhamento com o município de Nova Iguaçu e o emparelhamento com a área estadual, que aí vem O Parque Estadual do Mendanha.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E existe diálogo sobre a gestão e uso dessa unidade?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Então, tudo é baseado dentro do plano de manejo, que é o documento que foi feito dentro da criação do parque. Ele é o instrumento para movimentação das instalações físicas dos trabalhos voluntários, dos estudos que acontecem dentro das unidades de conservação. Então tudo é baseado dentro do plano de manejo, que é o documento que foi feito dentro da criação do parque. Então, todo gestor, ele precisa trabalhar dentro do plano de manejo, junto com o Conselho Consultivo, baseado dentro das pautas desse plano. Tem se uma reunião consultiva com esses membros para a gente poder estar trabalhando as atividades que vão acontecer dentro da unidade, dentro sempre do plano de manejo.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Muito legal. A próxima pergunta é mais específica sobre ICMS ecológico. Você sabe qual a importância do ICMS ecológico para essa unidade?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): O ICMS ecológico é muito importante até para a manutenção das instalações físicas, porque a partir daí que vem o nosso bruto financeiro, né? Então, quanto menos ICMS entra pra gente, quanto menos relatório para o ICMS a gente entrega, mais a gente dificulta nesse reconhecimento estadual e federal dentro do âmbito municipal. Mas o ICMS ele colabora muito também dentro do âmbito estadual e federal.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Você sabe qual é a contribuição do ICMS Ecológico da unidade?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Não existe a contribuição do ICMS Ecológico da unidade, e sim para a secretaria. E a secretaria faz a dissolução desses valores dentro das unidades de conservação. Uhum.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E vamos lá. Você considera que há um aumento na manutenção com a verba que vocês recebem do ICMS? Ou se vocês recebem a verba do ICMS?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Então, a verba do ICMS acaba por ser mais voltada para projetos ecológicos, que na realidade é o porquê de existir essa verba, para financiamento de projetos ecológicos, projetos ambientais. A questão de manutenção das estruturas é parte de um outro órgão de dentro da prefeitura, que é a SECONSERVA (Secretaria Municipal de Conservação), que trabalha com a manutenção, instalação ou quando tem as contratações de empresas de manutenção, como já houve aqui no parque alguns anos atrás, que foi a empresa Árvore Engenharia. Hoje a gente só trabalha junto com os próprios órgãos, Comlurb, SECONSERVA, entre outros.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Obrigado. E há interesse dessa Unidade de Conservação participar de um mosaico de unidades do Maciço do Gericinó?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Já participamos, que é dentro do Mosaico Carioca, mas um específico do Maciço do Mendanha seria muito interessante sim.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ok. Na sua opinião, quais seriam os maiores desafios sobre a criação do mosaico?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Não sei como te responder essa pergunta.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Você aceitaria participar de uma reunião com gestores e gestores de unidades e secretários de outros municípios, caso eles administrem a unidade, acerca da proposição desse mosaico do Maciço?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Claro, vai ser um prazer.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Então, existe algo que você gostaria de deixar registrado aqui na entrevista?

Norma Paixão da Silva (PNMSM): Achei as perguntas bem colocadas muito interessantes. Foi bem, bem bacana e para mim tá ótimo. Gostei. Gostei do conteúdo que você abordou.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Está ótimo, obrigado!

Apêndice I - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis

Entrevista realizada em 19/06/2023

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Comecei a gravar. Boa tarde, senhor secretário. Vou começar fazendo as perguntas sobre a pesquisa. Qual é o seu nome?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Meu nome é Dean Carlo Senra Pereira.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E em qual unidade o senhor trabalha?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Hoje eu trabalho na Secretaria de Meio Ambiente de Nilópolis, e no nosso parque de preservação aqui na Mata Atlântica, que são 100 hectares em Nilópolis.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E há quanto tempo o senhor trabalha aqui em Nilópolis e na secretaria?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Então, em Nilópolis, eu trabalho há 22 anos à frente da gestão pública. E na Secretaria eu entrei em janeiro de 2021 e estou até hoje. Vai fazer dois anos e meio.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E antes de trabalhar aqui com a unidade e na secretaria, o senhor tem alguma experiência com gestão?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Então, eu fui secretário aqui em Nilópolis de serviço público, seis anos e meio. Fui secretário de governo por quatro anos, fui de administração, um ano e meio interino e do transporte por dois anos e fui secretário de Comunicação e Marketing por 16 anos. E também fui diretor de marketing da Beija-Flor.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Legal. E o senhor sabe o que levou a criação dos limites aqui do Parque do Gericinó?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Primeiro, os limites do Gericinó foram criados em virtude de uma real necessidade que é que havia no

momento para que ocorresse uma área de entretenimento natural para que as pessoas caminhassem e etc. Em 2008, o Exército cedeu, autorizou, porque o Gericinó aqui é comandado pelo Exército, pelo CIG (Campo de Instrução de Gericinó), e vai até a Avenida Brasil. Boa parte dessa área de preservação, era uma área de treinamento do Exército. Conseguimos uma concessão de uso por dez anos, mais dez de 100 hectares que a gente chama de ponta da guitarra dos limites de Rio de Janeiro, que é Anchieta, ao rio Sarapuí, que é Mesquita, onde a gente tem as nossos limites. E aí, a partir daí, nós, a prefeitura, começou a desenvolver esses projetos de caminhadas e etc. Até então, não tinha um trabalho de reflorestamento, nada, e se tornou um Unidade de Conservação em definitivo em virtude dos pontos de interesse do INEA do Estado, que são as nossas áreas alagadas, as espécies em extinção que tem aqui, que é uma caixeta. Nós conseguimos, agora a pouco, já quase que concluído, o Floresta do Amanhã, que são 43 hectares de reflorestamento na Mata Atlântica. Então, nós estamos plantando, e mais de 50.000 mudas nativas que já foram plantadas. Se você quiser visitar, pode visitar. E hoje o parque se tornou também a nossa área de entretenimento social ambiental, onde tem todos os cuidados de preservação. Quando eu cheguei aqui tinham 17.000 frequentadores, e hoje eu tenho mais de 90.000. Então nós vamos aumentar as áreas de convivência aqui sem comprometer o que é o principal, que é a questão da preservação legal.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E existe diálogo sobre a gestão do uso dessa unidade entre os gestores do Maciço do Mendanha?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Então, essa discussão, na verdade, houve com Nova Iguaçu, o Fernando Cid, secretário de Meio Ambiente, junto com o Cavalieri mais o RR, que era o subsecretário de Meio Ambiente na época e que tomava conta da gestão do meio ambiente em Mesquita, nós fizemos uma reunião para tentar fazer uma integração, para que a gente pudesse conectar os nossos parques ambientais e, a partir daí, as pessoas pudessem entender cada núcleo, cada plataforma, Como funciona? O que tem, a importância que tem para o ambiente e também para que as pessoas pudessem se conectar com essas trilhas lá do Parque Radical de Deodoro até a Montanha do Vulcão. Só que eu fiz várias tentativas. Foram positivas até no início, mas depois dispersaram porque o Rio de Janeiro não tem a cessão de uso dessa área, além da área que conecta o Parque de Deodoro. Eles fizeram uma floresta muito bacana ali, não sei se você conhece. Para poder fazer essa trilha que chegaria lá na montanha do Vulcão. Aí o exército tomou essa área, ficou impossível de fazer.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E qual a importância do ICMS ecológico para a unidade aqui?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Então, o ICMS Ecológico. Quando eu cheguei aqui, eu percebi que a gente estava em 77º local. A importância do ICMS ecológico não é nenhum dinheiro em si, né? É disciplinar cada cidade na sua obrigatoriedade, que é cuidar das plataformas ambientais. AS ETEs, coleta seletiva, PROMEA e etc. Quem não estiver fazendo o dever de casa não vai receber ICMS ecológico. A verdade é essa. E aí fizemos um trabalho aqui a quatro mãos. Foi a equipe e nós conseguimos melhorar essa colocação. E a gente saiu de R\$ 600.000,00 para R\$ 1.870.000,00. Ano que vem nós estamos com mais de 2 milhões. Eu consegui criar aqui o Fundo Municipal do Meio Ambiente. Para que esse dinheiro? É uma discussão que eu faço nos fóruns que eu vou, que as pessoas usam muito a filosofia, a poesia, mas a atitude principal é fazer com que essa verba que vai para a cidade seja contemplada a favor do meio ambiente. E elas são, na verdade, direcionadas para outras finalidades, totalmente desconectadas do propósito que ela é. E isso estaria tudo bem. Enfim, isso não está tudo bem. Tudo bem é fazer o que eu fiz em Nilópolis, que Niterói fez e vai fazer o repasse de 100% dessa verba destinada aos cuidados às questões ambientais. Então, a importância é de 100%. Num primeiro momento, eu vejo disciplinar as cidades que façam o seu dever de casa com obrigatoriedade. Segundo, a verba que vai viabilizar várias outras oportunidades para que esse dever de casa seja feito de forma cada vez melhor. E aí é assim que cada um tem que ser.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Uhum. E o senhor falou por alto, mas saberia dizer assim qual é a contribuição do município com o ICMS?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Contribuição hoje vai ser 100% por que hoje é R\$ 1.870.000,00 de repasse. Ano que vem vão dar as métricas, valores. Está em métricas de posicionamento, que é o que eu estou brigando agora para o posicionamento. Eu não admito uma cidade que tem uma Secretaria de Meio Ambiente não ser competitiva naquilo que é de obrigatoriedade dela fazer, entendeu? E aí o que me preocupa muito é isso, é a atitude, o resultado. Uma atitude filosófica de que a água, não sei o que, isso tem muito, mas e o resultado? Que ninguém quer buscar o resultado. Ninguém quer criar uma plataforma aí jurídica, que possa reivindicar o Direito. Entendeu? Então o valor é esse que nós conseguimos.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E o senhor considera que há um aumento na área da manutenção da unidade com o valor que vocês recebem de ICMS?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Claro, no custo benefício de qualquer atitude a favor do ambiente, a premiação está justamente aí, no retorno. Toda vez que você faz cada vez mais o dever de casa melhor, mais recursos você traz para dentro da cidade para ser direcionado ao ambiente. Tanto é que esses recursos me levaram a sexto lugar da UC mais bem preservada no ano de 2021. E norteou pra gente vários prêmios, uma picape agora, enfim, essa minha obrigatoriedade de fazer as coisas certas?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Há interesse da gestão da unidade em participar de um mosaico de unidades no Maciço do Gericinó?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): O interesse é total. Eu acho que isso também deveria ser uma obrigatoriedade, porque nós estamos falando de um corpo só. E se a gente se unir, a força dessa união vai trazer retorno para todo mundo. Esse conflito de interesse individualizado, ele não serve para nada. A verdade é essa.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): O senhor tem conhecimento sobre algum caso positivo de unidades que fazem parte de um mosaico?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Eu hoje, na verdade, se você avaliar, eu não vejo ainda nada que possa me gerar uma confiabilidade, um reconhecimento, porque eu ainda não vi nenhum, nenhum grupo desenvolvendo alguma coisa focada no objetivo. A verdade é essa.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E na opinião do senhor, qual seriam os maiores desafios sobre a criação de um mosaico?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): As pessoas entenderem o grau de importância que isso tem. De que é necessário unir forças, se unir e se conectar para fazer dessa união, cada vez mais um braço de força contra tudo aquilo que não é a favor do que a gente precisa ser, que é restaurar esse planeta, educar as pessoas, reconectar assertivamente numa questão racional. Então isso só vai poder ser feito com a união de todos. Então, por isso que esse mosaico é importante.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E o senhor aceitaria participar de uma reunião com gestores e gestores de unidades, secretários, caso administram unidades acerca da proposição do mosaico aqui do Gericinó?

Dean Carlo Senra Pereira (Secretário de Meio Ambiente de Nilópolis/PNMG): Eu vou voltar a dizer o que eu mais quero é isso que eu mais quero, é poder dialogar, dividir ideias, entendeu? Criar projetos em conjunto é o que eu mais quero. Eu necessito disso. Só que eu sozinho não vou conseguir. Acho que todo mundo tem que ter essa vontade, né?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Bom, encerramos por aqui!

Apêndice J - Entrevista com a representação gestora do Parque Estadual do Mendanha e do Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha

Entrevista realizada em 20/06/2023

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Posso começar a gravar, então?

Gestão (PEM): Pode, por favor.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Opa, obrigado por ter aceitado participar dessa pesquisa. As primeiras perguntas são mais básicas. Quais unidades de conservação estão sob a sua administração e qual é a sua formação?

Gestão (PEM): Certo. As minhas formações são Engenharia Florestal e Direito. Além dessas formações, aí vem pós-graduação, mestrado e por aí vai.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Mais uma pergunta, você também gere a APA Gericinó-Mendanha?

Gestão (PEM): Na verdade, nós acertamos essa questão de algumas unidades estarem sobre o nosso guarda-chuva. Eu faço a gestão do Parque Estadual do Mendanha e a gente faz uma gestão compartilhada, e aí também ajuda com a APA, Gericinó-Mendanha.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ok. E antes de trabalhar com a unidade, você teve alguma experiência com gestão?

Gestão (PEM): Sim, a gente já participou de processos de gestão, tanto aqui no Rio, São Paulo, Minas Gerais, há 18 anos.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E aí no PEM, você trabalha há quanto tempo?

Gestão (PEM): Desde dezembro de 2020 até a presente data.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Certo, você sabe dizer quais são os maiores conflitos identificados nessa unidade que administra?

Gestão (PEM): Ações antrópicas.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): E o que levou à criação dos limites dessa unidade?

Gestão (PEM): Bom, essa pergunta eu não tenho como te responder porque o Parque Estadual do Mendanha foi criado em 2013 e a APA Gericinó-Mendanha foi criada em 2005. Eu não participei desse processo de pontuação da questão do polígono e por aí vai. Mas com certeza eu posso dizer que um dos motivos que deve ter tido para a criação disso é porque a região é um contribuinte significativo para o clima e água em toda a região. Ou seja, se você tem clima e água, você tem todos os demais desdobramentos. Além de que é representativo de vegetação da Mata Atlântica e especificamente aquela conhecida floresta ombrófila densa submontana.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ótimo. E existe diálogo sobre a gestão dessa unidade, desse território, entre os demais gestores de outras unidades do Maciço do Gericinó?

Gestão (PEM): Com todos eles, todos eles. Meu processo de gestão é de total integração com todas as demais Unidades de Conservação, os chamados Parques Naturais Municipais. Você tem três dentro da minha área, da minha região, que é o do Rio de Janeiro, o de Nova Iguaçu e o de Mesquita.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Qual é a importância dos ICMS ecológico para essa unidade? Tem alguma importância no caso? Porque o ICMS é importante no quesito econômico para os municípios, certo?

Gestão (PEM): Ele não se aplica para o meu caso aqui específico. Como você mesmo já respondeu, ele é muito importante para os municípios.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ok. No caso, também não sei se caberia.. Existe algum percentual dos ICMS que é direcionado pra essa unidade por meio dos municípios?

Gestão (PEM): Desconheço.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ok, há o interesse da gestão em participar de um mosaico de unidades do Maciço do Gericinó-Mendanha?

Gestão (PEM): Já existe.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Tem o conhecimento de algum caso positivo de Unidades de Conservação que fazem parte de um mosaico?

Gestão (PEM): O Mosaico Carioca.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Na sua opinião, ainda sobre essa questão de um outro mosaico? Quais seriam os maiores desafios sobre a criação desse mosaico? Se aplica, não se aplica?

Gestão (PEM): Não vejo dificuldades, e sim a união de todos para a criação desse. Lembrando que a gente já falou que já existe um sistema rodando de integração. No que tange, eu não posso chamar de mosaico, mas de compreensão do maciço, tá? Como eu te falei antes, existe o Mosaico Carioca, e aí você está falando de um mosaico. Está falando de Unidades de Conservação de três esferas dentro do município do Rio de Janeiro, federal, estadual e municipal. Quando nós viemos para uma questão pontual no processo de gestão, que é micro perante ao outro, você está só no maciço. Aí não é bem o mosaico. A gente teria que ter um outro nome para essa questão.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Certo, Ok. E aí a última pergunta: você aceitaria participar de uma reunião com os demais gestores, secretários de outros municípios acerca da proposição desse Mosaico do Gericinó ou desse outro nome, no caso, para essa questão?

Gestão (PEM): Sim, nós podemos estudar esse caso sim.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ok, obrigado pela participação.

Apêndice K - Entrevista com o Responsável pela Área Proteção Ambiental de Mesquita e pelo Parque Natural Municipal de Mesquita.

Entrevista realizada em 10/07/2023

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Então vamos lá. Obrigada por participar da pesquisa. Então, primeira pergunta: qual é o seu nome?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Fábio Carvalho Villas Boas.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Quais unidades o senhor administra?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Então, hoje nós temos duas unidades de conservação, uma de uso sustentável e outra de proteção integral. Uma é a APA Mesquita e a outra é o Parque Natural Municipal de Mesquita. E aí, o que acontece? Essas unidades ficam sob a minha supervisão, tá? Porém, atualmente não é de forma oficial, né? Porque eu tive um cargo específico para gerir essas UC, só que hoje eu não faço mais parte, não tenho mais esse cargo, porém, a secretaria ainda não nomeou um profissional para assumir essa responsabilidade, então assim, de forma interina, extraoficialmente, eu assumo essa responsabilidade de supervisão, entendeu?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Uhum. Ok, antes de trabalhar com essas unidades, o senhor já teve alguma experiência com gestão?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Não. Na verdade, a experiência que eu tenho de gestão é ser responsável técnico de uma agroindústria familiar que funciona no município, gerida pela cooperativa, e que eles produzem polpa de fruta. E eu sou responsável técnico, pela produção. E acaba sendo uma gestão, né? É uma situação diferente, voltada mais a minha área, que é agricultura. Porém, é um tipo de gestão sim.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Qual é a sua formação?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Eu sou engenheiro agrônomo.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Quais são os maiores problemas? Conflitos que você identifica nas unidades que você administra?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Tudo perpassa pela educação ambiental, entendeu? Porque os problemas que nós temos com as infrações ambientais que acontecem nessas unidades, e a gente não ter ainda nem um plano de ação, que funcione tanto na teoria como na prática, isso atrapalha um pouco o processo, porque nessa época, por exemplo, a gente tem muito problema com queimadas. E a gente ainda está se estruturando para poder tentar combater e minimizar essa problemática. Fora outros crimes ambientais, como por exemplo, a caça. Existe, hoje em dia muito menos, é menos intensa, porém é algo. E o desmatamento também, que acontece em algumas áreas. E isso carece de um plano estratégico de fiscalização e, se Deus quiser, Depois que nós inaugurarmos, por exemplo, a Guarita, atualmente nós temos uma obra acontecendo no monte e que nessa obra o produto final é a construção de uma guarita e a criação do pórtico, que assim vai identificar de fato a nossa unidade de conservação. Hoje em dia nós temos a sinalização através de placas, mas o visitante não se identifica adentrando na UC de forma oficial, não sabe onde começa, por exemplo, as nossas unidades iniciam na cota 100, segundo a nossa legislação, os decretos de criação. Então, eu acho que perpassa um pouco nisso aí a questão de um plano estratégico de educação ambiental, né, para de forma mais estratégica, minimizar esse problemas das infrações e dos crimes ambientais que acontecem na UC.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Legal! Há quanto tempo você trabalha com essas unidades?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Cara, a gente vai lá uns quatro anos. Quatro anos.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Tem umas que são recentes também, de criação.

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Na verdade, assim, a APA foi criada em 2006, o Parque em 2013, né? Mas tinha outras pessoas que ficavam nessa gestão, entendeu? E aí, de uns quatro anos para cá, quatro, cinco anos para cá, não recordo exatamente, e que me foi passado essa dessa responsabilidade. Aí uns seis, sete meses eu fiquei no cargo de efetivo, como gestor até cadastrado, por exemplo, na documentação que a gente tinha mandado ao Inea, né? E meu nome era mandado de forma oficial, mas depois que eu perdi o cargo, né? Aí eu continuei de forma interina. Mas isso, de quatro anos para cá mesmo que eu passei a ficar nessa responsabilidade, né? Sendo que nesses quatro anos, vamos botar assim, um ano de forma

oficial, e os outros três de forma extra oficial até, se Deus quiser, a gente encontrar um outro profissional da área e que possa assumir essa responsabilidade.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): O senhor sabe que levou a criação dos limites das unidades?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Não, não.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Ok, mas já falou mais ou menos também da cota 100, né?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Sim, sim, Acredito que na verdade o seguinte: quando eu cheguei, por exemplo, já tinha sido criada a APA. Nós tínhamos uma secretaria muito focada na parte ambiental. Hoje é uma subsecretaria. O meio ambiente à época, eu entrei em 2011, era secretaria de fato. E a parte ambiental, o licenciamento, a parte de coleta seletiva, era a gestão da unidade, que o parque não tinha sido criado, mas a APA já existia, né? Isso era muito forte na secretaria, porque a secretária abraçava a causa, entendeu? Então, acredito que tenha sido criado no intuito mesmo de preservação e conservação tanto do fauna, flora, dos recursos naturais e também para impedir o avanço, né, da área urbana e o crescimento desordenado. Aí sim culmina no processo de favelização, supressão de vegetação. Ou seja, vai perdendo área verde. E para Mesquita é muito importante, porque praticamente 55% do município e é área verde. Entendeu?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Então, existe diálogo sobre a gestão do uso das unidades do território entre os gestores do maciço aqui do Gericinó? Mendanha?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Não, Mas é interessante você falar isso porque assim, coisa de uns seis meses, seis, cinco meses atrás, entraram em contato comigo os gestores da APA. Né? Estadual, né, do Gericinó-Mendanha. E aí é, na verdade essa ideia que você falou do mosaico. Parece que é algo que tem profissionais que querem botar isso em prática, entendeu? E aí eles conseguiram meu contato. E parece que no mês que vem vai ter um encontro entre os gestores das unidades, né? Aqui do Maciço, né? A da APA Gericinó-Mendanha, Mesquita, Nilópolis e Nova Iguaçu. Uhum. E assim ainda não aconteceu. Eu, por exemplo, nunca participei de uma reunião com todos os gestores. Mas acredito que essa do mês que vem aí venha acontecer e já inicia essa. Tenta iniciar essa parceria, né?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Qual a importância do ICMS ecológico para as unidades administradas?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): É muito importante, né? Para justamente a gente tentar implementar esses planos estratégicos na unidade, tem que ter recurso, né? Porque depende de recurso humano, Depende de equipamentos, né? Por exemplo, a época do fogo. Nós estamos num processo de aquisição de materiais, do combate, abafadores, enfim, dentre outros materiais. Isso aí depende de recurso, né?

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): O senhor sabe qual é a contribuição do ICMS das unidades aqui do Município de Mesquita?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Então eu não sei se precisar a porcentagem, tá? Exata. Porém, parece que existe um documento, inclusive que o documento esse que o subsecretário de Meio Ambiente já mostrou ao prefeito, dizendo da porcentagem que do ICMS Ecológico que iria para o Fundo Municipal de Meio Ambiente e que esse valor seria utilizado na gestão das duas ações que nós temos, né? Eu não lembro agora se esse valor seria 5% em cima do do recurso recebido pela prefeitura, Entendeu? Mas existe sim. Existe sim uma previsão de porcentagem do ICMS ecológico para utilização na gestão das unidades de conservação. É interessante.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): O senhor considera que é um aumento na manutenção das unidades com valor recebido de ICMS?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Por exemplo, algo que nunca tinha acontecido, tá? Por exemplo, de construção de infraestrutura, melhoria no acesso, sinalização através de placas, na construção da própria guarita. Que vai ser habitada por guardas ambientais. E já está sendo investido para também a aquisição de veículos. Existe uma possibilidade de colocar um quadriciclo para ficar ao lado da guarita para auxiliar no processo de fiscalização da unidade. Eu acredito que tenha aumentado sim, porque é o parque, a unidade de conservação, né? No caso, a APA não tinha uma identidade. Agora vai ter. Por exemplo, a construção do pórtico.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Uhum. Há interesse do senhor gestor em participar de um mosaico de unidades no Maciço do Gericinó?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Sim.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): O senhor tem conhecimento sobre algum caso positivo de alguma unidade que faça parte de um mosaico?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Cara, conhecimento, conhecimento eu não tenho. Entendeu? Mas eu acredito que pelo fato de ser um único maciço e de ter uma conexão entre os municípios de que a própria vegetação é uma floresta ombrófila densa e Mata Atlântica não se difere tanto assim, entendeu? Eu acho que todos tem que se preocupar, né? E tentar de forma compartilhada buscar soluções para a preservação e conservação dos recursos existentes

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Na sua opinião, quais seriam os maiores desafios sobre a criação do mosaico?

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): O desafio é a política. Tentar unificar essa gestão de forma compartilhada, mas que os gestores políticos tenham a consciência de que quem vai ganhar com isso, de fato, é o meio ambiente e o ser humano, né cara? O ser humano. Porque essa área verde aí que corresponde a um pouco mais da metade do município, o que ela contribui para o clima da região? É bastante significativa, né? Imagina se não tivesse essa floresta aí da forma que é na Baixada Fluminense, uma área quente, ia ser muito mais ainda. Muito mais.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): O senhor aceitaria participar de uma reunião com demais gestores e gestores de unidades e secretários de outros municípios de Meio ambiente que administra a unidade acerca da proposição de um mosaico no Gericinó. Mendanha.

Fábio Carvalho Villas Boas (APA Mesquita e PNMM): Sim, sim. Inclusive eu comentei aí anteriormente, minutos atrás, que eu fui convidado, e espero que renda bons frutos essa primeira reunião.

Odilon (PPGGEO/UFRRJ): Beleza. Vamos parar de gravar aqui. Obrigado por ter participado!